

Companhia Paranaense de Energia

CNPJ Nº 76.483.817/0001-20

Companhia de Capital Aberto - CVM 1431-1

www.copel.com copel@copel.com

Rua José Izidoro Biazetto, 158, Bloco A, Mossunguê - Curitiba - PR

CEP 81200-240

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Junho/2022

SUMÁRIO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS	3
Balanços Patrimoniais	3
Demonstrações de Resultados	5
Demonstrações de Resultados – Movimento do Segundo Trimestre	6
Demonstrações de Resultados Abrangentes	7
Demonstrações de Resultados Abrangentes – Movimento do Segundo Trimestre	7
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	8
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	9
Demonstrações do Valor Adicionado	11
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS	13
1 Contexto Operacional	13
2 Concessões e Autorizações	16
3 Base de Preparação	19
4 Principais Políticas Contábeis	20
5 Caixa e Equivalentes de Caixa	20
6 Títulos e Valores Mobiliários	21
7 Clientes	21
8 Ativos e Passivos Financeiros Setoriais Líquidos	24
9 Contas a Receber Vinculadas à Concessão	25
10 Ativos de contrato	26
11 Outros Créditos	28
12 Tributos	29
13 Despesas Antecipadas	34
14 Depósitos Judiciais	35
15 Investimentos	35
16 Imobilizado	38
17 Intangível	41
18 Obrigações Sociais e Trabalhistas	43
19 Fornecedores	43
20 Empréstimos e Financiamentos	44
21 Debêntures	48
22 Benefícios Pós-emprego	50
23 Encargos Setoriais a Recolher	52
24 Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	52
25 Contas a Pagar Vinculadas à Concessão	53
26 Direito de uso de ativos e Passivo de arrendamentos	53
27 Outras Contas a Pagar	55
28 Provisões para Litígios e Passivo Contingente	56
29 Patrimônio Líquido	60
30 Receita Operacional Líquida	61
31 Custos e Despesas Operacionais	65
32 Resultado Financeiro	68
33 Segmentos Operacionais	69
34 Instrumentos Financeiros	73
35 Transações com Partes Relacionadas	86
36 Compromissos	91
37 Seguros	92
38 Informações complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa	92
39 Operações descontinuadas	93
COMENTÁRIO DO DESEMPENHO	94
1 Novos projetos	94
2 Mercado de Energia	97
3 Administração	101
4 Relações com o Mercado	102
5 Tarifas	103
6 Resultado Econômico-Financeiro	104
COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA	107
RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS	108
PARECER DO CONSELHO FISCAL	110
DECLARAÇÃO	111

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Balancos Patrimoniais

em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021

em milhares de reais

ATIVO	NE nº	Controladora		Consolidado	
		30.06.2022	31.12.2021	30.06.2022	31.12.2021
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	488.574	626.052	3.618.179	3.472.845
Títulos e valores mobiliários	6	91	91	14.662	16.121
Cauções e depósitos vinculados		-	-	38.316	182
Clientes	7	-	-	3.580.259	4.433.193
Dividendos a receber		614.201	1.558.212	33.491	68.162
Ativos financeiros setoriais	8	-	-	-	383.740
Contas a receber vinculadas à concessão	9	-	-	8.214	5.121
Ativos de contrato	10	-	-	185.590	148.488
Outros créditos	11	1.490	1.150	705.667	749.816
Estoques		-	-	206.789	197.779
Imposto de renda e contribuição social		24.606	3.991	274.682	151.912
Outros tributos a recuperar	12.2	-	-	1.341.773	1.508.864
Despesas antecipadas	13	1.442	528	56.459	53.649
Partes relacionadas	35	-	5.374	952	-
		1.130.404	2.195.398	10.065.033	11.189.872
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a Longo Prazo					
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	365.892	344.937
Outros investimentos temporários		27.481	19.985	27.481	19.985
Cauções e depósitos vinculados		-	-	-	142.764
Clientes	7	-	-	92.592	82.233
Depósitos judiciais	14	134.946	131.519	619.947	591.131
Ativos financeiros setoriais	8	-	-	22.843	383.740
Contas a receber vinculadas à concessão	9	-	-	2.402.213	2.261.684
Ativos de contrato	10	-	-	7.436.364	6.739.560
Outros créditos	11	19	7.658	619.938	916.606
Imposto de renda e contribuição social		25.000	30.000	45.943	153.850
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.1	158.411	165.484	1.561.788	963.259
Outros tributos a recuperar	12.2	39.171	38.659	2.909.295	3.143.546
Despesas antecipadas	13	-	-	27	27
Partes relacionadas	35	-	150.572	-	-
		385.028	543.877	16.104.323	15.743.322
Investimentos	15	20.185.876	21.144.478	3.288.891	3.042.134
Imobilizado	16	4.929	4.112	10.239.484	10.142.591
Intangível	17	4.044	3.473	9.328.748	9.215.560
Direito de uso de ativos	26	4.825	3.165	257.338	204.056
		20.584.702	21.699.105	39.218.784	38.347.663
TOTAL DO ATIVO		21.715.106	23.894.503	49.283.817	49.537.535

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Balancos Patrimoniais

em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (continuação)

em milhares de reais

PASSIVO	NE nº	Controladora		Consolidado	
		30.06.2022	31.12.2021	30.06.2022	31.12.2021
CIRCULANTE					
Obrigações sociais e trabalhistas	18	12.511	36.454	330.828	604.810
Partes relacionadas	35	1.577	2.292	-	-
Fornecedores	19	9.246	3.353	2.091.060	2.585.735
Imposto de renda e contribuição social		1.063	1.813	127.931	63.946
Outras obrigações fiscais	12.2	176	34.956	367.467	440.933
Empréstimos e financiamentos	20	640.294	321.157	879.811	579.770
Debêntures	21	-	501.716	1.721.830	2.144.485
Dividendos a pagar		9.611	260.995	89.141	330.947
Benefícios pós-emprego	22	240	229	74.193	68.836
Encargos setoriais a recolher	23	-	-	52.533	198.386
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	24	-	-	267.343	292.495
Contas a pagar vinculadas à concessão	25	-	-	113.250	104.963
Passivos financeiros setoriais	8	-	-	885.385	139.770
Passivo de arrendamentos	26	406	301	53.153	47.240
Outras contas a pagar	27	536	548	430.088	370.383
PIS e Cofins a restituir para consumidores	12.2.1	-	-	-	7.294
		675.660	1.163.814	7.484.013	7.979.993
NÃO CIRCULANTE					
Partes relacionadas	35	5.851	5.851	-	-
Fornecedores	19	-	-	125.309	125.249
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.1	-	-	1.494.030	1.364.828
Outras obrigações fiscais	12.2	3.460	3.260	594.183	594.810
Empréstimos e financiamentos	20	-	468.970	2.693.885	3.098.674
Debêntures	21	-	-	7.609.515	6.003.132
Benefícios pós-emprego	22	14.661	13.922	1.254.208	1.226.338
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	24	-	-	336.761	334.602
Contas a pagar vinculadas à concessão	25	-	-	853.849	798.996
Passivos financeiros setoriais	8	-	-	46.280	153.409
Passivo de arrendamentos	26	4.572	2.957	214.309	165.494
Outras contas a pagar	27	68.373	50.943	384.885	599.909
PIS e Cofins a restituir para consumidores	12.2.1	-	-	1.861.828	3.319.501
Provisão para destinação de crédito de PIS e Cofins	12.2.1	-	-	1.821.933	-
Provisões para litígios	28	346.362	347.762	1.563.100	1.597.365
		443.279	893.665	20.854.075	19.382.307
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Atribuível aos acionistas da empresa controladora					
Capital social	29.1	10.800.000	10.800.000	10.800.000	10.800.000
Ajustes de avaliação patrimonial	29.2	405.855	426.170	405.855	426.170
Reserva legal		1.457.087	1.457.087	1.457.087	1.457.087
Reserva de retenção de lucros		7.785.092	7.785.092	7.785.092	7.785.092
Dividendo adicional proposto		-	1.368.675	-	1.368.675
Lucros acumulados		148.133	-	148.133	-
		20.596.167	21.837.024	20.596.167	21.837.024
Atribuível aos acionistas não controladores	15.2.2	-	-	349.562	338.211
		20.596.167	21.837.024	20.945.729	22.175.235
TOTAL DO PASSIVO		21.715.106	23.894.503	49.283.817	49.537.535

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Demonstrações de Resultados

dos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2022 e de 2021
em milhares de reais

	NE nº	Controladora		Consolidado	
		30.06.2022	30.06.2021	30.06.2022	30.06.2021
OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE					
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	30	-	-	10.846.315	10.412.812
Custos Operacionais	31	-	-	(8.137.797)	(7.704.928)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		-	-	2.708.518	2.707.884
Outras Receitas (Despesas) Operacionais					
Despesas com vendas	31	-	-	(113.533)	(95.502)
Despesas gerais e administrativas	31	(52.201)	(39.116)	(378.740)	(393.497)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	31	(12.139)	(33.972)	(168.498)	(65.922)
Provisão para destinação de créditos de PIS e Cofins	12.2.1	-	-	(810.563)	-
Resultado da equivalência patrimonial	15	257.061	1.542.602	321.206	152.805
		192.721	1.469.514	(1.150.128)	(402.116)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		192.721	1.469.514	1.558.390	2.305.768
Resultado Financeiro	32				
Receitas financeiras		37.125	217.777	530.786	506.711
Despesas financeiras		(90.977)	(29.967)	(1.011.442)	(516.422)
Atualização de provisão para destinação de créditos de PIS e Cofins	12.2.1	-	-	(1.011.370)	-
		(53.852)	187.810	(1.492.026)	(9.711)
LUCRO OPERACIONAL		138.869	1.657.324	66.364	2.296.057
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	12.3				
Imposto de renda e contribuição social		(3.978)	(10.987)	(388.271)	(351.616)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(7.073)	9.638	469.327	(228.205)
		(11.051)	(1.349)	81.056	(579.821)
LUCRO LÍQUIDO PROVENIENTE DE OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE		127.818	1.655.975	147.420	1.716.236
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS					
Lucro líquido proveniente de operações descontinuadas	39	-	79.858	-	83.596
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		127.818	1.735.833	147.420	1.799.832
Atribuído aos acionistas da empresa controladora decorrente de operações em continuidade		-	-	127.818	1.655.975
Atribuído aos acionistas da empresa controladora decorrente de operações descontinuadas		-	-	-	79.858
Atribuído aos acionistas não controladores decorrente de operações em continuidade	15.2.2	-	-	19.602	63.999
LUCRO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO ATRIBUÍDO AOS ACIONISTAS DA EMPRESA CONTROLADORA - OPERAÇÕES CONTINUADAS - em reais	29.3				
Ações ordinárias		0,04400	0,57498		
Ações preferenciais classe "A"		0,04840	0,63248		
Ações preferenciais classe "B"		0,04840	0,63248		
LUCRO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO ATRIBUÍDO AOS ACIONISTAS DA EMPRESA CONTROLADORA - em reais	29.3				
Ações ordinárias		0,04400	0,60271		
Ações preferenciais classe "A"		0,04840	0,66298		
Ações preferenciais classe "B"		0,04840	0,66298		

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Demonstrações de Resultados – Movimento do Segundo Trimestre

Dos períodos de três meses findos em 30 de junho de 2022 e de 2021

em milhares de reais

	NE nº	Controladora		Consolidado	
		1º.04.2022 a 30.06.2022	1º.04.2021 a 30.06.2021	1º.04.2022 a 30.06.2022	1º.04.2021 a 30.06.2021
OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE					
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	30	-	-	5.258.566	5.427.019
Custos Operacionais	31	-	-	(3.958.993)	(3.981.751)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		-	-	1.299.573	1.445.268
Outras Receitas (Despesas) Operacionais					
Despesas com vendas	31	-	-	(46.643)	(46.052)
Despesas gerais e administrativas	31	(28.606)	(22.168)	(182.335)	(195.507)
Outras receitas (despesas), líquidas	31	6.105	(20.176)	(80.547)	(10.232)
Provisão para destinação de créditos de PIS e Cofins	12.2.1	-	-	(810.563)	-
Resultado da equivalência patrimonial		(454.678)	887.907	208.425	66.071
		(477.179)	845.563	(911.663)	(185.720)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		(477.179)	845.563	387.910	1.259.548
Resultado Financeiro	32				
Receitas financeiras		20.043	93.482	270.911	238.382
Despesas financeiras		(53.877)	(17.953)	(538.340)	(228.961)
Atualização de provisão para destinação de créditos de PIS e Cofins	12.2.1	-	-	(1.011.370)	-
		(33.834)	75.529	(1.278.799)	9.421
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL		(511.013)	921.092	(890.889)	1.268.969
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	12.3				
Imposto de renda e contribuição social		(3.978)	(10.987)	(114.422)	(69.511)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(21.532)	(5.924)	482.940	(242.461)
		(25.510)	(16.911)	368.518	(311.972)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO PROVENIENTE DE OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE		(536.523)	904.181	(522.371)	956.997
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS					
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO PROVENIENTE DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS		-	45.807	-	47.661
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO		(536.523)	949.988	(522.371)	1.004.658
Atribuído aos acionistas da empresa controladora decorrente de operações em continuidade		-	-	(536.523)	904.181
Atribuído aos acionistas da empresa controladora decorrente de operações descontinuadas		-	-	-	45.807
Atribuído aos acionistas não controladores decorrente de operações em continuidade		-	-	14.152	54.670
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO ATRIBUÍDO AOS ACIONISTAS DA EMPRESA CONTROLADORA - OPERAÇÕES CONTINUADAS - em reais	29.3				
Ações ordinárias		(0,18470)	0,31394		
Ações preferenciais classe "A"		(0,20317)	0,34534		
Ações preferenciais classe "B"		(0,20317)	0,34534		
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO ATRIBUÍDO AOS ACIONISTAS DA EMPRESA CONTROLADORA - em reais	29.3				
Ações ordinárias		(0,18470)	0,32985		
Ações preferenciais classe "A"		(0,20317)	0,36284		
Ações preferenciais classe "B"		(0,20317)	0,36284		

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Demonstrações de Resultados Abrangentes

dos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2022 e de 2021
em milhares de reais

	NE nº	Controladora		Consolidado	
		30.06.2022	30.06.2021	30.06.2022	30.06.2021
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		127.818	1.735.833	147.420	1.799.832
Itens que não serão reclassificados para o resultado					
Perdas com passivos atuariais					
benefícios pós-emprego		-	(2.688)	-	-
benefícios pós-emprego - equivalência patrimonial		-	(14.047)	-	-
Tributos sobre outros resultados abrangentes		-	914	-	(15.821)
Total de outros resultados abrangentes, líquido de tributos		-	(15.821)	-	(15.821)
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO		127.818	1.720.012	147.420	1.784.011
Atribuído aos acionistas da empresa controladora decorrente de operações em continuidade				127.818	1.640.154
Atribuído aos acionistas da empresa controladora decorrente de operações descontinuadas				-	79.858
Atribuído aos acionistas não controladores decorrente de operações em continuidade				19.602	63.999

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Demonstrações de Resultados Abrangentes – Movimento do Segundo Trimestre

Dos períodos de três meses findos em 30 de junho de 2022 e de 2021
em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	1º.04.2022	1º.04.2021	1º.04.2022	1º.04.2021
	a 30.06.2022	a 30.06.2021	a 30.06.2022	a 30.06.2021
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	(536.523)	949.988	(522.371)	1.004.658
Itens que nunca serão reclassificados para o resultado				
Perdas com passivos atuariais				
benefícios pós-emprego	-	(2.688)	-	-
benefícios pós-emprego - equivalência patrimonial	-	(14.047)	-	-
Tributos sobre outros resultados abrangentes	-	914	-	(15.821)
Total de outros resultados abrangentes, líquido de tributos	-	(15.821)	-	(15.821)
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	(536.523)	934.167	(522.371)	988.837
Atribuído aos acionistas da empresa controladora decorrente de operações em continuidade			(536.523)	888.360
Atribuído aos acionistas da empresa controladora decorrente de operações descontinuadas			-	45.807
Atribuído aos acionistas não controladores decorrente de operações em continuidade			14.152	54.670

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

dos períodos findos em 30 de junho de 2022 e de 2021
em milhares de reais

	NE nº	Atribuível aos acionistas da empresa controladora							Total Controladora	Atribuível aos acionistas não controladores	Total Consolidado
		Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial		Reservas de lucros						
			Custo atribuído do imobilizado	Outros resultados abrangentes	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados			
Saldo em 1º de janeiro de 2022		10.800.000	633.789	(207.619)	1.457.087	7.785.092	1.368.675	-	21.837.024	338.211	22.175.235
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	127.818	127.818	19.602	147.420
Resultado abrangente total do período		-	-	-	-	-	-	127.818	127.818	19.602	147.420
Realização do custo atribuído do imobilizado, líquida de tributos	29.2	-	(20.315)	-	-	-	-	20.315	-	-	-
Deliberação do dividendo adicional proposto	29.4	-	-	-	-	-	(1.368.675)	-	(1.368.675)	-	(1.368.675)
Juros sobre o capital próprio	15.2.2	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.251)	(8.251)
Saldo em 30 de junho de 2022		10.800.000	613.474	(207.619)	1.457.087	7.785.092	-	148.133	20.596.167	349.562	20.945.729

	NE nº	Atribuível aos acionistas da empresa controladora							Total Controladora	Atribuível aos acionistas não controladores	Total Consolidado
		Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial		Reservas de lucros						
			Custo atribuído do imobilizado	Outros resultados abrangentes	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados			
Saldo em 1º de janeiro de 2021		10.800.000	680.364	(327.015)	1.209.458	6.088.855	1.507.449	-	19.959.111	291.407	20.250.518
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	1.735.833	1.735.833	63.999	1.799.832
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Perdas atuariais, líquidas de tributos		-	-	(15.821)	-	-	-	-	(15.821)	-	(15.821)
Resultado abrangente total do período		-	-	(15.821)	-	-	-	1.735.833	1.720.012	63.999	1.784.011
Realização do custo atribuído do imobilizado, líquida de tributos		-	(24.236)	-	-	-	-	24.236	-	-	-
Deliberação do dividendo adicional proposto		-	-	-	-	-	(1.507.449)	-	(1.507.449)	(25.920)	(1.533.369)
Saldo em 30 de junho de 2021		10.800.000	656.128	(342.836)	1.209.458	6.088.855	-	1.760.069	20.171.674	329.486	20.501.160

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

dos períodos findos em 30 de junho de 2022 e de 2021

em milhares de reais

	NE nº	Controladora		Consolidado	
		30.06.2022	30.06.2021	30.06.2022	30.06.2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício proveniente de operações em continuidade		127.818	1.655.975	147.420	1.716.236
Lucro líquido do exercício proveniente de operações descontinuadas		-	79.858	-	83.596
Lucro líquido do exercício		127.818	1.735.833	147.420	1.799.832
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do exercício com a geração de caixa das atividades operacionais:					
Encargos, variações monetárias e cambiais não realizadas - líquidas		50.053	(197.140)	702.299	226.126
Juros efetivos - bonificação pela outorga de contrato de concessão em regime de cotas	9.3	-	-	(78.146)	(60.148)
Remuneração de contratos de concessão de transmissão	10.3	-	-	(547.268)	(538.061)
Recuperação de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS	12.2.1	-	-	(11.432)	31.563
Provisão para destinação de créditos de PIS e Cofins	12.2.1	-	-	1.821.933	-
Imposto de renda e contribuição social	12.3	3.978	10.987	388.271	351.616
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.3	7.073	(9.638)	(469.327)	228.206
Resultado da equivalência patrimonial	15.1	(257.146)	(1.542.602)	(321.206)	(152.805)
Apropriação de obrigações de benefícios pós emprego	22.4	3.410	2.909	131.075	116.413
Constituição para programas de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	24.1	-	-	76.881	83.364
Reconhecimento do valor justo do ativo indenizável da concessão	30	-	-	(77.305)	(68.719)
Resultado de ativos e passivos financeiros setoriais	30	-	-	(747.667)	(869.738)
Depreciação e amortização	31	1.231	1.134	641.872	511.495
Perdas estimadas, provisões e reversões operacionais líquidas	31.4	12.305	30.988	175.837	(7.207)
Realização de mais/menos valia em combinações de negócios	10.3	-	-	(361)	(361)
Valor justo nas operações de compra e venda de energia no mercado ativo	30.1 e 31.1	-	-	17.393	(19.413)
Valor justo nas operações com derivativos	32	-	-	2.907	7.411
Baixas de contas a receber vinculadas à concessão	9.1	-	-	26.625	90
Baixas de ativos de contrato	10.1	-	-	4.742	1.985
Resultado das baixas de imobilizado	16.2	-	-	874	1.394
Resultado das baixas de intangíveis	17.1 e 17.4	-	-	24.731	12.414
Resultado das baixas de direito de uso de ativos e passivo de arrendamentos - líquido	26.1 e 26.2	-	(1)	(54)	(59)
		(51.278)	32.470	1.910.094	1.655.398
Redução (aumento) dos ativos					
Clientes		-	-	1.091.748	360.596
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos		2.146.655	1.624.064	52.223	19.927
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná		-	184.640	-	184.640
Depósitos judiciais		76	1.075	(10.546)	(46.475)
Ativos financeiros setoriais	8	-	-	606.154	291.232
Outros créditos		7.299	(4.767)	113.186	(271.467)
Estoques		-	-	(9.010)	(31.728)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(26.144)	6.707	(50.082)	(18.368)
Outros tributos a recuperar		21.219	15.033	115.107	(141.225)
Despesas antecipadas		(914)	(1.433)	(2.810)	117
Partes relacionadas		155.946	6.365	(952)	-
		2.304.137	1.831.684	1.905.018	347.249
Aumento (redução) dos passivos					
Obrigações sociais e trabalhistas		(23.943)	4.748	(183.119)	88.482
Partes relacionadas		(715)	(305)	-	-
Fornecedores		5.893	5.179	(529.029)	(236.575)
Outras obrigações fiscais		(19.156)	(13.429)	325.078	(47.491)
Benefícios pós-emprego	22.4	(2.660)	(2.604)	(97.848)	(92.448)
Encargos setoriais a recolher		-	-	(145.853)	68.739
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	24.1	-	-	(116.075)	(104.339)
Contas a pagar vinculadas à concessão	25.1	-	-	(53.735)	(43.353)
Outras contas a pagar		(500)	(183)	48.109	(29.196)
Provisões para litígios quitadas	28.1	(11)	(27.386)	(108.317)	(110.124)
		(41.092)	(33.980)	(860.789)	(506.305)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		2.211.767	1.830.174	2.954.323	1.496.342
Imposto de renda e contribuição social pagos		(4.728)	-	(206.005)	(299.184)
Encargos de empréstimos e financiamentos pagos	20.3	(48.454)	(16.126)	(166.625)	(85.457)
Encargos de debêntures pagos	21.2	(28.351)	(9.806)	(370.660)	(121.881)
Encargos de passivo de arrendamentos pagos	26.2	(192)	(88)	(9.737)	(2.290)
Encargos de empréstimos concedidos/obtidos de partes relacionadas		4.895	(10.055)	-	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS PROVENIENTES DE OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE		2.134.937	1.794.099	2.201.296	987.530
CAIXA LÍQUIDO GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS PROVENIENTES DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	39	-	(79.858)	-	20.770
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		2.134.937	1.714.241	2.201.296	1.008.300

(continua)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

dos períodos findos em 30 de junho de 2022 e de 2021 (continuação)

em milhares de reais

	NE nº	Controladora		Consolidado	
		30.06.2022	30.06.2021	30.06.2022	30.06.2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aplicações financeiras		(7.496)	2.998	77.638	20.131
Empréstimos concedidos a partes relacionadas		(100.000)	-	-	-
Recebimento de empréstimos concedidos a partes relacionadas		100.000	33.899	-	-
Aquisições de ativos de contrato		-	-	(1.021.933)	(701.521)
Aportes em investimentos	15.1	(4.829)	(3.870)	(4.829)	(100)
Redução de capital em investidas	15.1	-	53.000	61.537	-
Aquisições de imobilizado		(1.086)	(379)	(353.477)	(64.585)
Aquisições de intangível	17.4	(742)	(748)	(3.468)	(3.635)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO PROVENIENTES DE OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE		(14.153)	84.900	(1.244.532)	(749.710)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO PROVENIENTES DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	39	-	-	-	(47.338)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(14.153)	84.900	(1.244.532)	(797.048)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Ingressos de empréstimos e financiamentos	20.3	-	-	121.927	-
Ingressos de debêntures emitidas	21.2	-	-	1.500.000	-
Custos de transação na emissão de debêntures	21.2	-	-	(14.445)	-
Amortizações de principal de empréstimos e financiamentos	20.3	(134.894)	(300.000)	(242.732)	(101.965)
Amortizações de principal de debêntures	21.2	(500.000)	(280.000)	(526.655)	(335.877)
Amortizações de principal de passivo de arrendamentos	26.2	(170)	(149)	(26.327)	(25.349)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(1.623.198)	(1.246.952)	(1.623.198)	(1.255.581)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO PROVENIENTES DE OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE		(2.258.262)	(1.827.101)	(811.430)	(1.718.772)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO PROVENIENTES DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	39	-	-	-	(1.608)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(2.258.262)	(1.827.101)	(811.430)	(1.720.380)
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(137.478)	(27.960)	145.334	(1.509.128)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	5	626.052	42.700	3.472.845	3.222.768
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	5	488.574	14.740	3.618.179	1.437.628
Variação de caixa e equivalentes de caixa proveniente de operações descontinuadas	39	-	-	-	276.012
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(137.478)	(27.960)	145.334	(1.509.128)

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Demonstrações do Valor Adicionado

dos períodos findos em 30 de junho de 2022 e de 2021
em milhares de reais

VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	Controladora		Consolidado	
	30.06.2022	30.06.2021	30.06.2022	30.06.2021
Receitas				
Venda de energia e outros serviços	-	-	15.231.394	13.211.408
Receita de construção	-	-	1.115.069	1.005.406
Valor justo do ativo indenizável da concessão	-	-	77.305	68.719
Resultado de ativos e passivos financeiros setoriais	-	-	747.667	869.738
Outras receitas	7.731	-	27.848	24.457
Perdas de crédito esperadas	-	-	(82.407)	(81.344)
	7.731	-	17.116.876	15.098.384
(-) Insumos adquiridos de terceiros				
Energia elétrica comprada para revenda	-	-	4.238.007	4.054.810
Encargos de uso da rede elétrica (-) ESS e EER	-	-	951.872	927.002
Material, insumos e serviços de terceiros	19.352	13.743	524.629	1.037.845
Gás natural e insumos para operações de gás	-	-	561.581	279.116
Custo de construção	-	-	993.784	922.480
Perda de valores ativos	7.658	38	62.018	32.745
Reversão de perdas estimadas p/ redução ao valor recuperável de ativos - <i>Impairment</i>	-	-	9.695	(126.206)
Provisão para destinação de créditos de PIS e Cofins	-	-	810.563	-
Outros insumos	21.857	44.861	180.491	101.351
	48.867	58.642	8.332.640	7.229.143
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO	(41.136)	(58.642)	8.784.236	7.869.241
(-) Depreciação e amortização	1.231	1.134	641.872	511.491
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	(42.367)	(59.776)	8.142.364	7.357.750
(+) Valor adicionado transferido				
Resultado da equivalência patrimonial	257.061	1.542.602	321.206	152.805
Receitas financeiras	37.125	217.777	530.786	506.711
Outras receitas	679	615	172.706	108.400
	294.865	1.760.994	1.024.698	767.916
Valor adicionado proveniente de operações descontinuadas	-	79.858	-	224.138
	252.498	1.781.076	9.167.062	8.349.804

(continua)

Demonstrações do Valor Adicionado
 dos períodos findos em 30 de junho de 2022 e de 2021 (continuação)
 em milhares de reais

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	Controladora				Consolidado			
	30.06.2022	%	30.06.2021	%	30.06.2022	%	30.06.2021	%
Pessoal								
Remunerações e honorários	14.560		5.114		408.861		403.654	
Planos previdenciário e assistencial	3.227		1.402		134.582		122.995	
Auxílio alimentação e educação	1.040		788		50.333		50.829	
Encargos sociais - FGTS	976		279		25.834		25.673	
Programa de desligamentos voluntários	(2.087)		-		(8.526)		-	
Provisões por desempenho e participação nos lucros	376		5.006		46.356		144.345	
	18.092	7,2	12.589	0,7	657.440	7,2	747.496	9,0
Governo								
Federal								
Tributos	26.919		4.701		679.463		1.188.219	
Encargos setoriais	-		-		2.847.113		1.723.007	
Estadual	23		27		2.803.142		2.221.843	
Municipal	882		2		7.321		8.563	
	27.824	11,0	4.730	0,3	6.337.039	69,1	5.141.632	61,6
Terceiros								
Juros	78.598		27.795		993.864		512.874	
Atualização provisão p/ destinação créditos PIS e Cofins	-		-		1.011.370		-	
Arrendamentos e aluguéis	166		129		18.496		5.832	
Doações, subvenções e contribuições	-		-		1.433		1.596	
	78.764	31,2	27.924	1,6	2.025.163	22,1	520.302	6,2
Acionistas								
Lucros retidos	127.818		1.655.975		127.818		1.652.237	
Participações de acionistas não controladores	-		-		19.602		63.999	
	127.818	50,6	1.655.975	93,0	147.420	1,6	1.716.236	20,6
Valor adicionado distribuído proveniente de operações descontinuadas	-	-	79.858	4,4	-	-	224.138	2,6
	252.498	100,0	1.781.076	100,0	9.167.062	100,0	8.349.804	100,0

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

em 30 de junho de 2022

em milhares de reais

1 Contexto Operacional

A Companhia Paranaense de Energia (Copel, Companhia ou Controladora), com sede na Rua José Izidoro Biazetto, 158, Bloco A, Curitiba - PR, é sociedade por ações, de economia mista, de capital aberto, controlada pelo Estado do Paraná, cujas ações são negociadas no Nível 2 de Governança Corporativa dos Segmentos Especiais de Listagem da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e também negociadas nas Bolsas de Valores de Nova Iorque (NYSE) e de Madri, no segmento latino-americano (Latibex).

A Copel e suas controladas têm como principais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME, pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a produção, transformação, transporte, distribuição e comercialização de energia, em qualquer de suas formas, principalmente a elétrica. Adicionalmente, a Copel tem participação em consórcios, em empresas privadas e de economia mista, com o objetivo de desenvolver atividades, principalmente nas áreas de energia e gás natural.

1.1 Participações societárias da Copel

A Copel participa, direta ou indiretamente, em controladas (1.1.1), em empreendimentos controlados em conjunto (1.1.2), em coligadas (1.1.3) e em operações em conjunto (1.1.4). Não ocorreram alterações, aquisições e alienações em relação às participações societárias de 31.12.2021.

1.1.1 Controladas

Controlada	Sede	Atividade principal	Participação	
			%	Investidora
Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT)	Curitiba/PR	Geração e transmissão de energia elétrica	100,0	Copel
Copel Distribuição S.A. (Copel DIS) (a)	Curitiba/PR	Distribuição de energia elétrica	100,0	Copel
Copel Serviços S.A. (Copel SER)	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica	100,0	Copel
Copel Comercialização S.A. (Copel COM)	Curitiba/PR	Comercialização de energia	100,0	Copel
Companhia Paranaense de Gás - Compagás	Curitiba/PR	Distribuição de gás canalizado	51,0	Copel
Elejor - Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A.	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica	70,0	Copel
UEG Araucária S.A. (UEGA)	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica - gás natural	20,3	Copel
			60,9	Copel GeT
São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A. (São Bento)	Curitiba/PR	Controle e gestão de participações	100,0	Copel GeT
Nova Asa Branca I Energias Renováveis S.A.	S. Miguel do Gostoso/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A.	Parazinho/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Nova Asa Branca III Energias Renováveis S.A.	Parazinho/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Nova Eurus IV Energias Renováveis S.A.	Touros/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Santa Maria Energias Renováveis S.A.	Maracanaú/CE	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Santa Helena Energias Renováveis S.A.	Maracanaú/CE	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Ventos de Santo Uriel S.A.	João Câmara/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Cutia Empreendimentos Eólicos S.A. (Cutia)	Curitiba/PR	Controle e gestão de participações	100,0	Copel GeT
Brownfield Investment Holding Ltda. (Brownfield)	Curitiba/PR	Controle e gestão de participações	100,0	Copel GeT
Ventos de Serra do Mel B S.A.	Serra do Mel/RN	Controle e gestão de participações	68,84	Copel GeT
			31,16	Brownfield
Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.	Curitiba/PR	Transmissão de energia elétrica	100,0	Copel GeT
Marumbi Transmissora de Energia S.A.	Curitiba/PR	Transmissão de energia elétrica	100,0	Copel GeT
Uirapuru Transmissora de Energia S.A.	Curitiba/PR	Transmissão de energia elétrica	100,0	Copel GeT
Bela Vista Geração de Energia S.A.	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica	100,0	Copel GeT
F.D.A. Geração de Energia Elétrica S.A. (FDA)	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica	100,0	Copel GeT
Jandaíra I Energias Renováveis S.A.	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Jandaíra II Energias Renováveis S.A.	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Jandaíra III Energias Renováveis S.A.	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Jandaíra IV Energias Renováveis S.A.	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Eol Potiguar B61 SPE S.A. (b)	Serra do Mel/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
GE Olho D'Água S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	São Bento
GE Boa Vista S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	São Bento
GE Farol S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	São Bento
GE São Bento do Norte S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	São Bento
Central Geradora Eólica São Bento do Norte I S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Central Geradora Eólica São Bento do Norte II S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Central Geradora Eólica São Bento do Norte III S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Central Geradora Eólica São Miguel I S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Central Geradora Eólica São Miguel II S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Central Geradora Eólica São Miguel III S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Guajiru S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Jangada S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Potiguar S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Cutia S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Maria Helena S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Esperança do Nordeste S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Paraíso dos Ventos do Nordeste S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Eol Potiguar B141 SPE S.A.	Serra do Mel/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Serra do Mel
Eol Potiguar B142 SPE S.A.	Serra do Mel/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Serra do Mel
Eol Potiguar B143 SPE S.A.	Serra do Mel/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Serra do Mel
Eol Ventos de Vila Paraíba IV SPE S.A.	Serra do Mel/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Serra do Mel

(a) Em 19.05.2022 foi concedido pela CVM o registro da Copel DIS como companhia de capital aberto na categoria "B".

(b) Empreendimento eólico com 99,99992% da Copel Get e 0,00008% da Brownfield.

1.1.2 Empreendimentos controlados em conjunto

Empreendimento controlado em conjunto	Sede	Atividade principal	Participação	
			%	Investidora
Voltalia São Miguel do Gostoso I Participações S.A.	São Paulo/SP	Participação em sociedades	49,0	Copel
Solar Paraná GD Participações S.A. (a)	Curitiba/PR	Participação em sociedades	49,0	Copel
Caiuá Transmissora de Energia S.A.	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	49,0	Copel GeT
Integração Maranhense Transmissora de Energia S.A.	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	49,0	Copel GeT
Matrinchã Transmissora de Energia (TP NORTE) S.A.	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	49,0	Copel GeT
Guaraciaba Transmissora de Energia (TP SUL) S.A.	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	49,0	Copel GeT
Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	24,5	Copel GeT
Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.	Jundiaí/SP	Transmissão de energia elétrica	50,1	Copel GeT
Cantareira Transmissora de Energia S.A.	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	49,0	Copel GeT

(a) Holding de 6 SPEs que atuam no ramo de geração distribuída (usinas fotovoltaicas): Pharma Solar II, Pharma Solar III, Pharma Solar IV, em operação comercial, e Bandeirantes Solar I, Bandeirantes Solar II e Bandeirantes Solar III, em fase pré-operacional.

1.1.3 Coligadas

Coligada	Sede	Atividade principal	Participação %	
			%	Investidora
Dona Francisca Energética S.A.	Agudo/RS	Geração de energia elétrica	23,03	Copel
Foz do Chopim Energética Ltda.	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica	35,77	Copel GeT
Carbocampel S.A.	Figueira/PR	Exploração de carvão	49,0	Copel

1.1.4 Operações em conjunto (consórcios)

Consórcio	Consorticiados	Participação %
Consórcio Energético Cruzeiro do Sul (NE nº 16.3)	Copel GeT	51,0
	Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	49,0
Consórcio Empreendedor Baixo Iguaçu (NE nº 16.3)	Copel GeT	30,0
	Geração Céu Azul S.A. (controlada da Neoenergia S.A.)	70,0
Consórcio Copel Energia a Gás Natural (a)	Copel	49,0
	Shell Brasil Petróleo Ltda.	51,0

a) **Consórcio Copel Energia a Gás Natural**

Constituído em julho de 2020 com a finalidade de desenvolver estudos de viabilidade técnica, econômico-financeira e socioambiental de projetos de geração termelétrica a gás natural. O objeto previsto para o consórcio se encontra em desenvolvimento.

2 Concessões e Autorizações

2.1 Contratos de Concessão/Autorização das participações da Copel

Contratos de Concessão / Autorização das Participações Societárias		Participação %	Vencimento
Copel DIS	Contrato de concessão nº 046/1999, prorrogado pelo 5º Termo Aditivo	100	07.07.2045
Elejor	Contrato de concessão nº 125/2001 - UHE Fundão	70	11.06.2040
	Contrato de concessão nº 125/2001 - UHE Santa Clara	70	10.05.2040
	Autorização - Resoluções nºs 753 e 757/2002 - PCHs Fundão I e Santa Clara I	70	19.12.2032
Dona Francisca Energética	Contrato de concessão nº 188/1998 - UHE Dona Francisca	23	21.09.2037
UEG Araucária	Autorização - Resolução nº 351/1999 - UTE Araucária (60,9% da Copel GeT)	20,3	23.12.2029
Compagás (2.1.1)	Contrato de concessão de distribuição de gás	51	06.07.2024
Usina de Energia Eólica São João S.A. (a)	Portaria MME nº 173 /2012 - EOL São João	49	26.03.2047
Usina de Energia Eólica Carnaúba S.A. (a)	Portaria MME nº 204 /2012 - EOL Carnaúbas	49	09.04.2047
Usina de Energia Eólica Reduto S.A. (a)	Portaria MME nº 230 /2012 - EOL Reduto	49	16.04.2047
Usina de Energia Eólica Santo Cristo S.A. (a)	Portaria MME nº 233 /2012 - EOL Santo Cristo	49	18.04.2047

(a) Subsidiária integral da Voltalia São Miguel do Gostoso I Participações S.A.

Usina Hidrelétrica - UHE
 Pequena Central Hidrelétrica - PCH
 Usina Termelétrica - UTE
 Usina Eolielétrica - EOL

2.1.1 Compagas

A Compagas tem contrato de concessão firmado com o Poder Concedente, o Estado do Paraná, que determina vigência de 30 anos a partir de 06.07.1994.

Em 07.12.2017, o Estado do Paraná publicou a Lei Complementar nº 205, trazendo nova interpretação quanto ao término de vencimento da concessão que ocorria em 20.01.2019. Houve um entendimento entre os acionistas de que a lei poderia ser questionada e a Compagas entrou com ação judicial, pela inconstitucionalidade da Lei. Foi deferida tutela provisória à Compagas reconhecendo a validade da cláusula de vencimento prevista em contrato. Em 1º.12.2020, foi emitida a Lei Complementar nº 227 que revogou o artigo 15 da Lei Complementar nº 205/17, mantendo o vencimento da concessão em 06.07.2024.

Em 23.07.2021, a Secretaria do Planejamento e Projetos Estruturantes do Estado do Paraná submeteu para consulta pública o Plano Estadual para o Setor de Distribuição de Gás Canalizado, abrangendo a proposta de prorrogação da concessão da Compagas por 30 anos, contados a partir de 06.07.2024. A proposta contempla a celebração de novo contrato de concessão, com alteração da estrutura tarifária da concessão de preço por custo para tarifa teto. Em 22.02.2022 foi realizada Audiência Pública por meio de videoconferência para coletar sugestões e contribuições ao Plano Estadual do Gás e Prorrogação da Concessão. O Relatório Final da audiência não foi divulgado até a autorização para emissão destas demonstrações financeiras intermediárias.

2.2 Contratos de Concessão/Autorização da Copel GeT e das suas participações societárias

Copel GeT	Participação %	Vencimento	
CONCESSÕES ONEROSAS PELO DIREITO DE USO DO BEM PÚBLICO - UBP			
Contrato de Concessão de geração nº 001/2007 - UHE Gov. Jayme Canet Júnior (Mauá)	51	27.05.2047	
Contrato de Concessão nº 001/2011 - UHE Colíder	100	30.01.2046	
Autorização - Portaria nº 133/2011 - PCH Cavernoso II	100	06.12.2050	
Contrato de Concessão nº 002/2012 - UHE Baixo Iguaçu	30	03.12.2049	
Contrato de Concessão nº 007/2013			
UHE Apucarantina	100	27.01.2027	
UHE Chaminé	100	02.08.2028	
UHE Derivação do Rio Jordão	100	21.06.2032	
UHE Cavernoso	100	23.06.2033	
CONCESSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO			
Contrato de Concessão nº 045/1999			
UTE Figueira (NE nº 34.2.6)	100	27.03.2019	
UHE São Jorge (NE nº 34.2.6)	100	24.07.2026	
UHE Gov. Ney Aminthas de Barros Braga (Segredo)	100	25.09.2032	
UHE Gov. José Richa (Salto Caxias)	100	20.03.2033	
Contrato de Concessão nº 001/2020			
UHE Guaricana	100	21.07.2028	
Autorização - Resolução nº 278/1999 - EOL Palmas			
Despacho nº 182/2002 - Central Geradora Hidrelétrica - CGH Melissa, CGH Pitangui e CGH Salto do Vau (apenas registro na Aneel)	100	-	
Contrato de Concessão nº 003/2016 - UHE Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza (GPS)			
UHE Marumbi - Declaração de registro de central geradora: CGH.PH.PR.001501-6.02	100	-	
Resolução Autorizativa Aneel nº 5373/2015 - CGH Chopim I (apenas registro na Aneel)	100	-	
Contratos de Concessão / Autorização das Participações Societárias			
UEG Araucária	Resolução nº 351/1999 - UTE Araucária (20,3% da Copel)	60,9	23.12.2029
Nova Asa Branca I	Portaria MME nº 267/2011 - EOL Asa Branca I	100	25.04.2046
Nova Asa Branca II	Portaria MME nº 333/2011 - EOL Asa Branca II	100	31.05.2046
Nova Asa Branca III	Portaria MME nº 334/2011 - EOL Asa Branca III	100	31.05.2046
Nova Eurus IV	Portaria MME nº 273/2011 - EOL Eurus IV	100	27.04.2046
Santa Maria	Portaria MME nº 274/2012 - EOL SM	100	08.05.2047
Santa Helena	Portaria MME nº 207/2012 - EOL Santa Helena	100	09.04.2047
Ventos de Santo Uriel	Portaria MME nº 201/2012 - EOL Ventos de Santo Uriel	100	09.04.2047
GE Boa Vista	Portaria MME nº 276/2011 - EOL Dreen Boa Vista	100	28.04.2046
GE Farol	Portaria MME nº 263/2011 - EOL Farol	100	20.04.2046
GE Olho D'Água	Portaria MME nº 343/2011 - EOL Dreen Olho D'Água	100	01.06.2046
GE São Bento do Norte	Portaria MME nº 310/2011 - EOL Dreen São Bento do Norte	100	19.05.2046
Esperança do Nordeste	Portaria MME nº 183/2015 - EOL Esperança do Nordeste	100	11.05.2050
Paraíso dos Ventos do Nordeste	Portaria MME nº 182/2015 - EOL Paraíso dos Ventos do Nordeste	100	11.05.2050
Usina de Energia Eólica Jangada	REA nº 3.257/2011 - EOL GE Jangada	100	05.01.2042
Maria Helena	REA nº 3.259/2011 - EOL GE Maria Helena	100	05.01.2042
Usina de Energia Eólica Potiguar	Portaria MME nº 179/2015 - EOL Potiguar	100	11.05.2050
Usina de Energia Eólica Guajiru	REA nº 3.256/2011 - EOL Dreen Guajiru	100	05.01.2042
Usina de Energia Eólica Cutia	REA nº 3.258/2011 - EOL Dreen Cutia	100	05.01.2042
São Bento do Norte I	Portaria nº 349/2015 - EOL São Bento do Norte I	100	04.08.2050
São Bento do Norte II	Portaria nº 348/2015 - EOL São Bento do Norte II	100	04.08.2050
São Bento do Norte III	Portaria nº 347/2015 - EOL São Bento do Norte III	100	04.08.2050
São Miguel I	Portaria nº 352/2015 - EOL São Miguel I	100	04.08.2050
São Miguel II	Portaria nº 351/2015 - EOL São Miguel II	100	04.08.2050
São Miguel III	Portaria nº 350/2015 - EOL São Miguel III	100	04.08.2050
Foz do Chopim	Autorização - Resolução nº 114/2000 - PCH Arturo Andreoli	35,77	15.08.2032
PCH Bela Vista (NE nº 16.5.1)	Resolução Autorizativa nº 913/2007 - transferência de titularidade pela Resolução Autorizativa nº 7802/2019	100	02.01.2041
F.D.A. Geração de Energia Elétrica (NE nº 34.2.6)	Contrato de Concessão de Geração nº 002/2020	100	21.12.2024
Jandaíra I Energias Renováveis (a)	Portaria nº 140/2020 - EOL Jandaíra I	100	02.04.2055
Jandaíra II Energias Renováveis (a)	Portaria nº 141/2020 - EOL Jandaíra II	100	02.04.2055
Jandaíra III Energias Renováveis (a)	Portaria nº 142/2020 - EOL Jandaíra III	100	02.04.2055
Jandaíra IV Energias Renováveis (a)	Portaria nº 139/2020 - EOL Jandaíra IV	100	02.04.2055
EOL Potiguar B 141 SPE S.A.	Portaria nº 02/2019 - EOL Vila Maranhão I	100	11.01.2054
EOL Potiguar B 142 SPE S.A.	Portaria nº 12/2019 - EOL Vila Maranhão II	100	14.01.2054
EOL Potiguar B 143 SPE S.A.	Portaria nº 13/2019 - EOL Vila Maranhão III	100	14.01.2054
EOL Potiguar B 61 SPE S.A.	Portaria nº 453/2019 - EOL Ventos de Vila Mato Grosso I	100	06.12.2054
Ventos de Vila Paraiba IV SPE S.A.	Portaria nº 10/2019 - EOL Vila Ceará I	100	14.01.2054

(a) Empreendimentos em construção (NE nº 16.5.2).

Copel GeT	Participação %	Vencimento	Próxima revisão tarifária
Contratos de Concessões de Linhas de Transmissão - LT e Subestações - SE			
Contrato nº 060/2001 - Instalações de transmissão (diversos LTs e SEs) - prorrogado pelo 3º termo aditivo	100	01.01.2043	2023
Contrato nº 075/2001 - LT 230 kV Bateias - Jaguariaíva	100	17.08.2031	(a)
Contrato nº 006/2008 - LT 230 kV Bateias - Pilarzinho	100	17.03.2038	2023
Contrato nº 027/2009 - LT 525 kV Foz do Iguaçu - Cascavel Oeste	100	19.11.2039	2025
Contrato nº 010/2010 - LT 500 kV Araraquara II - Taubaté	100	06.10.2040	2026
Contrato nº 015/2010 - SE Cerquilha III 230/138 kV	100	06.10.2040	2026
Contrato nº 022/2012 - LT 230 kV Londrina - Figueira e LT 230 kV Foz do Chopim - Salto Osório	100	27.08.2042	2023
Contrato nº 002/2013 - LT 230 kV Assis - Paraguaçu Paulista II e SE Paraguaçu Paulista II 230 kV	100	25.02.2043	2023
Contrato nº 005/2014 - LT 230 kV Bateias - Curitiba Norte e SE Curitiba Norte 230/138 kV	100	29.01.2044	2024
Contrato nº 021/2014 - LT 230 kV Foz do Chopim - Realeza e SE Realeza 230/138 kV	100	05.09.2044	2025
Contrato nº 022/2014 - LT 500 kV Assis - Londrina	100	05.09.2044	2025
Contrato nº 006/2016 - LT 525 kV Curitiba Leste - Blumenau	100	07.04.2046	2026
LT 230 kV Baixo Iguaçu - Realeza			
LT 230 kV Curitiba Centro - Uberaba			
SE Medianeira 230/138 kV			
SE Curitiba Centro 230/138 kV			
SE Andirá Leste 230/138 kV			
Contratos de Concessão / Autorização das Participações Societárias			
Costa Oeste Transmissora	Contrato nº 001/2012:	100	12.01.2042
	LT 230 kV Cascavel Oeste - Umuarama		
	SE Umuarama 230/138 kV		
Caiuá Transmissora	Contrato nº 007/2012:	49	10.05.2042
	LT 230 kV Umuarama - Guaíra		
	LT 230 kV Cascavel Oeste - Cascavel Norte		
	SE Santa Quitéria 230/138/13,8 kV		
	SE Cascavel Norte 230/138/13,8 kV		
Marumbi Transmissora	Contrato nº 008/2012:	100	10.05.2042
	LT 525 kV Curitiba - Curitiba Leste		
	SE Curitiba Leste 525/230 kV		
Integração Maranhense	Contrato nº 011/2012: LT 500 kV Açailândia - Miranda II	49	10.05.2042
Matrinchã Transmissora	Contrato nº 012/2012:	49	10.05.2042
	LT 500 kV Paranaíta - Cláudia		
	LT 500 kV Cláudia - Paranatinga		
	LT 500 kV Paranatinga - Ribeirãozinho		
	SE Paranaíta 500 kV		
	SE Cláudia 500 kV		
	SE Paranatinga 500 kV		
Guaraciaba Transmissora	Contrato nº 013/2012:	49	10.05.2042
	LT 500 kV Ribeirãozinho - Rio Verde Norte		
	LT 500 kV Rio Verde Norte - Marimbondo II		
	SE Marimbondo II 500 kV		
Paranaíba Transmissora	Contrato nº 007/2013:	24,5	02.05.2043
	LT 500 kV Barreiras II - Rio das Éguas		
	LT 500 kV Rio das Éguas - Luziânia		
	LT 500 kV Luziânia - Pirapora 2		
Mata de Santa Genebra	Contrato nº 001/2014:	50,1	14.05.2044
	LT 500 kV Itatiba - Bateias		
	LT 500 kV Araraquara 2 - Itatiba		
	LT 500 kV Araraquara 2 - Fernão Dias		
	SE Santa Bárbara D'Oeste 440 kV		
	SE Itatiba 500 kV		
	SE Fernão Dias 500/440 kV		
Cantareira Transmissora	Contrato nº 019/2014: LT Estreito - Fernão Dias	49	05.09.2044
Uirapuru Transmissora	Contrato nº 002/2005: LT 525 kV Ivaiporã - Londrina	100	04.03.2035

(a) Não passam por revisão tarifária e a RAP reduz para 50% no 16º ano.

3 Base de Preparação

Estas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com o IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitido pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas na gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foi aprovada pelo Conselho de Administração em 09.08.2022.

3.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros e investimentos, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

3.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas da Copel e de suas controladas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e estas revisões são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre o uso de estimativas e julgamentos referentes à aplicação das políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nestas demonstrações financeiras intermediárias são as mesmas divulgadas na NE nº 3.4 das demonstrações financeiras de 31.12.2021.

3.4 Julgamento da Administração quanto à continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) principais atividades decorrentes de concessões de longo prazo; (ii) patrimônio líquido expressivo (iii) forte geração de caixa operacional, inclusive com capacidade financeira para quitação de compromissos assumidos junto a instituições financeiras; (iv) série histórica de lucros nos últimos exercícios sociais; e (v) cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no Planejamento Estratégico da Companhia, o qual é aprovado pela Administração, acompanhado e revisado periodicamente, buscando a perenidade de suas atividades.

4 Principais Políticas Contábeis

As políticas contábeis da Companhia são consistentes com aquelas apresentadas nas demonstrações financeiras de 31.12.2021.

4.1 Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 1º.01.2022

A partir de 1º.01.2022 estão vigentes as alterações a seguir, sem impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia:

- (i) CPC 25 / IAS 37: especificação sobre custos para cumprir contrato oneroso;
- (ii) CPC 27 / IAS 16: definições sobre recursos antes do uso pretendido;
- (iii) CPC 15 / IFRS 3: atualização da norma, tendo em vista as modificações da Estrutura Conceitual;
- (iv) Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018 - 2020: compreendem modificações no CPC 37 / IFRS 1, CPC 48 / IFRS 9, IFRS 16/ CPC 06 e CPC 29 / IAS 41.

5 Caixa e Equivalentes de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2022	31.12.2021	30.06.2022	31.12.2021
Caixa e bancos conta movimento	34	163	252.376	231.372
Aplicações financeiras de liquidez imediata	488.540	625.889	3.365.803	3.241.473
	488.574	626.052	3.618.179	3.472.845

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos líquidos auferidos até a data de encerramento do período e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e a Operações Compromissadas, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco) de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro. As aplicações são remuneradas entre 94,0% e 101,5% da taxa de variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

6 Títulos e Valores Mobiliários

A Companhia e suas controladas possuem títulos e valores mobiliários que rendem taxas de juros variáveis. O prazo desses títulos varia de 1 a 122 meses a partir do final do período de relatório.

Categoria	Indexador	Controladora		Consolidado	
		30.06.2022	31.12.2021	30.06.2022	31.12.2021
Cotas de fundos de investimentos (a)	CDI	91	91	310.191	284.852
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	96% a 101% do CDI	-	-	55.792	61.635
Letras do Tesouro Nacional - LTN	10,92% a.a.	-	-	14.571	14.571
		91	91	380.554	361.058
	Circulante	91	91	14.662	16.121
	Não circulante	-	-	365.892	344.937

Certificado de Depósito Interbancário - CDI

(a) Tratam-se, em sua maioria, de contas de reserva destinadas ao cumprimento de contratos com o BNDES.

7 Clientes

Consolidado	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Saldo	Saldo
				30.06.2022	31.12.2021
Consumidores					
Residencial	368.788	227.530	43.043	639.361	858.070
Industrial	222.503	20.256	47.708	290.467	329.910
Comercial	232.399	52.506	28.546	313.451	442.902
Rural	79.171	24.279	4.624	108.074	151.459
Poder público	36.715	2.385	319	39.419	58.532
Iluminação pública	35.104	85	-	35.189	55.943
Serviço público	47.019	1.284	575	48.878	62.350
Fornecimento não faturado - cativos	602.247	-	-	602.247	948.418
Parcelamento de débitos - cativos (7.1)	299.234	38.747	66.202	404.183	343.667
Subsídio baixa renda - Eletrobras	22.530	-	-	22.530	17.712
Consumidores livres	203.401	1.755	3.072	208.228	174.495
Outros créditos	52.119	25.739	82.877	160.735	157.526
Bônus por redução voluntária de consumo (7.4)	(2.669)	-	-	(2.669)	(134.890)
	2.198.561	394.566	276.966	2.870.093	3.466.094
Concessionárias, permissionárias e comercializadoras					
Contratos bilaterais	228.031	1.792	276	230.099	210.632
Contratos regulados	209.183	1	5.317	214.501	223.237
CCEE (7.2)	53.558	-	119.665	173.223	467.529
Suprimento de energia elétrica	490.772	1.793	125.258	617.823	901.398
Encargos de uso da rede elétrica	338.666	2.227	11.940	352.833	362.070
Distribuição de gás	145.593	1.186	11.434	158.213	90.465
(-) Perdas de créditos esperadas (7.3)	(14.698)	(27.376)	(284.037)	(326.111)	(304.601)
	3.158.894	372.396	141.561	3.672.851	4.515.426
	Circulante			3.580.259	4.433.193
	Não circulante			92.592	82.233

7.1 Parcelamento de débitos - cativos

Os saldos de parcelamento de débitos estão a valor presente, em 30.06.2022, considerando o montante a ser descontado, as datas de realização, as datas de liquidação e a taxa de desconto de 1,10% a.m.

7.2 Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Saldo a receber proveniente de posição positiva na liquidação mensal do mercado de curto prazo centralizado pela CCEE. Os valores são recebidos no segundo mês subsequente ao reconhecimento da receita ou são compensados com liquidações futuras quando o resultado apresentar posição negativa para a controlada.

Do total apresentado, R\$ 119.665 se referem à parcela controversa decorrente dos efeitos da liminar pelo excludente de responsabilidade da UHE Colíder. Como resultado de caso fortuito e força maior, a usina atrasou sua operação comercial, inicialmente prevista para janeiro de 2015. A Companhia discute judicialmente o pedido de excludente de responsabilidade para que a obrigatoriedade do fornecimento da energia contratada pela usina, no período em atraso, seja postergada. Foram registradas perdas de crédito esperadas no mesmo valor do saldo a receber, conforme demonstrado na NE nº 7.3.

A Copel GeT protocolou pedido administrativo do excludente de responsabilidade na Aneel, que foi negado, e subsequentemente, em 18.12.2017, impetrou ação ordinária com pedido de tutela antecipada junto ao Poder Judiciário, solicitando a reversão da decisão da agência. Em 06.04.2018, o Tribunal Federal da 1ª Região deferiu a antecipação de tutela recursal requerida no Agravo de Instrumento para conceder a liminar para suspender a exigência de quaisquer ônus ou imputação de penalidade à Copel em decorrência da ultrapassagem dos marcos temporais do cronograma original do Contrato de Concessão, até o julgamento definitivo. A ação principal aguarda seu julgamento de mérito.

A energia contratada da usina é de 125 MW médios. Para os períodos em atraso o contrato foi cumprido e, em virtude do não julgamento do mérito da ação, a Companhia reconheceu a receita se limitando às cláusulas econômicas do contrato e às regras regulatórias, bem como ao custo da energia para cobertura do lastro contratual.

7.3 Perdas de créditos esperadas

Consolidado	Saldo em 1º.01.2022	Adições / (reversões)	Perdas	Saldo em 30.06.2022
Consumidores				
Residencial	50.268	64.404	(50.412)	64.260
Industrial	42.431	(8.462)	9.171	43.140
Comercial	58.294	25.722	(10.759)	73.257
Rural	2.960	2.897	(1.532)	4.325
Poder público	381	338	(13)	706
Iluminação pública	11	5	-	16
Serviço público	(27)	1.753	(59)	1.667
Não faturado - cativos	2.474	(463)	-	2.011
Ajuste a valor presente	(1.504)	(566)	-	(2.070)
	155.288	85.628	(53.604)	187.312
Concessionárias, permissionárias e comercializadoras				
CCEE (7.2)	119.665	-	-	119.665
Concessionárias e permissionárias	19.763	(6.709)	(4.116)	8.938
	139.428	(6.709)	(4.116)	128.603
Distribuição de gás	9.885	504	(193)	10.196
	304.601	79.423	(57.913)	326.111

7.4 Programa de incentivo à redução voluntária do consumo de energia elétrica

Em função do cenário de escassez hídrica vivenciado ao longo dos últimos anos, o Governo Federal propôs a criação do Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica, no âmbito da Câmara de Regras Excepcionais para a Gestão Hidroenergética (CREG), com o propósito de incentivar os consumidores a reduzirem seu consumo de energia e, desta forma, evitar a contratação de usinas mais caras.

Para ter direito ao bônus, o consumidor deveria reduzir seu consumo de energia nos meses de setembro a dezembro de 2021, de tal forma que a soma dos consumos neste período fosse, ao menos, 10% menor em relação à soma verificada no mesmo período de 2020. Os consumidores que atingiram a meta de redução receberam um bônus de R\$ 0,50 por quilowatt-hora (kWh) do total da energia economizada entre setembro e dezembro de 2021, em relação ao mesmo período de 2020 limitado a 20% da energia economizada.

O programa vem sendo custeado pelos Encargos de Serviço do Sistema - ESS. O bônus creditado nas faturas dos consumidores elegíveis de janeiro, fevereiro e março de 2022 está sendo reembolsado às distribuidoras pela CCEE. Tendo em vista que o valor do bônus deixou de ser um contas a receber dos consumidores e passou a ser um crédito junto à CCEE, o montante inicialmente registrado na rubrica de Clientes foi reclassificado para a rubrica de Outros Créditos (NE nº 11).

8 Ativos e Passivos Financeiros Setoriais Líquidos

Os Ativos e Passivos Financeiros Setoriais compreendem as diferenças apuradas entre os saldos considerados na cobertura tarifária para cobrir os custos de energia, encargos e outros componentes financeiros, e os custos reais incorridos, resultando em um saldo a receber pela distribuidora ou a ressarcir para os consumidores. O saldo atual é constituído por valores homologados pela Aneel no reajuste tarifário 2022 e por valores que serão homologados nos próximos eventos tarifários.

Consolidado	Saldo em 1º.01.2022	Receita Operacional		Resultado financeiro	Bandeiras tarifárias	Balanco Patrimonial	Saldo em 30.06.2022
		Constituição	Amortização	Atualização		Constituição	
Parcela A							
Energia elétrica comprada para revenda - Itaipu	1.286.966	154.188	(344.846)	57.548	-	-	1.153.856
Energia elétrica comprada p/ revenda - CVA Energ	(475.842)	(350.711)	139.150	(15.102)	40.107	-	(662.398)
Transporte de energia pela rede básica	180.521	(48.108)	(157.030)	7.977	-	-	(16.640)
Transporte de energia comprada de Itaipu	14.018	(9.935)	(16.055)	693	-	-	(11.279)
ESS	531.280	326.012	(36.027)	25.084	(443.689)	-	402.660
CDE	(18.786)	397.212	(44.354)	10.086	-	-	344.158
Proinfra	10.501	73.799	(12.482)	3.136	-	-	74.954
Outros componentes financeiros							
Devolução Pis e Cofins (NE nº 12.2.1)	(337.350)	-	368.327	-	-	(1.593.100)	(1.562.123)
Neutralidade	81.177	44.721	(35.558)	1.810	-	-	92.150
Compensação acordos bilaterais CCEAR	(184)	(239)	192	(148)	-	-	(379)
Risco hidrológico	(604.152)	(286.327)	249.173	(18.864)	-	-	(660.170)
Devoluções tarifárias	(198.997)	(17.778)	56.859	(6.261)	-	-	(166.177)
Sobrecontratação	(78.596)	181.424	(42.730)	(4.950)	(50.312)	-	4.836
Bônus Itaipu	(26.451)	46.914	(233)	(4.516)	-	(4.714)	11.000
Conta escassez hídrica (a)	-	-	2.881	(2.293)	-	(145.845)	(145.257)
Outros	110.196	90.795	18.433	14.264	-	(1.701)	231.987
	474.301	601.967	145.700	68.464	(453.894)	(1.745.360)	(908.822)
Ativo circulante	383.740						-
Ativo não circulante	383.740						22.843
Passivo circulante	(139.770)						(885.385)
Passivo não circulante	(153.409)						(46.280)

a) Conta escassez hídrica

O Decreto nº 10.939/2022 dispôs sobre medidas destinadas ao enfrentamento dos impactos financeiros no setor elétrico decorrentes da situação de escassez hídrica, autorizando-se a contratação de operação financeira para cobrir os custos decorrentes deste cenário e dos diferimentos aplicados nos processos tarifários anteriores. Em 15.03.2022, a Aneel aprovou a Resolução Normativa nº 1.008, que apresenta os critérios e os procedimentos para gestão da Conta escassez hídrica e em 03.05.2022, o Despacho Aneel nº 1.177 fixou os valores dos recursos a serem repassados às distribuidoras. Em 09.05.2022 a Copel DIS recebeu o montante de R\$ 145.845, reconhecendo um componente financeiro negativo em igual valor, atualizado pela taxa Selic desde a data do crédito, conforme previsto na Resolução Normativa Aneel nº 1.008/2022.

b) Reajuste tarifário anual

No processo de reajuste tarifário anual, conforme Resolução Homologatória nº 3.049/2022 (NE nº 30.4), foram considerados R\$ 1.593.100 decorrentes de ação judicial movida pela Companhia referente à exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/Cofins (NE nº 12.2.1).

Ainda, tendo em vista a desestatização das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, foi determinado que 50% do valor adicionado proveniente da bonificação pela outorga dos contratos de concessão renovados das hidrelétricas da Eletrobrás, sejam repassados à modicidade tarifária. Em junho de 2022, a Aneel antecipou parcialmente estes recursos, enquanto está em andamento Consulta Pública para definição dos repasses. No processo tarifário de 2022 da Copel Distribuição, foram repassados R\$ 318.060 como item financeiro “CDE Modicidade Eletrobrás”.

9 Contas a Receber Vinculadas à Concessão

Consolidado	30.06.2022	31.12.2021
Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica (9.1)	1.311.673	1.200.708
Contrato de concessão de distribuição de gás canalizado (9.2)	258.991	233.026
Bonificação pela outorga de contrato de concessão em regime de cotas (9.3)	770.081	730.851
Contrato de concessão de geração de energia elétrica (9.4)	69.682	102.220
	2.410.427	2.266.805
	Circulante	8.214
	Não circulante	2.402.213
		5.121
		2.261.684

9.1 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Em 1º.01.2022	1.200.708
Transferências de ativos de contrato (NE nº 10.1)	52.596
Transferências para outros créditos (bens destinados a alienação)	(541)
Reconhecimento do valor justo	58.963
Baixas	(53)
Em 30.06.2022	1.311.673

O saldo do contrato de concessão da distribuidora é mensurado a valor justo e seu recebimento é assegurado pelo Poder Concedente por meio de indenização quando da reversão desses ativos ao término da concessão.

9.2 Contrato de concessão de distribuição de gás canalizado

Em 1º.01.2022	233.026
Transferências de ativos de contrato (NE nº 10.2)	282
Transferência de ativo intangível (NE nº 17.3)	7.507
Reconhecimento do valor justo	18.342
Baixas	(166)
Em 30.06.2022	258.991

9.3 Bonificação pela outorga de contrato de concessão em regime de cotas

Em 1º.01.2022	730.851
Transferências para suprimento de energia elétrica - clientes	(38.916)
Juros efetivos (NE nº 30.1)	78.146
Em 30.06.2022	770.081

A Copel GeT firmou em 05.01.2016, por 30 anos, contrato de concessão da UHE GPS, nos termos da Lei nº 12.783/2013, com pagamento ao Poder Concedente da Bonificação pela Outorga no montante de R\$ 574.827, conforme regras do Edital de Leilão Aneel nº 12/2015.

O valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como ativo financeiro em função do direito incondicional da Copel GeT de receber o valor pago com atualização pelo IPCA e juros remuneratórios durante o período de vigência da concessão.

9.4 Contrato de concessão de geração de energia elétrica

Em 1º.01.2022	102.220
Remuneração	1.934
Ajuste ao valor justo	(34.472)
Em 30.06.2022	69.682

Saldo residual dos ativos de geração de energia elétrica da UHE GPS e UHE Mourão I. A Copel GeT depreciou as usinas até 2015, data de vencimento das concessões, e o saldo remanescente foi reclassificado para a rubrica contas a receber vinculadas à concessão e subsequentemente mensurados pela melhor estimativa de valor justo.

Em 17.12.2015 a Copel GeT manifestou à Aneel o interesse no recebimento do valor indenizável, com a comprovação da realização dos respectivos investimentos, e em 22.07.2022 protocolou o relatório de avaliação atualizado do valor indenizável.

10 Ativos de contrato

Consolidado	30.06.2022	31.12.2021
Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica (10.1)	2.227.308	1.798.195
Contrato de concessão de distribuição de gás canalizado (10.2)	25.851	29.815
Contratos de concessão de transmissão (10.3)	5.368.795	5.060.038
	7.621.954	6.888.048
	Circulante	148.488
	Não circulante	6.739.560
	185.590	148.488
	7.436.364	6.739.560

10.1 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Consolidado	Ativo	Obrigações especiais	Total
Em 1º.01.2022	1.851.866	(53.671)	1.798.195
Adições	1.089.647	-	1.089.647
Participação financeira do consumidor	-	(115.506)	(115.506)
Provisão para litígios adicionada ao custo das obras	703	-	703
Transferências para o intangível (NE nº 17.1)	(568.576)	80.183	(488.393)
Transferências para contas a receber vinculadas à concessão (NE nº 9.1)	(63.732)	11.136	(52.596)
Baixas	(4.742)	-	(4.742)
Em 30.06.2022	2.305.166	(77.858)	2.227.308

Saldo composto pelas obras em andamento relacionadas principalmente com a construção e ampliação de subestações, linhas e redes de distribuição, mensurados ao custo histórico, líquidos das obrigações especiais. À medida que essas obras são concluídas, os valores são transferidos para Contas a Receber Vinculados à Concessão e Intangível, conforme a forma da remuneração.

10.2 Contrato de concessão de distribuição de gás canalizado

Em 1º.01.2022	29.815
Aquisições	4.714
Transferências para o intangível (NE nº 17.3)	(8.396)
Transferências para contas a receber vinculadas à concessão (NE nº 9.2)	(282)
Em 30.06.2022	25.851

10.3 Contratos de concessão de transmissão

	Ativo concessões	Ativo RBSE	Total
Em 1º.01.2022	3.632.386	1.427.652	5.060.038
Realização de mais/menos valia em combinações de negócios	361	-	361
Transferências para encargos do uso da rede - clientes	(195.328)	(94.295)	(289.623)
Transferências para o imobilizado	(459)	-	(459)
Transferência de litígios	(1.431)	-	(1.431)
Remuneração	362.551	141.939	504.490
Receita de construção	52.641	-	52.641
Margem de construção	863	-	863
Ganho por eficiência (10.3.1)	41.915	-	41.915
Em 30.06.2022	3.893.499	1.475.296	5.368.795

10.3.1 Ganho (perda) por eficiência ou ineficiência na implementação e operação de infraestrutura de transmissão

Na construção e operação da infraestrutura de transmissão, esperam-se possíveis impactos positivos ou negativos em função de atrasos e custos adicionais por questões ambientais, variação dos custos, principalmente com cabos e estruturas quando indexados à moeda estrangeira, custos adicionais de servidão e negociações fundiárias, eventuais imprevistos de terraplanagem, antecipação de prazos de operação comercial e revisão/reajuste da RAP conforme as regras regulatórias e as cláusulas contratuais. Alterações no projeto original que afetem sua lucratividade são reconhecidas diretamente no resultado quando incorrido, exceto a parte da RAP relacionada a performance de operação e manutenção dos ativos que é reconhecida a medida em que os serviços são executados. Em 21.06.2022, a Aneel homologou a 2ª revisão tarifária dos contratos de Costa Oeste e Marumbi, apurando um ganho de R\$ 30.654.

10.3.2 Premissas adotadas para o cálculo do ativo de contrato

	30.06.2022		31.12.2021	
	Ativo concessões	Ativo RBSE	Ativo concessões	Ativo RBSE
Margem de construção	1,65%	N/A	1,65%	N/A
Margem de operação e manutenção	1,65%	N/A	1,65%	N/A
Taxa de remuneração (a)	9,58% a.a.	9,45% a.a.	9,56% a.a.	9,54% a.a.
Índice de correção dos contratos	IPCA (b)	IPCA	IPCA (b)	IPCA
RAP anual, conforme Resolução Homologatória	464.781	192.288	456.499	192.288

(a) Taxa média dos contratos

(b) O contrato 075/2001 - LT 230 kV Bateias - Jaguariaíva, da Copel GET, e o 002/2005 - LT 525 kV Ivaiporã - Londrina, da Uirapuru, são corrigidos pelo IGPM.

11 Outros Créditos

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2022	31.12.2021	30.06.2022	31.12.2021
Valor justo na compra e venda de energia (NE nº 34.2.12)	-	-	634.954	855.775
Serviços em curso (a)	-	7.658	308.118	319.179
Repasse CDE (11.2)	-	-	96.013	68.999
Créditos nas operações de aquisição de gás (11.1)	-	-	57.829	73.229
Ressarcimento de valores de consumo de carvão pela CDE	-	-	51.696	33.107
Alienações e desativações em curso	-	-	39.012	42.509
Adiantamento a empregados	852	645	35.294	20.141
Adiantamento a fornecedores (b)	-	-	13.395	15.528
Bônus por redução voluntária de consumo (NE nº 7.4)	-	-	2.917	134.892
Valor justos dos derivativos - contrato a termo	-	-	-	2.907
Outros créditos	657	505	86.377	100.156
	1.509	8.808	1.325.605	1.666.422
Circulante	1.490	1.150	705.667	749.816
Não circulante	19	7.658	619.938	916.606

(a) Referem-se, em sua maioria, aos programas de P&D e PEE, os quais, após seu término, são compensados com o respectivo passivo registrado para este fim.

(b) Adiantamento previsto em cláusula contratual.

11.1 Créditos nas operações de aquisição de gás - Compagas

Refere-se à aquisição de volumes de gás contratados e garantidos, superiores àqueles efetivamente retirados e utilizados, para os quais o contrato prevê a compensação futura. A Compagas tem o direito de utilizar e compensar esse gás no prazo de até 1 ano após o vencimento do contrato. De acordo com as disposições contratuais e perspectivas de consumo, a Compagas estima compensar integralmente os volumes contratados até 2023. Os contratos com a Petrobras preveem o direito de cessão deste ativo. A Companhia efetuou uma revisão da estimativa do valor recuperável do crédito de *ship or pay* a compensar e registrou *impairment*, conforme demonstrado na NE nº 31.4.

11.2 Repasse CDE

Valores da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE para cobertura dos descontos tarifários incidentes sobre as tarifas, definidos na Lei nº 10.438/2002 e Decreto nº 7.891/2013. O valor do repasse aprovado no reajuste tarifário da Copel DIS para o período de junho de 2022 a maio de 2023, de acordo com Resolução Homologatória Aneel nº 3.049/2022, foi de R\$ 47.684 mensais (R\$ 47.661 entre junho de 2021 e maio de 2022).

12 Tributos

12.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Controladora	Saldo em 1º.01.2022	Reconhecido no resultado	Saldo em 30.06.2022
Ativo não circulante			
Provisões para litígios	119.434	(310)	119.124
Perdas de créditos esperadas	49.443	-	49.443
Programa de desligamentos voluntários	5.140	(3.972)	1.168
Amortização do direito de concessão	4.851	191	5.042
Benefícios pós-emprego	4.808	257	5.065
Outros	8.536	41	8.577
	192.212	(3.793)	188.419
(-) Passivo não circulante			
Atualização de depósitos judiciais	22.989	1.191	24.180
Custo de transação sobre empréstimos e debêntures	796	(460)	336
Instrumentos financeiros	2.943	2.549	5.492
	26.728	3.280	30.008
Líquido	165.484	(7.073)	158.411

Consolidado	Saldo em 1º.01.2022	Reconhecido no resultado	Saldo em 30.06.2022
Ativo não circulante			
Provisão para destinação de créditos de PIS e Cofins	-	619.457	619.457
Provisões para litígios	504.461	(5.219)	499.242
Benefícios pós-emprego	429.260	11.244	440.504
<i>Impairment</i>	302.397	(1.687)	300.710
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	123.010	63.739	186.749
Provisão para P&D e PEE	138.849	(2.664)	136.185
Perdas de créditos esperadas	98.712	7.594	106.306
INSS - liminar sobre depósito judicial	74.743	3.518	78.261
Amortização do direito de concessão	52.429	2.610	55.039
Provisões por desempenho e participação nos lucros	114.593	(99.295)	15.298
Contratos de concessão	19.769	(534)	19.235
Programa de desligamentos voluntários	24.308	(18.297)	6.011
Outros	158.086	1.078	159.164
	2.040.617	581.544	2.622.161
(-) Passivo não circulante			
Contratos de concessão	1.803.098	107.276	1.910.374
Custo atribuído ao imobilizado	326.497	(10.465)	316.032
Depreciação acelerada	102.324	13.185	115.509
Instrumentos financeiros derivativos	105.504	(5.914)	99.590
Atualização de depósitos judiciais	65.119	3.768	68.887
Custo de transação - empréstimos e debêntures	28.036	700	28.736
Outros	11.608	3.667	15.275
	2.442.186	112.217	2.554.403
Líquido	(401.569)	469.327	67.758
Ativo apresentado no Balanço Patrimonial	963.259		1.561.788
Passivo apresentado no Balanço Patrimonial	(1.364.828)		(1.494.030)

12.1.1 Projeção de realização de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
2022	7.211	(675)	227.120	(100.000)
2023	8.450	(1.110)	203.634	(292.082)
2024	8.190	(967)	419.327	(285.345)
2025	8.189	(967)	460.599	(206.429)
2026	8.189	(967)	108.006	(178.609)
2027 a 2029	24.063	(2.901)	243.592	(454.496)
2030 a 2032	124.127	(22.420)	959.883	(1.037.442)
	188.419	(30.008)	2.622.161	(2.554.403)

12.1.2 Créditos fiscais não reconhecidos

Em 30.06.2022, a Companhia não reconheceu créditos de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais e bases negativas no montante de R\$ 100.516 (R\$ 68.826 em 31.12.2021) por não haver razoável certeza de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para absorção dos referidos ativos.

12.2 Outros tributos a recuperar e outras obrigações fiscais

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2022	31.12.2021	30.06.2022	31.12.2021
Ativo circulante				
ICMS a recuperar	-	-	130.143	111.101
PIS/Pasep e Cofins a compensar (a)	-	-	1.210.713	1.396.645
Outros tributos a compensar	-	-	917	1.118
	-	-	1.341.773	1.508.864
Ativo não circulante				
ICMS a recuperar	-	-	164.766	141.951
PIS/Pasep e Cofins a compensar (a)	39.171	38.659	2.710.311	2.967.756
Outros tributos a compensar	-	-	34.218	33.839
	39.171	38.659	2.909.295	3.143.546
Passivo circulante				
ICMS a recolher	-	-	263.434	290.627
PIS/Pasep e Cofins a recolher	-	34.726	31.174	42.340
IRRF sobre JSCP	-	-	-	33.592
Programa Especial de Regularização Tributária	-	-	54.333	52.168
Outros tributos	176	230	18.526	22.206
	176	34.956	367.467	440.933
Passivo não circulante				
INSS a recolher - liminar sobre depósito judicial	3.460	3.260	230.535	220.108
Programa Especial de Regularização Tributária - Pert	-	-	357.691	369.526
Outros tributos	-	-	5.957	5.176
	3.460	3.260	594.183	594.810

(a) No saldo estão contidos valores referente a crédito de Pis e Cofins sobre ICMS (NE nºs 12.2.1 e 12.2.2)

12.2.1 Crédito de Pis e Cofins sobre ICMS - Copel Distribuição

Em 12.08.2009, a Copel DIS impetrou mandado de segurança nº 5032406-35.2013.404.7000 perante a 3ª Vara Federal de Curitiba requerendo a concessão de ordem para deixar de incluir o ICMS na base de cálculo do PIS e da Cofins, Em 16.06.2020, transitou em julgado acórdão no qual a 2ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região reconheceu o direito da Copel DIS de excluir da base de cálculo do PIS e da Cofins o valor integral do ICMS destacado nas notas fiscais de saída. O acórdão também reconheceu que a prescrição, neste caso, é quinquenal e que, portanto, a Copel tem o direito a ressarcir-se dos valores pagos a partir dos cinco anos anteriores ao ajuizamento do mandado de segurança até a data da decisão transitada em julgado.

A partir desta decisão favorável, a Copel DIS reconheceu o crédito tributário atualizado no ativo, que vem sendo recuperado através da compensação com tributos a recolher desde junho de 2021, a partir da habilitação do crédito originário da Cofins junto à Receita Federal. O crédito do PIS ainda está em processo de habilitação, sob análise da Receita Federal.

Em 13.05.2021, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento dos embargos de declaração opostos pela União Federal no Recurso Extraordinário 574.706/PR, dando parcial provimento nos seguintes termos: (i) no ponto relativo ao ICMS excluído da base de cálculo do PIS e da Cofins, prevaleceu o entendimento de que se trata do ICMS destacado; e (ii) modular os efeitos do julgado cuja produção haverá de se dar após 15.03.2017, ressalvadas as ações judiciais e administrativas protocoladas até a data da sessão em que

proferido o julgamento. Sendo assim a decisão final sobre essa matéria não impactou o trânsito em julgado da ação a favor da Copel DIS, mantendo o tratamento e valores registrados.

O quadro a seguir demonstra a movimentação do ativo até 30.06.2022:

Em 1º.01.2022	4.355.265
Atualização monetária	139.565
Compensação com tributos a recolher	(665.197)
Em 30.06.2022	3.829.633
	Circulante 1.204.248
	Não circulante 2.625.385

O saldo do ativo continuará sendo compensado com futuros débitos de tributos federais.

a) Passivo a restituir para consumidores

A Companhia, com o auxílio de seus assessores legais, registrou passivo a restituir para os consumidores referente à recuperação de crédito tributário dos últimos 10 anos, a contar da data do trânsito em julgado, considerando a legislação vigente, o prazo prescricional definido no código civil e a jurisprudência dos tribunais.

Em 09.02.2021, a Aneel abriu a Consulta Pública nº 05/2021 voltada a discutir a forma de devolução dos créditos tributários para os consumidores propondo que os montantes a serem devolvidos a cada ciclo tarifário (créditos junto à Receita Federal do Brasil, somados a eventuais depósitos judiciais já recebidos pela concessionária/permissionária) sejam abatidos na fatura de energia elétrica, por meio de rateio pelo conjunto de consumidores.

Adicionalmente, o Despacho Aneel nº 361/2021 estabeleceu que diante de situações excepcionais, nas quais haja possibilidade de aumento tarifário expressivo, poderá ser utilizada parte dos créditos do PIS e da Cofins antecipadamente à conclusão da consulta pública, limitada a 20% do total envolvido nas ações judiciais impetradas pelas distribuidoras.

No reajuste tarifário de 24.06.2022, o total de R\$ 1.593.100 foi considerado como item financeiro, de modo que este saldo foi transferido para a conta de passivos financeiros setoriais, conforme quadro a seguir:

Em 1º.01.2022	3.326.795
Atualização monetária	128.133
(-) Transferência para passivos financeiros setoriais (NE nº 8)	(1.593.100)
Em 30.06.2022	1.861.828

O saldo do passivo será restituído ao consumidor à medida que os créditos tributários no ativo sejam compensados.

b) Provisão para destinação de crédito de PIS e Cofins

Em 27.06.2022, foi promulgada a Lei Federal nº 14.385 que disciplina a destinação de valores de tributos que eram de recolhimento obrigatório a maior pelas prestadoras do serviço público de distribuição de energia elétrica, em razão da cobrança do PIS e da Cofins sobre o ICMS, reconhecida pelo poder judiciário como indevida.

Conforme detalhado anteriormente nesta nota, a Copel DIS teve reconhecido o direito de excluir o valor integral do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins e já efetuou o repasse aos consumidores de parte destes valores, por meio de reduções nos reajustes tarifários homologados pela Aneel.

Neste contexto, apesar da ausência de regulamentação desta Lei, baseada na revisão de avaliação do risco realizada pela Administração e suportada nas opiniões de assessores legais, a Copel DIS decidiu reconhecer provisão adicional, sem efeito caixa imediato, referente ao período compreendido entre o 11º e o 16º ano da data do trânsito em julgado da ação.

A Administração da Copel DIS entende que a restituição aos consumidores está limitada aos valores de crédito tributário dos últimos 10 anos a contar da data do trânsito em julgado da ação e, portanto, está avaliando as medidas cabíveis, inclusive judiciais, considerando a proteção conferida à coisa julgada, bem como os prazos de prescrição e decadência aplicáveis.

O quadro a seguir demonstra a movimentação da provisão até 30.06.2022:

Em 1º.01.2022	-
Provisão para destinação de créditos de PIS e Cofins	810.563
Atualização de provisão para destinação de créditos de PIS e Cofins	1.011.370
Em 30.06.2022	1.821.933

Eventual destinação desta provisão ocorrerá somente após os créditos tributários do ativo serem compensados.

12.2.2 Crédito de PIS e Cofins sobre ICMS - Compagas

Saldo decorrente do trânsito em julgado da ação judicial em que a Compagas discutia a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e Cofins. Diante da decisão favorável, a Compagas registrou o ativo de R\$ 107.453, em setembro de 2019. Parte destes créditos já foi recuperada de modo que o saldo atualizado, em 30.06.2022, é de R\$ 68.227 (R\$ 75.192 em 31.12.2021).

12.3 Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social

	Controladora			
	30.06.2022	30.06.2021	1º.04.2022 a 30.06.2022	1º.04.2021 a 30.06.2021
Lucro antes do IRPJ e CSLL	138.869	1.657.324	(511.013)	921.092
(-) Equivalência patrimonial	(123.473)	(1.519.814)	569.476	(871.394)
	15.396	137.510	58.463	49.698
IRPJ e CSLL (34%)	(5.235)	(46.753)	(19.878)	(16.897)
Efeitos fiscais sobre:				
Juros sobre o capital próprio	-	45.625	-	-
Dividendos	148	247	88	247
Despesas indedutíveis	(6.001)	(542)	(5.757)	(335)
Incentivos fiscais	24	68	24	68
Outros	13	6	13	6
IRPJ e CSLL correntes	(3.978)	(10.987)	(3.978)	(10.987)
IRPJ e CSLL diferidos	(7.073)	9.638	(21.532)	(5.924)
Alíquota efetiva - %	71,8%	1,0%	43,6%	34,0%

	Consolidado			
	30.06.2022	30.06.2021	1º.04.2022 a 30.06.2022	1º.04.2021 a 30.06.2021
Lucro antes do IRPJ e CSLL	66.364	2.296.057	(890.889)	1.268.969
(-) Equivalência patrimonial	(321.206)	(152.806)	(208.424)	(66.072)
	(254.842)	2.143.251	(1.099.313)	1.202.897
IRPJ e CSLL (34%)	86.646	(728.705)	373.766	(408.985)
Efeitos fiscais sobre:				
Juros sobre o capital próprio	2.806	45.625	1.483	-
Dividendos	148	248	88	248
Despesas indedutíveis	(5.978)	(8.248)	(405)	(1.274)
Incentivos fiscais	5.812	6.804	2.150	3.781
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL não constituídos	(30.737)	80.833	(20.010)	83.968
Diferença entre bases de cálculo do lucro real e presumido	23.398	26.504	13.338	14.947
Outros	(1.039)	(2.882)	(1.892)	(4.657)
IRPJ e CSLL correntes	(388.271)	(351.616)	(114.422)	(69.511)
IRPJ e CSLL diferidos	469.327	(228.205)	482.940	(242.461)
Alíquota efetiva - %	31,8%	27,1%	33,5%	25,9%

13 Despesas Antecipadas

Consolidado	30.06.2022	31.12.2021
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - Proinfra	36.137	35.837
Prêmios de seguros	20.286	17.692
Outros	63	147
	56.486	53.676
	56.459	53.649
Circulante		
Não circulante	27	27

14 Depósitos Judiciais

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2022	31.12.2021	30.06.2022	31.12.2021
Fiscais (14.1)	130.918	127.797	425.585	405.739
Trabalhistas	297	495	130.457	106.376
Cíveis				
Cíveis	-	-	41.996	53.438
Servidões de passagem	-	-	13.611	18.407
Consumidores	-	-	4.488	3.867
	-	-	60.095	75.712
Outros	3.731	3.227	3.810	3.304
	134.946	131.519	619.947	591.131

14.1 Depósitos judiciais fiscais

Do saldo apresentado no Consolidado, o montante de R\$ 221.276 em 30.06.2022 (R\$ 218.143 em 31.12.2021) refere-se ao questionamento judicial da incidência da contribuição previdenciária (INSS a recolher) sobre determinadas verbas salariais. O passivo está registrado em Outras Obrigações Fiscais (NE nº 12.2).

15 Investimentos

15.1 Mutações dos investimentos

Controladora	Saldo em 1º.01.2022	Equivalência patrimonial	Aporte e/ou Afac	Amorti- zação	Dividendos e JSCP	Saldo em 30.06.2022
Controladas						
Copel GeT	12.662.224	981.838	-	-	(857.729)	12.786.333
Copel DIS	7.558.556	(779.735)	-	-	(338.260)	6.440.561
Copel SER	-	-	-	-	-	-
Copel Energia	389.863	27.080	-	-	(10.833)	406.110
UEG Araucária (15.2)	109.737	(7.695)	-	-	-	102.042
Compagás (15.2)	259.031	35.812	-	-	(8.589)	286.254
Elejor (15.2)	-	-	-	-	-	-
Elejor - direito de concessão	10.744	-	-	(377)	-	10.367
	20.990.155	257.300	-	(377)	(1.215.411)	20.031.667
Empreendimentos controlados em conjunto						
Voltaia São Miguel do Gostoso I (15.3)	108.990	(3.673)	4.829	-	-	110.146
Voltaia São Miguel do Gostoso - direito de autorização	9.304	-	-	(184)	-	9.120
Solar Paraná	7.035	162	-	-	-	7.197
	125.329	(3.511)	4.829	(184)	-	126.463
Coligadas						
Dona Francisca Energética (15.4)	27.057	3.359	-	-	(4.605)	25.811
Outras	1.937	(2)	-	-	-	1.935
	28.994	3.357	-	-	(4.605)	27.746
	21.144.478	257.146	4.829	(561)	(1.220.016)	20.185.876

Consolidado	Saldo em 1º.01.2022	Equivalência patrimonial	Aporte e/ou Afac	Redução de capital	Amorti- zação	Dividendos e JSCP	Outros (a)	Saldo em 30.06.2022
Empreendimentos controlados em conjunto (15.3)								
Voltaia São Miguel do Gostoso I	108.990	(3.673)	4.829	-	-	-	-	110.146
Voltaia São Miguel do Gostoso - direito de autorização	9.304	-	-	-	(184)	-	-	9.120
Caiuá	106.977	16.637	-	-	-	-	-	123.614
Integração Maranhense	166.563	27.185	-	-	-	-	-	193.748
Matrinchã	811.771	123.975	-	-	-	(965)	-	934.781
Guaraciaba	407.615	54.110	-	-	-	-	-	461.725
Paranaíba	226.923	21.161	-	-	-	-	-	248.084
Mata de Santa Genebra	710.989	33.431	-	(61.537)	-	-	-	682.883
Cantareira	437.330	35.066	-	-	-	-	-	472.396
Solar Paraná	7.035	162	-	-	-	-	-	7.197
	2.993.497	308.054	4.829	(61.537)	(184)	(965)	-	3.243.694
Coligadas								
Dona Francisca Energética (15.4)	27.057	3.359	-	-	-	(4.605)	-	25.811
Foz do Chopim Energética (15.4)	19.102	9.795	-	-	-	(11.982)	-	16.915
Outras	1.937	(2)	-	-	-	-	-	1.935
	48.096	13.152	-	-	-	(16.587)	-	44.661
Propriedades para investimento								
	541	-	-	-	(3)	-	(2)	536
	3.042.134	321.206	4.829	(61.537)	(187)	(17.552)	(2)	3.288.891

(a) Transferência de bens destinados a alienação.

15.2 Controladas com participação de não controladores

15.2.1 Informações financeiras resumidas

Saldos em 30.06.2022	Compagás	Elejor	UEG Araucária
ATIVO	977.818	847.354	579.798
Ativo circulante	578.293	196.322	201.605
Ativo não circulante	399.525	651.032	378.193
PASSIVO	977.818	847.354	579.798
Passivo circulante	310.930	114.293	59.056
Passivo não circulante	105.608	799.603	18.070
Patrimônio líquido	561.280	(66.542)	502.672
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO			
Receita operacional líquida	589.191	107.398	98.032
Custos e despesas operacionais	(502.011)	(42.346)	(142.244)
Resultado financeiro	10.380	(103.888)	7.247
Tributos	(27.341)	13.239	(940)
Lucro líquido (prejuízo) do período	70.219	(25.597)	(37.905)
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente do período	70.219	(25.597)	(37.905)
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA			
Fluxo de caixa das atividades operacionais	114.420	27.593	(7.179)
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(4.991)	(7.088)	(126.221)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(1.722)	-	(66)
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	107.707	20.505	(133.466)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	210.641	148.031	298.572
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	318.348	168.536	165.106
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	107.707	20.505	(133.466)

O prejuízo apurado na Elejor é decorrente da atualização monetária sobre o saldo de contas a pagar vinculadas a concessão que aumentou significativamente em decorrência da alta do IGPM (NE nº 25).

15.2.2 Mutação do patrimônio líquido atribuível aos acionistas não controladores

Participação no capital social	Compagás 49%	Elejor 30%	UEG Araucária 18,8%	Consolidado
Em 1º.01.2022	248.869	(12.285)	101.627	338.211
Lucro líquido (prejuízo) do período	34.407	(7.679)	(7.126)	19.602
Dividendos	(8.251)	-	-	(8.251)
Em 30.06.2022	275.025	(19.964)	94.501	349.562

15.3 Informações resumidas dos principais empreendimentos controlados em conjunto

	Voltalia	Caiuá	Integração Maranhense	Matrinchã	Guaraciaba	Paranaíba	Mata de Santa Genebra	Cantareira
Saldos em 30.06.2022								
ATIVO	227.105	326.426	596.930	2.939.484	1.574.558	1.920.797	3.265.108	1.809.888
Ativo circulante	13.091	33.028	80.162	356.026	187.044	207.020	469.170	207.655
Caixa e equivalentes de caixa	12.923	7.067	19.217	92.975	59.221	40.653	154.708	53.089
Outros ativos circulantes	168	25.961	60.945	263.051	127.823	166.367	314.462	154.566
Ativo não circulante	214.014	293.398	516.768	2.583.458	1.387.514	1.713.777	2.795.938	1.602.233
PASSIVO	227.105	326.426	596.930	2.939.484	1.574.558	1.920.797	3.265.108	1.809.888
Passivo circulante	2.317	11.533	54.005	111.470	107.705	78.110	147.361	67.655
Passivos financeiros	-	7.391	13.171	62.479	38.412	55.575	122.217	27.696
Outros passivos circulantes	2.317	4.142	40.834	48.991	69.293	22.535	25.144	39.959
Passivo não circulante	-	62.619	147.519	920.296	524.556	830.094	1.754.702	778.162
Passivos financeiros	-	32.043	46.261	655.399	416.559	501.767	1.692.753	368.797
Outros passivos não circulantes	-	30.576	101.258	264.897	107.997	328.327	61.949	409.365
Patrimônio líquido	224.788	252.274	395.406	1.907.718	942.297	1.012.593	1.363.045	964.071
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO								
Receita operacional líquida	-	50.703	85.269	435.893	210.323	157.159	273.390	133.141
Custos e despesas operacionais	(41)	(2.267)	(2.411)	(12.504)	(18.000)	(8.590)	(34.158)	(2.766)
Resultado financeiro	563	(975)	(1.395)	(44.898)	(22.923)	(27.884)	(137.984)	(21.982)
Equivalência patrimonial	(8.854)	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para IR e CSLL	(111)	(13.505)	(25.984)	(125.482)	(58.972)	(34.309)	(34.518)	(36.830)
Lucro líquido (prejuízo) do período	(8.443)	33.956	55.479	253.009	110.428	86.376	66.730	71.563
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado abrangente do período	(8.443)	33.956	55.479	253.009	110.428	86.376	66.730	71.563
Participação no empreendimento - %	49,0	49,0	49,0	49,0	49,0	24,5	50,1	49,0
Valor contábil do investimento	110.146	123.614	193.748	934.781	461.725	248.084	682.883	472.396

Em 30.06.2022, a participação da Copel nos compromissos assumidos dos seus empreendimentos controlados em conjunto equivale a R\$ 6.228 e nos passivos contingentes classificados como perda possível equivale a R\$ 240.039 (R\$ 250.262 em 31.12.2021), sendo que, desse montante, o valor de R\$ 150.950 (R\$ 187.243 em 31.12.2021) se refere à Mata de Santa Genebra.

Em junho de 2022 a Copel GeT registrou R\$ 133.922 no resultado de equivalência patrimonial decorrente dos efeitos da revisão tarifária de Caiuá, Integração Maranhense, Matrinchã e Guaraciaba.

15.4 Informações resumidas das principais coligadas

Saldos em 30.06.2022	Dona Francisca	Foz do Chopim
ATIVO	179.554	50.060
Ativo circulante	16.638	9.154
Ativo não circulante	162.916	40.906
PASSIVO	179.554	50.060
Passivo circulante	29.122	2.772
Passivo não circulante	38.347	-
Patrimônio líquido	112.085	47.288
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO		
Receita operacional líquida	33.128	38.135
Custos e despesas operacionais	(14.819)	(9.762)
Resultado financeiro	(2.374)	329
Provisão para IR e CSLL	(1.348)	(1.320)
Lucro líquido do período	14.587	27.382
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do período	14.587	27.382
Participação na coligada - %	23,03	35,77
Valor contábil do investimento	25.811	16.915

Em 30.06.2022, a participação da Copel nos passivos contingentes das suas coligadas equivale a R\$ 2.498 (R\$ 2.166 em 31.12.2021).

16 Imobilizado

16.1 Imobilizado por classe de ativos

Consolidado	30.06.2022			31.12.2021		
	Custo	Depreciação acumulada		Custo	Depreciação acumulada	
Em serviço						
Reservatórios, barragens, adutoras	8.195.044	(4.854.839)	3.340.205	8.161.702	(4.776.639)	3.385.063
Máquinas e equipamentos	8.417.261	(3.002.673)	5.414.588	8.409.689	(2.840.114)	5.569.575
Edificações	1.993.068	(1.142.865)	850.203	1.993.695	(1.125.862)	867.833
Terrenos	509.647	(54.087)	455.560	508.164	(49.046)	459.118
Veículos e aeronaves	34.085	(32.923)	1.162	33.871	(32.756)	1.115
Móveis e utensílios	17.626	(11.242)	6.384	16.400	(10.966)	5.434
(-) Impairment (16.4)	(710.509)	-	(710.509)	(710.509)	-	(710.509)
(-) Obrigações especiais	(833)	350	(483)	(792)	290	(502)
	18.455.389	(9.098.279)	9.357.110	18.412.220	(8.835.093)	9.577.127
Em curso						
Custo	1.069.756	-	1.069.756	752.846	-	752.846
(-) Impairment (16.4)	(187.382)	-	(187.382)	(187.382)	-	(187.382)
	882.374	-	882.374	565.464	-	565.464
	19.337.763	(9.098.279)	10.239.484	18.977.684	(8.835.093)	10.142.591

16.2 Muta o do imobilizado

Consolidado	Saldo em 1 ^o .01.2022	Aquisi�es/ Impairment	Deprecia�o	Baixas	Transfe- rências	Saldo em 30.06.2022
Em serviço						
Reservatórios, barragens, adutoras	3.385.063	-	(78.200)	-	33.342	3.340.205
Máquinas e equipamentos	5.569.575	-	(163.157)	(43)	8.213	5.414.588
Edifica�es	867.833	-	(17.886)	(306)	562	850.203
Terrenos	459.118	-	(5.041)	(518)	2.001	455.560
Veículos e aeronaves	1.115	-	(197)	-	244	1.162
Móveis e utensílios	5.434	-	(276)	-	1.226	6.384
(-) Impairment (16.4)	(710.509)	-	-	-	-	(710.509)
(-) Obriga�es especiais	(502)	-	60	-	(41)	(483)
	9.577.127	-	(264.697)	(867)	45.547	9.357.110
Em curso						
Custo	752.846	362.005	-	(7)	(45.088)	1.069.756
(-) Impairment (16.4)	(187.382)	-	-	-	-	(187.382)
	565.464	362.005	-	(7)	(45.088)	882.374
	10.142.591	362.005	(264.697)	(874)	459	10.239.484

16.3 Opera es em conjunto - consórcios

Os valores registrados no imobilizado estão proporcionais a participa o da Copel GeT nos ativos das usinas, conforme demonstrados a seguir:

Empreendimento	Participa�o (%) Copel GeT	Taxa média anual de deprecia�o (%)	30.06.2022	31.12.2021
UHE Gov. Jayme Canet Júnior - Mauá				
Consórcio Energético Cruzeiro do Sul	51,0			
Em serviço			859.926	859.926
(-) Deprecia�o Acumulada		2,90	(276.282)	(263.792)
Em curso			21.934	20.527
			605.578	616.661
UHE Baixo Iguaçu	30,0			
Em serviço			692.611	692.395
(-) Deprecia�o Acumulada		3,28	(75.910)	(64.519)
Em curso			54.144	56.027
			670.845	683.903
			1.276.423	1.300.564

16.4 Perdas estimadas para redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos do segmento de geração

Em 30.06.2022, os empreendimentos com saldos de *impairment* registrados são os seguintes:

Consolidado	Imobilizado			Valor em uso
	Custo	Depreciação	<i>Impairment</i>	
UHE Colíder	2.489.381	(286.358)	(639.529)	1.563.494
Consórcio Tapajós (a)	14.879	-	(14.879)	-
Usinas no Paraná	1.033.349	(118.981)	(243.483)	670.885
	3.537.609	(405.339)	(897.891)	2.234.379

(a) Projeto em desenvolvimento

Não houve movimentação de *Impairment* no primeiro semestre de 2022. No ano de 2021 foi registrada a reversão de *impairment* no total de R\$ 147.938 decorrente principalmente da revisão de premissas da UEG Araucária em função do aumento da demanda da usina em consequência das condições hidrológicas desfavoráveis, conforme detalhado na NE nº 18.4 das demonstrações financeiras de 31.12.2021.

16.5 Empreendimentos em construção

16.5.1 PCH Bela Vista

Com um investimento estimado em R\$ 224.673, o empreendimento, com 29,81 MW de capacidade instalada e garantia física de 18,61 MW médios, foi construído no Rio Chopim, nos municípios de São João e Verê, localizados no sudoeste do estado do Paraná.

A participação no leilão A-6 realizado em 31.08.2018 vendeu 14,7 MW médios em contratos regulados ao preço original de R\$ 195,70/MWh. O contrato de venda de energia tem início de suprimento em 1º.01.2024, prazo de 30 anos e reajuste anual pelo IPCA.

As obras tiveram seu início no mês de agosto de 2019, sendo que a entrada em operação comercial da primeira, segunda e terceira unidades geradoras ocorreu em 12.06.2021, 10.07.2021 e 15.08.2021, respectivamente. A entrada em operação comercial da quarta unidade está prevista para o segundo semestre de 2022.

16.5.2 Complexo eólico Jandaíra

Com um investimento estimado em R\$ 411.610, o empreendimento, que tem 90,1 MW de capacidade instalada e garantia física de 47,6 MW médios, está sendo construído nos municípios de Pedra Preta e Jandaíra, no estado do Rio Grande do Norte.

A participação no leilão de geração de energia nova A-6, realizado em 18.10.2019 vendeu 14,4 MW médios em contratos regulados ao preço original de R\$ 98,00/MWh. O contrato de venda de energia tem início de suprimento em 1º.01.2025, prazo de 20 anos e reajuste anual pelo IPCA.

Ao todo, serão instalados 26 aerogeradores divididos em quatro parques eólicos e serão construídos também, junto aos parques, uma subestação e uma linha de transmissão de 16 km para escoar a energia elétrica a ser gerada para o Sistema Interligado Nacional - SIN.

De posse de todas as licenças necessárias, as obras civis tiveram início na primeira semana de janeiro de 2021. Atualmente o complexo conta com 21 unidades geradoras com a operação em teste iniciada, totalizando 72,765 MW de capacidade instalada. A entrada em operação comercial do empreendimento está prevista para ocorrer de forma escalonada até o final de 2022.

17 Intangível

Consolidado	30.06.2022	31.12.2021
Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica (17.1)	6.854.104	6.596.184
Contratos de concessão/autorização de geração (17.2)	2.347.193	2.473.858
Contrato de concessão de distribuição de gás canalizado (17.3)	77.631	96.145
Outros intangíveis (17.4)	49.820	49.373
	9.328.748	9.215.560

A Administração não identificou evidências que justificassem a necessidade de reconhecimento de perdas pela redução ao valor recuperável de ativos intangíveis.

17.1 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Consolidado	Ativo intangível em serviço	Obrigações especiais em serviço	Total
Em 1º.01.2022	9.330.317	(2.734.133)	6.596.184
Transferências de ativos de contrato (NE nº 10.1)	568.576	(80.183)	488.393
Transferências para outros créditos	(221)	-	(221)
Quotas de amortização - concessão (a)	(276.470)	75.645	(200.825)
Quotas de amortização - créditos de PIS/Pasep e Cofins	(5.264)	-	(5.264)
Baixas	(24.163)	-	(24.163)
Em 30.06.2022	9.592.775	(2.738.671)	6.854.104

(a) Amortização durante o período de concessão a partir da transferência para intangível em serviço ou da vida útil dos ativos, dos dois o menor.

Saldo referente à parcela da infraestrutura que será utilizada durante a concessão, líquida das obrigações especiais. As obrigações especiais representam os recursos relativos à participação financeira do consumidor, da União, Estados e Municípios, destinados a investimentos em empreendimentos vinculados à concessão, e não são passivos onerosos ou créditos do acionista.

17.2 Contratos de concessão de geração

Consolidado	Contrato de concessão (a)	Direito de concessão e autorização/ ágio técnico	Total
Em 1º.01.2022	1.759.286	714.572	2.473.858
Quotas de amortização - concessão e autorização (b)	(114.273)	(12.392)	(126.665)
Em 30.06.2022	1.645.013	702.180	2.347.193

(a) Contempla o saldo de uso do bem público e de repactuação do risco hidrológico.

(b) Amortização durante o período de concessão/autorização a partir do início da operação comercial do empreendimento.

17.3 Contrato de concessão de distribuição de gás canalizado

Em 1º.01.2022	96.145
Transferências de ativos de contrato (NE nº 10.2)	8.396
Transferências para contas a receber vinculadas à concessão (NE nº 9.2)	(7.507)
Quotas de amortização - concessão	(19.403)
Em 30.06.2022	77.631

A publicação da Lei Complementar nº 205/2017 trouxe nova interpretação quanto ao término de vencimento da concessão da Compagas, o que gerou um ajuste de prática entre os registros contábeis realizados na Compagas, que manteve como base a data de vencimento prevista no contrato de concessão, em 2024, e na Copel, que passou a considerar o vencimento previsto em lei, em 2019, como base para as contabilizações. A partir da Lei Complementar nº 227/2020 que determinou que o vencimento deveria ser em 2024, a diferença gerada pelo ajuste de prática realizado desde dezembro de 2017 está registrada no intangível e será amortizada até o final da concessão.

17.4 Outros intangíveis

Consolidado	em serviço	em curso	Total
Em 1º.01.2022	22.242	27.131	49.373
Aquisições	-	3.468	3.468
Transferências do imobilizado	407	(407)	-
Capitalizações para intangível em serviço	1.136	(1.136)	-
Quotas de amortização (a)	(2.453)	-	(2.453)
Baixas	-	(568)	(568)
Em 30.06.2022	21.332	28.488	49.820

(a) Taxa anual de amortização: 20%.

18 Obrigações Sociais e Trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2022	31.12.2021	30.06.2022	31.12.2021
Obrigações sociais				
Impostos e contribuições sociais	1.750	2.214	85.397	46.245
Encargos sociais sobre férias e 13º salário	1.002	1.413	24.625	17.792
	2.752	3.627	110.022	64.037
Obrigações trabalhistas				
Folha de pagamento, líquida	-	-	60	-
Férias e 13º Salário	3.214	4.656	120.920	107.471
Provisões por desempenho e participação nos lucros	3.972	14.455	84.028	364.701
Programa de desligamentos voluntários	2.573	13.716	15.798	68.601
	9.759	32.827	220.806	540.773
	12.511	36.454	330.828	604.810

19 Fornecedores

Consolidado	30.06.2022	31.12.2021
	Energia elétrica	1.129.905
Materiais e serviços	727.556	770.629
Gás para revenda	115.002	60.121
Encargos de uso da rede elétrica	243.906	576.848
	2.216.369	2.710.984
	Circulante	2.091.060
	Não circulante	125.309
		2.585.735
		125.249

20 Empréstimos e Financiamentos

Consolidado														
Contrato	Empresa	Destinação	Garantias	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento final	Pagamento de encargos	Encargos financeiros do contrato a.a.	Taxa efetiva de juros a.a.	Valor do contrato	30.06.2022	31.12.2021		
MOEDA ESTRANGEIRA														
Secretaria do Tesouro Nacional - STN														
Par Bond (a)														
Discount Bond (a)														
Total moeda estrangeira														
	Copel	Reestruturação da dívida.	Garantias depositadas	20.05.1998 20.05.1998	1 1	11.04.2024 11.04.2024	Semestral Semestral	6,0% + 0,20% 1% + 0,20%	6,0% + 0,20% 1% + 0,20%	17.315 12.082	- -	89.058 61.514 150.572		
MOEDA NACIONAL														
Banco do Brasil														
CCB 306.401.381 (b)														
	Copel HOL	Capital de giro.	Cessão de créditos	21.07.2015	2	25.03.2023	Trimestral	135,00% do DI	145,46% do DI	640.005	641.277	641.207		
Caixa Econômica Federal														
415.855-22/14														
	Copel DIS	Programa de Eletrificação Rural - Luz para Todos.	Receita própria; emissão de notas promissórias e duplicatas de venda mercantil.	31.03.2015	120	08.12.2026	Mensal	6,0%	6,0%	16.984	8.620	9.580		
Banco do Nordeste do Brasil														
35202166127989														
	Jandaíra I	Implantação do Complexo Eólico de Jandaíra	Fiança bancária	31.05.2021	192	15.06.2038	Mensal	2,7086% + IPCA ⁽¹⁾	3,0107% + IPCA	21.687	14.532	7.312		
35202164527986														
	Jandaíra II			31.05.2021	192	15.06.2038	Mensal	2,2161% + IPCA ⁽¹⁾ e 2,7086% + IPCA ⁽¹⁾	3,0107% + IPCA	56.421	35.266	18.424		
35202162927987														
	Jandaíra III	31.05.2021	192	15.06.2038	Mensal	2,7086% + IPCA ⁽¹⁾	3,0107% + IPCA	65.158	55.554	21.645				
35202160027984														
	Jandaíra IV	31.05.2021	192	15.06.2038	Mensal	2,2161% + IPCA ⁽¹⁾ e 2,7086% + IPCA ⁽¹⁾	3,0107% + IPCA	65.421	52.544	22.058				
35201915725525														
	Potiguar B141	Implantação do Complexo Eólico de Vilas	Cessão fiduciária de direitos creditórios; cessão fiduciária de direitos do contrato de O&M; cessão fiduciária de direitos emergentes da autorização; penhor de ações; alienação fiduciária de máquinas e equipamentos do projeto; Fiança bancária de 100%; cessão fiduciária das Contas Reserva do serviço da dívida; cessão fiduciária da conta reserva de operação (O&M); Contrato de suporte de acionista	04.04.2019	216	15.04.2039	Mensal	IPCA + 2,3323%	IPCA + 2,3323%	92.138	92.566	94.781		
35201922425522														
	Potiguar B142			04.04.2019	216	15.04.2039	Mensal	IPCA + 2,3323%	IPCA + 2,3323%	92.213	92.592	94.809		
35201926525533														
	Potiguar B143			11.04.2019	216	15.04.2039	Mensal	IPCA + 2,3323%	IPCA + 2,3323%	92.138	92.243	94.453		
35201910625534														
	Ventos de Vila Paraiba IV	18.04.2019	216	15.05.2039	Mensal	IPCA + 2,3323%	IPCA + 2,3323%	92.138	93.812	96.237				
352020148727169														
	Potiguar B61	11.08.2020	216	15.08.2040	Mensal	IPCA + 1,4865%	IPCA + 1,4865%	163.886	187.853	176.324				
Banco do Brasil - Repasse BNDES														
21/02000-0														
	Copel GeT	Implementação da UHE Mauá.	Receita proveniente da comercialização de energia da usina.	16.04.2009	179	15.01.2028	Mensal	2,13% acima da TJLP	2,13% acima da TJLP	169.500	66.326	72.109		
66.326 72.109														

(a) Em 10.03.2022 foi efetuado o resgate antecipado da dívida, líquido da garantia em caução.

(b) Dívida renegociada em março de 2021, com alteração nas datas de amortização e no valor dos encargos financeiros.

(1) - IPCA utilizado no cálculo do juros e não na atualização do principal.

Consolidado	Empresa	Destinação	Garantias	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento final	Pagamento de encargos	Encargos financeiros do contrato a.a.	Taxa efetiva de juros a.a.	Valor do contrato	30.06.2022	31.12.2021
BNDES												
820989.1		Implementação da UHE Mauá.	Receita proveniente da comercialização de energia da usina.	17.03.2009	179	15.01.2028	Mensal	1,63% acima da TJLP	1,63% acima da TJLP	169.500	66.326	72.109
1120952.1		Implantação de linha de transmissão entre as subestações Foz do Iguaçu e Cascavel Oeste.	Cessão fiduciária de direitos creditórios; receita proveniente da prestação de serviços de transmissão.	16.12.2011	168	15.04.2026	Mensal	1,82% e 1,42% acima da TJLP	1,82% e 1,42% acima da TJLP	44.723	12.794	14.431
1220768.1		Implantação da PCH Cavernoso II.	Receita proveniente da comercialização de energia da usina.	28.09.2012	192	15.07.2029	Mensal	1,36% acima da TJLP	1,36% acima da TJLP	73.122	34.255	36.593
13211061		Implantação da UHE Colíder.		04.12.2013	192	15.10.2031	Mensal	0% e 1,49% acima da TJLP	6,43% e 7,68%	1.041.155	647.228	680.413
13210331		Implantação da subestação Cerquillo III.		03.12.2013	168	15.08.2028	Mensal	1,49% e 1,89% acima da TJLP	1,49% e 1,89% acima da TJLP	17.644	8.119	8.758
15206041	Copel GeT	Implantação de linha de transmissão Assis - Paraguaçu Paulista II.		28.12.2015	168	15.06.2030	Mensal	2,42% acima da TJLP	9,04%	34.265	17.120	18.151
15205921		Implantação de linhas de transmissão Londrina - Figueira e Salto Osório - Foz do Chopim.		28.12.2015	168	15.12.2029	Mensal	2,32% acima da TJLP	8,93%	21.584	10.167	10.822
18205101		Implantação da UHE Baixo Iguaçu	Cessão fiduciária de direitos creditórios.	22.11.2018	192	15.06.2035	Mensal	1,94% acima da TJLP	8,50%	194.000	165.451	171.447
19207901- A+B+E+F+G+H		Implantação das instalações de transmissão das linhas: SE Medianeira; SE Curitiba Centro e Curitiba Uberaba e SE André Leste.		03.06.2020	279	15.12.2043	Mensal	IPCA + 4,8165%	IPCA + 4,8570%	206.882	203.906	185.532
19207901- C+D+I+J		Implantação das instalações de transmissão das linhas: Linha de Transmissão Curitiba Leste - Blumenal e Baixo Iguaçu - Realeza.		03.06.2020	267	15.12.2043	Mensal	IPCA + 4,8165%	IPCA + 4,8570%	225.230	191.691	162.773
14205611-C	Copel DIS	Preservação de negócios, melhorias, suporte operacional e investimentos gerais em expansão e consolidação de projetos e programas de Investimentos Sociais de Empresas (ISE)	Fiança da Copel; cessão fiduciária de receitas e direitos indenizatórios da concessão.	15.12.2014	113	15.06.2024	Mensal	6,0%	6,0%	78.921	15.674	19.595
14.2.1271.1	Santa Maria			01.06.2015	192	15.08.2031	Mensal	1,66% acima da TJLP	8,26%	71.676	35.896	37.771
14.2.1272.1	Santa Helena		Fiança da Copel; penhor de ações; cessão fiduciária de direitos creditórios; cessão fiduciária de receitas.	01.06.2015	192	15.08.2031	Mensal	1,66% acima da TJLP	8,26%	82.973	38.948	40.983
11211521	GE Farol			19.03.2012	192	15.06.2030	Mensal	2,34% acima da TJLP	2,34% acima da TJLP	54.100	31.683	33.570
11211531	GE Boa Vista	Construção e implantação de centrais geradoras eólicas	Penhor de ações; cessão fiduciária de recebíveis provenientes de venda de energia elétrica produzidas pelo projeto; cessão fiduciária de máquinas e equipamentos.	19.03.2012	192	15.06.2030	Mensal	2,34% acima da TJLP	2,34% acima da TJLP	40.050	23.423	24.818
11211541	GE S.B. do Norte			19.03.2012	192	15.06.2030	Mensal	2,34% acima da TJLP	2,34% acima da TJLP	90.900	53.122	56.287
11211551	GE Olho D'Água			19.03.2012	192	15.06.2030	Mensal	2,34% acima da TJLP	2,34% acima da TJLP	97.000	56.734	60.113
18204611	Cutia		Penhor de ações; cessão fiduciária de direitos creditórios.	10.10.2018	192	15.07.2035	Mensal	2,04% acima da TJLP	8,37%	619.405	552.924	563.569
13212221 - A	Costa Oeste	Implantação de linha de transmissão entre as subestações Cascavel Oeste e Umuarama Sul e implantação da subestação Umuarama Sul.		03.12.2013	168	30.11.2028	Mensal	1,95% + TJLP	1,95% + TJLP	27.634	13.851	14.898
13212221 - B				03.12.2013	106	30.09.2023	Mensal	3,5%	3,5%	9.086	997	1.396
14205851 - A	Marumbi	Implantação de linha de transmissão entre as subestações Curitiba e Curitiba Leste e implantação da subestação Curitiba Leste.	Cessão fiduciária de direitos creditórios; 100% das ações penhoradas.	08.07.2014	168	30.06.2029	Mensal	2,00% + TJLP	2,00% + TJLP	33.460	18.187	19.444
14205851 - B				08.07.2014	106	30.04.2024	Mensal	6,0%	6,0%	21.577	4.152	5.285
Total moeda nacional											2.202.648	2.238.758
											3.635.833	3.587.697
											Divida bruta	3.738.269
											(-) Custo de transação	(59.825)
											Divida líquida	3.678.444
											Circulante	879.811
											Não Circulante	2.693.885
												3.098.674

DI - Depósito interbancário

20.1 Composição dos empréstimos e financiamentos por tipo de moeda e indexador

Consolidado		30.06.2022	%	31.12.2021	%
Moeda estrangeira - variação da moeda no período (%)					
Dólar norte-americano	(5,92)	-	-	150.572	4,09
		-	-	150.572	4,09
Moeda nacional - indexadores ao final do período (%)					
TJLP	6,82	1.833.634	51,31	1.916.561	52,11
CDI	13,15	640.294	17,92	639.555	17,39
IPCA	5,49	1.070.325	29,95	935.900	25,44
Sem indexador (taxa fixa anual)	-	29.443	0,82	35.856	0,97
		3.573.696	100,00	3.527.872	95,91
		3.573.696	100,00	3.678.444	100,00

20.2 Vencimentos das parcelas de longo prazo

30.06.2022	Consolidado		
	Dívida bruta	(-) Custo de transação	Dívida líquida
2023	119.464	(2.964)	116.500
2024	230.776	(4.045)	226.731
2025	227.681	(4.041)	223.640
2026	228.649	(4.044)	224.605
2027	230.338	(4.045)	226.293
Após 2027	1.714.267	(38.151)	1.676.116
	2.751.175	(57.290)	2.693.885

20.3 Mutação de empréstimos e financiamentos

Controladora	Moeda estrangeira	Moeda nacional	Total
Em 1º.01.2022	150.572	639.555	790.127
Encargos	953	46.940	47.893
Variação monetária e cambial	(14.378)	-	(14.378)
Amortização - principal	(134.894)	-	(134.894)
Pagamento - encargos	(2.253)	(46.201)	(48.454)
Em 30.06.2022	-	640.294	640.294

Consolidado	Moeda estrangeira	Moeda nacional	Total
Em 1º.01.2022	150.572	3.527.872	3.678.444
Ingressos	-	121.927	121.927
Encargos	953	172.118	173.071
Variação monetária e cambial	(14.378)	23.989	9.611
Amortização - principal	(134.894)	(107.838)	(242.732)
Pagamento - encargos	(2.253)	(164.372)	(166.625)
Em 30.06.2022	-	3.573.696	3.573.696

20.4 Cláusulas contratuais restritivas - *covenants*

Os contratos de empréstimos e financiamentos contém cláusulas que requerem a manutenção de índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como não alterar a participação acionária da Companhia no capital social das controladas que represente alteração de controle sem a prévia anuência. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar vencimento antecipado das dívidas e/ou multas.

Em 31.12.2021, todos os indicadores financeiros medidos apenas anualmente foram integralmente atendidos. Em 30.06.2022, todos os demais indicadores e condições acordados foram integralmente atendidos. Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos:

Empresa	Instrumento Contratual	Indicadores financeiros anuais	Limite
Copel GeT	BNDES Finem nº 820989.1 - Mauá Banco do Brasil nº 21/02000-0 - Mauá	Ebitda / Resultado Financeiro Líquido	≥ 1,3
Copel DIS	BNDES Finem nº 14205611	Endividamento Financeiro / Ebitda ajustado	≤ 4,0
Santa Maria	BNDES Finem nº 14212711	Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,3
Santa Helena	BNDES Finem nº 14212721		
São Bento Energia, Investimento e Participações GE Boa Vista S.A. GE Farol S.A. GE Olho D'Água S.A. GE São Bento do Norte S.A.	Contrato de Cessão BNDES BNDES Finem nº 11211531 BNDES Finem nº 11211521 BNDES Finem nº 11211551 BNDES Finem nº 11211541	Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,3
Cutia	BNDES Finem nº 18204611	Índice de cobertura do serviço da dívida (a)	≥ 1,2
Costa Oeste	BNDES Finem nº 13212221	Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,3
Marumbi	BNDES Finem nº 14205851	Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,3

Financiamento a empreendimentos - Finem

(a) indicador calculado com os valores das demonstrações financeiras consolidadas da Cutia Empreendimentos Eólicos S.A.

21 Debêntures

Empresa	Emissão	Características	Destinação	Garantias	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento final	Pagamento de encargos	Encargos financeiros do contrato a.a.	Taxa efetiva de juros a.a.	Valor do contrato	30.06.2022	31.12.2021
Copel	8ª	(a)	Pagamento da 6ª emissão de debêntures e reforço da estrutura de capital.	Fidejussória	14.06.2019	1	14.06.2022	Semestral	106,0% da taxa DI	110,93% do DI	500.000	-	502.400
	3ª		Capital de giro e/ou realização de investimentos da emissora.		20.10.2017	3	20.10.2022	Semestral	126,0% da taxa DI	131,21% da taxa DI	1.000.000	343.120	339.767
	4ª	(a)	Resgate antecipado total da 4ª emissão de notas promissórias e pagamento parcial da 1ª parcela de amortização da 2ª emissão de debêntures.		23.07.2018	3	23.07.2023	Semestral	126,0% da taxa DI	133,77% da taxa DI	1.000.000	707.379	690.311
	5ª	(b)	Reembolso de gastos da construção das Linhas de Transmissão Araraquara II - Taubaté, Assis - Londrina e Foz do Chopim.		25.09.2018	5	15.09.2025	Semestral	IPCA + 7,6475%	IPCA+ 8,3295%	290.000	300.343	284.483
	6ª (série 1)		Resgate antecipado total da 5ª emissão de notas promissórias e pagamento parcial da 2ª parcela de amortização da 2ª emissão de debêntures.		15.07.2019	2	15.07.2024	Semestral	109,0% da taxa DI	111,25% da taxa DI	800.000	843.691	825.358
Copel GeT	6ª (série 2)		Reembolso de gastos com os projetos UHE Colider e UHE Baixo Iguaçu	Fidejussória	15.07.2019	1	15.07.2025	Semestral	IPCA + 3,90%	IPCA+ 4,46%	200.000	250.746	237.650
	7ª (série 1)	(c)	Reforço do capital de giro da Emissora; amortização e/ou reembolso de caixa de parcela de principal da 3ª e 4ª emissão de debêntures.		15.10.2021	2	15.10.2026	Semestral	DI + spread 1,38%	DI + spread 1,45%	1.133.363	1.163.931	1.148.216
	7ª (série 2)		Investimentos para expansão, renovação ou melhoria e/ou reembolso de despesas no âmbito dos Projetos: Melhorias da Usina Gov. Bento Munhoz da Rocha Netto; Implantação dos Ativos do Lote "E", do Leilão Aneel nº 05/2015; Aportes na Mata de Santa Genebra Transmissão S.A. e Bela Vista Geração de Energia S.A.		15.10.2021	3	15.10.2031	Semestral	IPCA + 5,7138%	IPCA + 6,1033%	366.637	396.943	374.658
Copel DIS	3ª	(a)	Capital de giro e/ou realização de investimentos da emissora.		20.10.2017	2	20.10.2022	Semestral	126,0% da taxa DI	130,85% da taxa DI	500.000	257.339	254.824
	4ª		Capital de giro e pagamento da 1ª parcela de amortização da 2ª emissão de debêntures.		27.09.2018	3	27.09.2023	Semestral	DI + spread 2,70%	CDI + 3,96%	1.000.000	691.681	684.185
	5ª (série 1)		Investimento para expansão, renovação ou melhoria e reembolso de despesas da rede de distribuição de energia elétrica da Emissora vinculada ao contrato de concessão nº 46/1999 da Aneel.		15.11.2019	3	15.11.2027	Semestral	IPCA + 4,20%	IPCA+ 4,61%	500.000	616.973	584.489
	5ª (série 2)	(c)	Reforço do capital de giro e recomposição de caixa pela amortização final da 2ª emissão de debêntures.		15.11.2019	2	15.11.2022	Semestral	DI + spread 1,45%	CDI + 1,65%	350.000	178.020	177.187
	6ª (série 1)		Reforço do capital de giro da Emissora e amortização da primeira parcela de principal das debêntures de cada uma das seguintes emissões da Emissora: 3ª, 4ª e 5ª Emissão.	Fidejussória	16.06.2021	2	15.06.2026	Semestral	CDI + 1,95%	CDI + 2,02%	1.000.000	1.005.667	1.005.102
	6ª (série 2)		Investimentos para expansão, renovação ou melhoria e/ou reembolso de despesas da rede de distribuição de energia elétrica da Emissora, vinculada ao Contrato de concessão nº 46/1999 da Aneel.		16.06.2021	3	15.06.2031	Semestral	IPCA + 4,7742%	IPCA + 5,1564%	500.000	558.672	529.366
	7ª (série 1)		Reforço de Capital de giro da Emissora; resgate das debêntures da 3ª emissão; amortização da 2ª parcela de principal das 4ª e 5ª emissão.		15.05.2022	2	15.05.2025	Semestral	CDI + 1,21%	CDI + 1,28%	300.000	301.613	-
	7ª (série 2)	(e)			15.05.2022	2	15.05.2027	Semestral	CDI + 1,36%	CDI + 1,42%	901.450	906.350	-
	7ª (série 3)		Investimentos para expansão, renovação ou melhoria e/ou reembolso de despesas da rede de distribuição de energia elétrica da Emissora, vinculada ao Contrato de concessão nº 46/1999 da Aneel.		15.05.2022	3	15.05.2032	Semestral	IPCA + 6,1732%	IPCA + 6,6587%	298.550	300.299	-
Brisa Potiguar	2ª (série 1)	(d)	Implantação de centrais geradoras eólicas.	Real e fidejussória e penhor de ações da Copel GeT	24.03.2016	192	15.07.2032	Mensal	TJLP + 2,02%	TJLP + 2,02%	147.575	95.712	100.240
	2ª (série 2)				24.03.2016	192	15.07.2032	Mensal	IPCA + 9,87%	IPCA+ 10,92%	153.258	132.304	131.630
Cutia	1ª	(b)	Construção e implantação de centrais geradoras eólicas.	Fidejussória	20.03.2019	26	15.12.2031	Semestral	IPCA + 5,8813%	IPCA+ 6,83%	360.000	375.747	370.903
											Divida bruta	9.426.530	8.240.769
											(-) Custo de transação	(95.185)	(93.152)
											Divida líquida	9.331.345	8.147.617
											Circulante	1.721.830	2.144.485
											Não Circulante	7.609.515	6.003.132

(a) Debêntures simples, série única, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476. Interviente garantidora: Copel. Agente fiduciário: Pentágono S.A. DTVM.

(b) Debêntures simples, série única, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476. Interviente garantidora: Copel. Agente fiduciário: Pentágono S.A. DTVM.

(c) Debêntures simples, duas séries, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476. Interviente garantidora: Copel. Agente fiduciário: Pentágono S.A. DTVM.

(d) Debêntures simples, duas séries, não conversíveis em ações, emissão privada. Empresas: Nova Asa Branca I, Nova Asa Branca II, Nova Asa Branca III, Nova Eurús e Ventos de Santo Uriel. Interviente garantidora: Copel. Não possui agente fiduciário.

(e) Debêntures simples, três séries, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476. Interviente garantidora: Copel. Agente fiduciário: Pentágono S.A. DTVM.

21.1 Vencimentos das parcelas de longo prazo

30.06.2022	Consolidado		
	Dívida bruta	(-) Custo de transação	Dívida líquida
2023	1.164.801	(8.104)	1.156.697
2024	670.557	(13.361)	657.196
2025	1.797.232	(11.436)	1.785.796
2026	1.789.155	(9.168)	1.779.987
2027	718.010	(7.586)	710.424
Após 2027	1.542.675	(23.260)	1.519.415
	7.682.430	(72.915)	7.609.515

21.2 Mutação das debêntures

	Controladora	Consolidado
Em 1º.01.2022	501.716	8.147.617
Ingressos	-	1.500.000
(-) Custos de transação	-	(14.445)
Encargos e variação monetária	26.635	595.488
Amortização - principal	(500.000)	(526.655)
Pagamento - encargos	(28.351)	(370.660)
Em 30.06.2022	-	9.331.345

21.3 Cláusulas contratuais restritivas - *covenants*

As debêntures emitidas contém cláusulas que requerem a manutenção de índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como não alterar a participação acionária da Companhia no capital social, que represente alteração de controle sem a prévia anuência dos debenturistas; não realizar, sem prévia e expressa autorização dos debenturistas, distribuição de dividendos ou pagamentos de juros sobre capital próprio, caso esteja em mora relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias ou não atenda aos índices financeiros estabelecidos. O descumprimento destas condições poderá implicar vencimento antecipado das debêntures, bem como penalidades perante os órgãos reguladores.

Em 31.12.2021, todos os indicadores financeiros medidos apenas anualmente foram integralmente atendidos. Em 30.06.2022, todos os demais indicadores e condições acordados foram integralmente atendidos.

Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de debêntures:

Empresa	Instrumento Contratual	Indicadores financeiros anuais	Limite
Copel GeT	3ª Emissão de Debêntures 4ª Emissão de Debêntures 5ª Emissão de Debêntures 6ª Emissão de Debêntures 7ª Emissão de Debêntures	Dívida Líquida consolidada / Ebitda consolidado Índice de cobertura do serviço da dívida	≤ 3,5 ≥ 1,5
Copel DIS	3ª Emissão de Debêntures 4ª Emissão de Debêntures 5ª Emissão de Debêntures 6ª Emissão de Debêntures 7ª Emissão de Debêntures		
Nova Asa Branca I Nova Asa Branca II Nova Asa Branca III Nova Eurus IV Ventos de Santo Uriel	2ª Emissão de Debêntures	Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,3
Cutia	1ª Emissão de Debêntures	Índice de cobertura do serviço da dívida (a)	≥ 1,2

(a) indicador calculado com os valores das demonstrações financeiras consolidadas da Cutia Empreendimentos Eólicos S.A.

22 Benefícios Pós-emprego

A Companhia e suas controladas patrocinam planos previdenciários para complementação de aposentadoria e pensão (Plano Unificado e Plano III) e Plano Assistencial, para assistência médica e odontológica (Planos Prosaúde II e Prosaúde III), para seus empregados ativos e seus dependentes legais. O patrocínio vitalício do Plano Assistencial para os aposentados, pensionistas e dependentes legais somente é aplicado aos participantes do Plano Prosaúde II. A Fundação Copel de Previdência e Assistência é a entidade que administra estes planos.

22.1 Plano de benefício previdenciário

O Plano Unificado é um plano de Benefício Definido - BD em que a renda é pré-determinada em função do nível salarial de cada indivíduo. Este plano está fechado para novos participantes desde 1998.

O Plano III é um plano de Contribuição Variável - CV, sendo o único plano disponível para novos participantes.

22.2 Plano Assistencial

A Companhia e suas controladas alocam recursos para a cobertura das despesas de saúde dos empregados e de seus dependentes, dentro de regras, limites e condições estabelecidos nos regulamentos dos Planos Prosaúde II e Prosaúde III. A cobertura inclui exames médicos periódicos em ambos os planos e somente é estendida a todos os aposentados e pensionistas vitaliciamente no Plano Prosaúde II.

22.3 Balanço patrimonial e resultado do período

Os valores reconhecidos no passivo, na conta de Benefícios pós-emprego, estão resumidos a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2022	31.12.2021	30.06.2022	31.12.2021
Planos previdenciários	5	12	812	965
Planos assistenciais	14.896	14.139	1.327.589	1.294.209
	14.901	14.151	1.328.401	1.295.174
Circulante	240	229	74.193	68.836
Não circulante	14.661	13.922	1.254.208	1.226.338

Os valores reconhecidos no resultado estão resumidos a seguir:

	Controladora			
	30.06.2022	30.06.2021	1º.04.2022 a 30.06.2022	1º.04.2021 a 30.06.2021
Empregados				
Planos previdenciários	1.154	263	492	128
Plano assistencial - pós-emprego	875	422	437	211
Plano assistencial - funcionários ativos	835	529	358	266
	2.864	1.214	1.287	605
Administradores				
Planos previdenciários	329	162	164	78
Plano assistencial	34	26	17	12
	363	188	181	90
	3.227	1.402	1.468	695

	Consolidado			
	30.06.2022	30.06.2021	1º.04.2022 a 30.06.2022	1º.04.2021 a 30.06.2021
Empregados				
Plano previdenciário (CV)	28.281	28.128	13.772	13.622
Plano assistencial - pós-emprego	70.146	58.254	35.072	29.126
Plano assistencial - funcionários ativos	35.503	35.889	17.333	18.047
	133.930	122.271	66.177	60.795
Administradores				
Plano previdenciário	579	648	284	319
Plano assistencial	73	76	36	43
	652	724	320	362
	134.582	122.995	66.497	61.157

22.4 Mutação dos benefícios pós-emprego

	Controladora	Consolidado
Em 1º.01.2022	14.151	1.295.174
Apropriação do cálculo atuarial	875	70.146
Apropriação das contribuições previdenciárias e assistenciais	2.535	60.929
Amortizações	(2.660)	(97.848)
Em 30.06.2022	14.901	1.328.401

23 Encargos Setoriais a Recolher

Consolidado	30.06.2022	31.12.2021
Conta de desenvolvimento energético - CDE	45.444	41.786
Reserva global de reversão - RGR	7.089	8.834
Bandeira tarifária (NE nº 30.3.2)	-	147.766
	52.533	198.386

24 Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética

Conforme a Lei nº 9.991/2000 e regulamentações complementares, as concessionárias e permissionárias de geração e transmissão de energia elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida regulatória em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, e as concessionárias de distribuição de energia elétrica devem segregar esse mesmo percentual entre os programas de pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico e de eficiência energética.

Os saldos registrados de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Programa de Eficiência Energética - PEE estão demonstrados no quadro a seguir:

Consolidado	Aplicado e não concluído	Saldo a recolher	Saldo a aplicar	Saldo em 30.06.2022	Saldo em 31.12.2021
Pesquisa e desenvolvimento - P&D					
FNDCT	-	5.846	-	5.846	7.584
MME	-	2.923	-	2.923	3.790
P&D	182.766	1.131	76.324	260.221	286.029
	182.766	9.900	76.324	268.990	297.403
Programa de eficiência energética - PEE					
Procel	-	3.610	-	3.610	19.883
PEE	111.722	1.977	217.805	331.504	309.811
	111.722	5.587	217.805	335.114	329.694
	294.488	15.487	294.129	604.104	627.097
			Circulante	267.343	292.495
			Não circulante	336.761	334.602

Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT

Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - Procel

24.1 Mutação dos saldos de P&D e PEE

Consolidado	FNDCT	MME	P&D	Procel	PEE	Total
Em 1º.01.2022	7.584	3.790	286.029	19.883	309.811	627.097
Constituições	19.230	9.616	19.231	5.500	22.002	75.579
Contrato de desempenho	-	-	-	-	1.302	1.302
Juros (NE nº 32)	-	-	3.926	1.248	11.027	16.201
Transferências	-	-	-	(3.685)	3.685	-
Recolhimentos	(20.968)	(10.483)	(5.870)	(19.336)	(7.198)	(63.855)
Conclusões	-	-	(43.095)	-	(9.125)	(52.220)
Em 30.06.2022	5.846	2.923	260.221	3.610	331.504	604.104

25 Contas a Pagar Vinculadas à Concessão

Consolidado	Empresa	Outorga	Assinatura	Final	Taxa de desconto	Correção Anual			
							30.06.2022	31.12.2021	
UHE Mauá	Copel GeT	29.06.2007	03.07.2007	05.2047	5,65% a.a.	IPCA	21.427	20.495	
UHE Colíder	Copel GeT	29.12.2010	17.01.2011	01.2046	7,74% a.a.	IPCA	28.677	27.376	
UHE Baixo Iguaçu	Copel GeT	19.07.2012	20.08.2012	01.2047	7,74% a.a.	IPCA	9.022	8.595	
UHE Guaricana	Copel GeT	03.03.2020	03.03.2020	03.2025	7,74% a.a.	IPCA	2.632	2.894	
UHEs Fundão e Santa Clara	Elejor	23.10.2001	25.10.2001	05.2037	11,00% a.a.	IGPM	905.341	844.599	
							967.099	903.959	
							Circulante	113.250	104.963
							Não circulante	853.849	798.996

Taxa de desconto no cálculo do valor presente

Taxa desconto real e líquida, compatível com a taxa estimada de longo prazo, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

Pagamento à União

Parcelas mensais equivalentes a 1/12 do pagamento anual corrigido, conforme definido no contrato de concessão.

25.1 Mutação de contas a pagar vinculadas   concessão

Em 1^o.01.2022	903.959
Ajuste a valor presente	57.681
Variacão monetária	59.194
Pagamentos	(53.735)
Em 30.06.2022	967.099

26 Direito de uso de ativos e Passivo de arrendamentos

26.1 Direito de uso de ativos

Consolidado	Saldo em	Adições	Ajuste por	Amortização	Baixas	Saldo em
	1 ^o .01.2022		remensuração			30.06.2022
Imóveis	120.929	22.901	2.268	(5.183)	(620)	140.295
Veículos	67.833	49.822	2.716	(19.215)	-	101.156
Equipamentos	15.294	3.094	1.537	(4.038)	-	15.887
	204.056	75.817	6.521	(28.436)	(620)	257.338

26.2 Passivo de arrendamentos

26.2.1 Mutação do passivo de arrendamentos

	Controladora	Consolidado
Em 1º.01.2022	3.258	212.734
Adições	1.346	75.817
Ajuste por remensuração	544	6.521
Encargos	192	9.128
Pagamento - principal	(170)	(26.327)
Pagamento - encargos	(192)	(9.737)
Baixas	-	(674)
Em 30.06.2022	4.978	267.462
	Circulante	406
	Não circulante	4.572
		53.153
		214.309

A Companhia define a taxa de desconto com base na taxa de juros nominal praticada na última captação de recursos, desconsiderando captações subsidiadas ou incentivadas. As taxas de juros aplicadas variam de 3,58% a 14,36% a.a.

26.2.2 Vencimentos das parcelas de longo prazo

2023	26.436
2024	44.792
2025	28.807
2026	29.075
2027	9.764
Após 2027	178.894
Valores não descontados	317.768
Juros embutidos	(103.459)
Saldo do passivo de arrendamento	214.309

26.2.3 Direito potencial de PIS/Cofins a recuperar

Segue quadro indicativo do direito potencial de PIS/Cofins a recuperar embutido na contraprestação de arrendamentos conforme os períodos previstos para pagamento.

Fluxos de caixa	Nominal	Valor Presente
Contraprestação do arrendamento	448.057	267.462
Pis/Cofins potencial	34.010	21.039

26.3 Impacto pela projeção de inflação nos fluxos de caixa descontados

Em conformidade com o CPC 06 (R2) / IFRS 16, na mensuração e na remensuração do passivo de arrendamento e do direito de uso, a Companhia utilizou a técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada, conforme vedação imposta pela norma.

No entanto, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro, o quadro a seguir apresenta os saldos comparativos entre a informação registrada em conformidade com o CPC 06 (R2) / IFRS 16 e o valor que seria registrado se considerada a inflação projetada:

Consolidado	Saldo conforme o CPC 06 (R2) - IFRS 16	Saldo com projeção da inflação	%
Passivo de arrendamentos	267.462	297.051	11,06%
Direito de uso de ativos	257.338	277.351	7,78%
Despesa Financeira	9.074	11.200	23,43%
Despesa de amortização	28.436	30.692	7,93%

26.4 Compromissos de arrendamentos e aluguéis

Para os arrendamentos de ativos de baixo valor, tais como computadores, impressoras e móveis, arrendamento de curto prazo, bem como para os contratos de arrendamento de terrenos para desenvolvimento de projetos de geração de energia eólica, cujo pagamento é feito com base em remuneração variável, os valores estão reconhecidos na demonstração de resultado como custos e/ou despesas operacionais (NE nº 31.6). O saldo de compromissos de arrendamentos e aluguéis está demonstrado a seguir:

Consolidado	Até 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	30.06.2022
Compromissos de arrendamentos e aluguéis	10.911	44.115	230.199	285.225

26.5 Recebíveis de arrendamentos

Consolidado	Até 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total 30.06.2022
Compartilhamento de instalações	1.031	4.122	16.031	21.184

27 Outras Contas a Pagar

Consolidado	30.06.2022	31.12.2021
Valor justo na compra e venda de energia (NE nº 34.2.12)	342.040	545.468
Desvio de geração - empreendimentos eólicos (NE nº 34.2.11)	139.417	108.031
Taxa de iluminação pública arrecadada	42.734	32.895
Aquisição de investimentos	46.361	46.361
Cauções em garantia	31.012	35.285
Pagamentos/devoluções à consumidores	42.100	45.579
Obrigações junto a clientes nas operações de venda de gás (a)	34.328	35.130
Provisão Despacho Aneel nº 084/2017	36.999	34.113
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	25.796	12.066
Outras obrigações	74.186	75.364
	814.973	970.292
	Circulante 430.088	370.383
	Não circulante 384.885	599.909

(a) Refere-se aos valores pagos pela aquisição de volumes de gás contratados e ainda não retirados pelos clientes.

28 Provisões para Litígios e Passivo Contingente

A Companhia e suas controladas respondem por diversos processos judiciais e administrativos perante diferentes cortes. A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis quando os critérios de reconhecimento de provisão, descritos na NE nº 4.11 das demonstrações financeiras de 31.12.2021, são atendidos.

A Administração da Companhia acredita ser impraticável fornecer informações a respeito do momento de eventuais saídas de caixa relacionadas às ações pelas quais a Companhia e suas controladas respondem na data da elaboração das demonstrações financeiras, tendo em vista a imprevisibilidade e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório brasileiro, sendo que a resolução final depende das conclusões dos processos judiciais. Por esse motivo, essa informação não é fornecida.

28.1 Mutações das provisões para litígios

Controladora	Saldo em 1º.01.2022	Resultado		Quitações	Saldo em 30.06.2022
		Adições	Reversões		
Fiscais					
Cofins	110.059	5.993	-	-	116.052
Outras	34.149	824	-	-	34.973
	144.208	6.817	-	-	151.025
Trabalhistas	2.437	536	-	(11)	2.962
Benefícios a empregados	587	2.155	(31)	-	2.711
Cíveis	175.356	14.308	-	-	189.664
Regulatórias	25.174	-	(25.174)	-	-
	347.762	23.816	(25.205)	(11)	346.362

Consolidado	Saldo em 1º.01.2022	Resultado			Adições / (Reversões) no ativo	Quitações	Transfe- rências/ Outros	Saldo em 30.06.2022
		Provisões para litígios		Custo de construção				
		Adições	Reversões	Adições				
Fiscais								
Cofins	110.059	5.993	-	-	-	-	116.052	
Outras	71.056	5.990	(820)	-	-	(1.885)	68.350	
	181.115	11.983	(820)	-	-	(1.885)	184.402	
Trabalhistas	569.756	68.305	(2.647)	-	-	(55.316)	580.098	
Benefícios a empregados	37.148	13.086	(1.906)	-	-	(125)	48.203	
Cíveis								
Cíveis e direito administrativo	433.437	110.925	(15.501)	-	-	(31.121)	497.740	
Servidões de passagem	138.069	1.475	-	2.724	(858)	872	142.282	
Desapropriações e patrimoniais	125.028	160	(8.113)	4.150	(23.067)	(5.317)	92.841	
Consumidores	3.755	2.043	(115)	-	-	(1.486)	4.197	
Ambientais	5.902	54	(55)	-	-	-	5.901	
	706.191	114.657	(23.784)	6.874	(23.925)	(37.052)	742.961	
Regulatórias	103.155	787	(82.567)	-	-	(13.939)	7.436	
	1.597.365	208.818	(111.724)	6.874	(23.925)	(108.317)	1.563.100	

28.2 Detalhamento das provisões para litígios e passivos contingentes

O quadro a seguir apresenta o detalhamento das provisões para litígios registradas e, adicionalmente, os valores de passivos contingentes, os quais são obrigações presentes decorrentes de eventos passados, porém sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação.

Natureza	Descrição	Controladora				Consolidado			
		Provisões		Passivo contingente		Provisões		Passivo contingente	
		30.06.2022	31.12.2021	30.06.2022	31.12.2021	30.06.2022	31.12.2021	30.06.2022	31.12.2021
Fiscais									
Cofins	Exigência da Receita Federal relativo ao período de agosto de 1995 a dezembro de 1996, lançados em decorrência de rescisão de acórdão judicial que havia reconhecido a imunidade da Companhia ao tributo.	116.052	110.059	8.640	7.914	116.052	110.059	8.640	7.914
INSS	Exigências fiscais relativas à contribuição previdenciária.	30.363	29.813	115.112	107.840	30.363	29.813	115.112	107.840
Impostos federais	Exigências e questionamentos administrativos da Receita Federal do Brasil.	-	-	46.597	45.602	1.804	1.721	78.815	77.058
ICMS	Exigências e questionamentos administrativos do Estado sobre recolhimento do ICMS nas faturas da Companhia	-	-	-	-	-	-	70.634	43.346
IPTU	Exigência de Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana - IPTU sobre imóveis afetados ao serviço público de energia elétrica.	4.585	-	608	-	7.376	-	134.170	118.981
ISS	Exigência fiscal das prefeituras a título de ISS em serviços de construção civil prestado por terceiro.	-	-	-	-	179	170	90.699	83.536
Outras	Impostos, taxas e outros tributos federais, estaduais e municipais em que a Companhia discute a incidência ou não, bem como suas bases e valores para recolhimento.	25	4.336	6.099	6.404	28.628	39.352	95.693	122.314
		151.025	144.208	177.056	167.760	184.402	181.115	593.763	560.989
Trabalhistas	Cobrança de horas-extras, periculosidade, adicional de transferência, equiparação/reenquadramento salarial, entre outras, por empregados e ex-empregados da Copel; cobranças de parcelas indenizatórias e outras, por ex-empregados de empreiteiros e empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária).	2.963	2.437	3.347	3.606	580.098	569.756	299.368	275.230
Benefícios a empregados	Reclamações trabalhistas movidas por ex-empregados aposentados contra a Fundação Copel, que causarão, consequentemente, reflexos para a Companhia e suas subsidiárias integrais, na medida em que forem necessários aportes complementares.	2.711	587	-	-	48.203	37.148	5.383	3.524
Regulatórias									
Despacho Aneel nº 288/2002	Ações judiciais contra o Despacho Aneel nº 288/2002 envolvendo as empresas Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE e Dona Francisca Energética S.A.	-	25.174	-	-	-	82.670	-	-
ESBR	A ESBR moveu a ação ordinária nº 10426-71.2013.4.01.4100 contra a Aneel, na Justiça Federal de Rondônia, cuja sentença (i) reconheceu excludentes de responsabilidade pelo atraso de 535 dias no cronograma das obras da UHE Jirau; (ii) declarou inexigíveis quaisquer obrigações, penalidades e custos impostos à ESBR decorrentes do atraso e, por fim, (iii) anulou o despacho Aneel nº 1.732/2013, que havia reconhecido o atraso de apenas 52 dias no cronograma de implantação. Houve recurso de apelação pela Aneel, em trâmite no TRF da 1ª Região. A consequência prática da decisão foi, ao tempo em que isentou a ESBR, expor as distribuidoras com as quais celebrou CCEARs ao Mercado de Curto Prazo e ao alto valor do Preço de Liquidação das Diferenças - PLD no período, onde se inclui a Copel DIS. Isso se deu porque as regras de comercialização de energia elétrica impõem que toda energia consumida tenha a correspondente cobertura contratual. Caso as ações sejam julgadas desfavoráveis para a Copel, o valor será considerado como um Ativo Financeiro Setorial a ser recuperado mediante tarifa.	-	-	-	-	-	-	1.150.862	1.066.486
Excludente Colíder	Discussão sobre o valor de Tarifa de uso do sistema de transmissão - TUST e atualização monetária sobre valores de energia referente ao período de excludente de responsabilidade. Em decorrência da liminar judicial que excluiu o período de atraso da obra da UHE Colíder da responsabilidade pela entrega de energia contratada no Ambiente de Contratação Regulado - ACR, a CCEE procedeu o crédito, valorado ao PLD, da energia anteriormente lastreada para cumprir os contratos de ACR. Contudo, em caso de insucesso na ação judicial, a Companhia deverá devolver os valores creditados, atualizados pelo IGPM.	-	-	-	-	-	-	339.242	295.931
Outras	Notificações do Órgão Regulador sobre eventuais descumprimentos de normas regulatórias	-	-	-	-	7.435	20.485	47.716	38.099
		-	25.174	-	-	7.435	103.155	1.537.820	1.400.516

(continua)

Natureza	Descrição	Controladora				Consolidado			
		Provisões		Passivo contingente		Provisões		Passivo contingente	
		30.06.2022	31.12.2021	30.06.2022	31.12.2021	30.06.2022	31.12.2021	30.06.2022	31.12.2021
Cíveis									
Fumicultores	Ações que têm como principal causa a falta de energia elétrica causando perda da produção.	-	-	-	-	90.416	79.092	78.423	68.104
Arbitragem	Discussão em arbitragem protegida por sigilo e confidencialidade, em fase de instrução probatória, sem decisão proferida	178.225	165.158	723.767	670.704	178.225	165.158	723.767	670.704
Créditos PIS/Cofins	Contingência relativa a destinação dos créditos tributários de PIS e Cofins reconhecidos pela Companhia. Com a promulgação da Lei nº 14.385/2022, a Administração da Copel e seus assessores legais reavaliaram o risco e a Copel DIS efetuou o registro da provisão, conforme detalhado na NE nº 12.2.1.	-	-	-	-	-	-	-	1.775.347
Cíveis e direito administrativo	Outras ações que envolvem faturamento, supostos procedimentos irregulares, contratos administrativos e multa contratual, indenização por acidentes com a rede de energia elétrica e acidentes com veículos.	11.438	10.198	5.391	6.639	131.822	131.519	582.005	233.194
Indenização a terceiros (cíveis)	Ação de indenização decorrentes de danos causados durante a construção de usinas. Houve início de execução de sentença sem a perícia contábil previamente determinada. Em 1º grau, a Copel impugnou a execução e apresentou apólice de seguro como garantia até decisão sobre a realização de perícia e excesso do valor. Não tendo havido ainda um posicionamento favorável quanto ao mérito, o risco foi reavaliado com alteração no saldo provisionado.	-	-	-	-	97.279	57.663	97.243	65.888
Servidões de passagem	Discussão entre o valor avaliado pela Copel para pagamento e o pleiteado pelo proprietário e/ou quando a documentação do proprietário não apresenta condições de registro (inventários em andamento, propriedades sem matrícula, entre outras); intervenção no usucapião de terceiros, seja na qualidade de confrontante ou em caso de imóvel onde há áreas de servidão de passagem, a fim de preservar os limites e confrontações das faixas de servidão.	-	-	-	-	142.282	138.075	27.021	29.100
Desapropriações e patrimoniais	Discussão entre o valor avaliado pela Copel para pagamento e o pleiteado pelo proprietário, e/ou quando a documentação do proprietário não apresenta condições de registro (inventários em andamento, propriedades sem matrícula entre outras); ações de reintegrações de posse de imóveis de propriedade da concessionária; intervenção no usucapião de terceiros, na qualidade de confrontante, a fim de preservar os limites e confrontações das áreas desapropriadas.	-	-	-	-	92.841	93.679	79.935	184.305
Indenização a terceiros (Desapropriações)	Ações de desapropriação para construção de subestação de energia elétrica e para desapropriação de terreno alagado de Usina, quitadas no segundo trimestre 2022.	-	-	-	-	-	31.348	-	-
Consumidores	Ações pleiteando ressarcimento de danos causados em aparelhos eletrodomésticos, máquinas industriais e comerciais, indenizações por dano moral decorrente da prestação de serviço (suspensão do fornecimento) e ações movidas por consumidores industriais, questionando a legalidade da majoração da tarifa de energia elétrica, ocorrida na vigência do Plano Cruzado, e pleiteando restituição de valores envolvidos.	-	-	-	-	4.197	3.755	1.844	3.964
Ambientais	Ações civis públicas e ações populares que têm como finalidade obstaculizar o andamento de licenciamento ambiental de novos projetos ou a recuperação de áreas de preservação permanente no entorno dos reservatórios das usinas hidrelétricas utilizadas indevidamente por particulares. Em caso de eventual condenação, estima-se somente o custo da elaboração de novos estudos ambientais e o custo de recuperação das áreas de propriedade da Copel GeT. Contemplam também os Termos de Ajuste de Conduta - TAC, que se referem aos compromissos acordados e aprovados entre a Companhia e os órgãos competentes, pelo descumprimento de alguma condicionante concluída nas Licenças de Instalação e Operação.	-	-	-	-	5.900	5.902	222.512	206.647
		189.663	175.356	729.158	677.343	742.962	706.191	1.812.750	3.237.253
		346.362	347.762	909.561	848.709	1.563.100	1.597.365	4.249.084	5.477.512

29 Patrimônio Líquido

29.1 Capital social

Em 30.06.2022, o capital social integralizado é de R\$ 10.800.000 (R\$ 10.800.000 em 31.12.2021). Sua composição por ações (sem valor nominal) e os principais acionistas estão demonstrações a seguir, já considerando a quantidade de ações atualizadas após o desdobramento aprovado pela Administração:

Acionistas	Número de ações em unidades							
	Ordinárias		Preferenciais "A"		Preferenciais "B"		Total	
	nº ações	%	nº ações	%	nº ações	%	nº ações	%
Estado do Paraná	734.298.319	69,66	-	-	115.945.012	6,90	850.243.331	31,07
BNDESPAR	131.161.562	12,44	-	-	524.646.248	31,24	655.807.810	23,96
Eletrobras	15.307.740	1,45	-	-	-	-	15.307.740	0,56
Custódias em bolsa:								
B3	135.000.882	12,82	664.570	21,25	897.139.440	53,43	1.032.804.892	37,74
NYSE	34.796.399	3,30	-	-	139.185.596	8,29	173.981.995	6,36
Latibex	225.667	0,02	-	-	1.730.263	0,10	1.955.930	0,07
Prefeituras	1.783.930	0,17	93.260	2,98	34.710	-	1.911.900	0,07
Outros	1.515.961	0,14	2.370.170	75,77	654.021	0,04	4.540.152	0,17
	1.054.090.460	100,00	3.128.000	100,00	1.679.335.290	100,00	2.736.553.750	100,00

29.2 Ajustes de avaliação patrimonial

	Controladora	Consolidado
Em 1º.01.2022	426.170	426.170
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial		
Custo atribuído do imobilizado	-	(30.780)
Tributos sobre a realização dos ajustes	-	10.465
Custo atribuído do imobilizado - equivalência patrimonial, líquida de tributos	(20.315)	-
Em 30.06.2022	405.855	405.855

29.3 Lucro por ação - básico e diluído

Controladora	Operações continuadas	30.06.2022	Operações continuadas	Operações descontinuadas	30.06.2021
Numerador básico e diluído					
Lucro líquido básico e diluído alocado por classes de ações, atribuído aos acionistas controladores:					
Ações ordinárias	46.382	46.382	748.309	36.087	784.396
Ações preferenciais classe "A"	151	151	2.033	98	2.131
Ações preferenciais classe "B"	81.285	81.285	905.633	43.673	949.306
	127.818	127.818	1.655.975	79.858	1.735.833
Denominador básico e diluído					
Média ponderada das ações (em milhares):					
Ações ordinárias	1.054.090.460	1.054.090.460	1.301.454.539	1.301.454.539	1.301.454.539
Ações preferenciais classe "A"	3.128.000	3.128.000	3.215.104	3.215.104	3.215.104
Ações preferenciais classe "B"	1.679.335.290	1.679.335.290	1.431.884.107	1.431.884.107	1.431.884.107
	2.736.553.750	2.736.553.750	2.736.553.750	2.736.553.750	2.736.553.750
Lucro líquido básico e diluído por ação atribuído aos acionistas controladores					
Ações ordinárias	0,04400	0,04400	0,57498	0,02773	0,60271
Ações preferenciais classe "A"	0,04840	0,04840	0,63248	0,03050	0,66298
Ações preferenciais classe "B"	0,04840	0,04840	0,63248	0,03050	0,66298

Controladora	Operações continuadas	1º.04.2022 a 30.06.2022	Operações continuadas	Operações descontinuadas	1º.04.2021 a 30.06.2021
Numerador básico e diluído					
Lucro líquido básico e diluído alocado por classes de ações, atribuído aos acionistas controladores:					
Ações ordinárias	(194.692)	(194.692)	408.585	20.699	429.284
Ações preferenciais classe "A"	(636)	(636)	1.110	56	1.166
Ações preferenciais classe "B"	(341.195)	(341.195)	494.486	25.052	519.538
	(536.523)	(536.523)	904.181	45.807	949.988
Denominador básico e diluído					
Média ponderada das ações (em milhares):					
Ações ordinárias	1.054.090.460	1.054.090.460	1.301.454.540	1.301.454.540	1.301.454.540
Ações preferenciais classe "A"	3.128.000	3.128.000	3.215.104	3.215.104	3.215.104
Ações preferenciais classe "B"	1.679.335.290	1.679.335.290	1.431.884.107	1.431.884.107	1.431.884.107
	2.736.553.750	2.736.553.750	2.736.553.751	2.736.553.751	2.736.553.751
Lucro líquido (prejuízo) básico e diluído por ação atribuído aos acionistas controladores					
Ações ordinárias	(0,18470)	(0,18470)	0,31394	0,01590	0,32985
Ações preferenciais classe "A"	(0,20317)	(0,20317)	0,34534	0,01750	0,36284
Ações preferenciais classe "B"	(0,20317)	(0,20317)	0,34534	0,01750	0,36284

29.4 Dividendo adicional proposto

Em 29.04.2022, a Assembleia Geral aprovou o pagamento do dividendo adicional proposto registrado em 31.12.2021, no valor de R\$ 1.368.675.

30 Receita Operacional Líquida

Consolidado	Receita bruta	PIS/Pasep e Cofins	ICMS	Encargos setoriais	ISSQN	Receita líquida	
						30.06.2022	30.06.2021
Fornecimento de energia elétrica	6.785.707	(494.920)	(1.446.253)	(847.672)	-	3.996.862	3.452.738
Suprimento de energia elétrica	2.294.985	(316.891)	(10.664)	(33.052)	-	1.934.378	2.359.108
Disponibilidade da rede elétrica	5.340.454	(371.063)	(1.273.030)	(1.335.922)	-	2.360.439	2.428.223
Receita de construção	1.034.370	-	-	-	-	1.034.370	870.806
Valor justo do ativo indenizável da concessão	77.305	-	-	-	-	77.305	68.719
Distribuição de gás canalizado	748.097	(57.186)	(129.408)	-	(61)	561.442	305.666
Resultado de ativos e passivos financeiros setoriais	747.667	(69.159)	-	-	-	678.508	789.288
Outras receitas operacionais	234.181	(27.462)	-	-	(3.708)	203.011	138.264
	17.262.766	(1.336.681)	(2.859.355)	(2.216.646)	(3.769)	10.846.315	10.412.812

Consolidado	Receita bruta	PIS/Pasep e Cofins	ICMS	Encargos setoriais	ISSQN	Receita líquida	
						1º.04.2022 a 30.06.2022	1º.04.2021 a 30.06.2021
Fornecimento de energia elétrica	2.837.227	(205.764)	(623.302)	(145.452)	-	1.862.709	1.702.022
Suprimento de energia elétrica	1.105.376	(151.380)	(5.390)	(15.903)	-	932.703	1.206.772
Disponibilidade da rede elétrica	2.538.590	(175.790)	(604.674)	(660.591)	-	1.097.535	1.303.301
Receita de construção	547.307	-	-	-	-	547.307	496.526
Valor justo do ativo indenizável da concessão	34.756	-	-	-	-	34.756	39.849
Distribuição de gás canalizado	438.036	(33.108)	(76.575)	-	-	328.353	170.797
Resultado de ativos e passivos financeiros setoriais	390.438	(36.115)	-	-	-	354.323	428.939
Outras receitas operacionais	116.338	(14.099)	-	-	(1.359)	100.880	78.813
	8.008.068	(616.256)	(1.309.941)	(821.946)	(1.359)	5.258.566	5.427.019

30.1 Detalhamento da receita por tipo e/ ou classe de consumidores

Consolidado	30.06.2022	30.06.2021	1º.04.2022 a 30.06.2022	1º.04.2021 a 30.06.2021
Fornecimento de energia elétrica	6.785.707	5.227.643	2.837.227	2.615.847
Residencial	2.173.248	1.676.326	835.953	833.526
Industrial	595.817	504.400	263.119	261.893
Comercial, serviços e outras atividades	1.253.471	889.094	488.356	429.333
Rural	493.522	362.213	174.586	175.681
Poder público	164.144	102.018	64.077	49.892
Iluminação pública	167.586	128.780	62.182	68.761
Serviço público	221.572	162.892	91.915	83.299
Consumidores livres	1.330.890	1.059.129	665.278	537.958
Doações e subvenções	385.457	342.791	191.761	175.504
Suprimento de energia elétrica	2.294.985	2.760.537	1.105.376	1.410.606
Contratos bilaterais	1.441.877	1.109.481	714.098	516.497
Contratos regulados	508.011	507.121	254.588	251.809
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	266.951	1.083.787	100.463	612.947
Juros efetivos - bonificação de outorga (NE nº 9.3)	78.146	60.148	36.227	29.353
Disponibilidade da rede elétrica	5.340.454	4.783.107	2.538.590	2.431.233
Residencial	1.559.386	1.436.202	711.513	696.029
Industrial	746.880	680.374	373.242	347.646
Comercial, serviços e outras atividades	976.742	830.023	446.001	397.024
Rural	342.652	305.413	151.616	143.809
Poder público	119.643	89.377	56.046	43.377
Iluminação pública	104.184	103.437	51.994	51.610
Serviço público	115.211	101.753	55.821	51.230
Consumidores livres	762.935	668.872	378.189	342.460
Concessionárias e geradoras	42.368	35.018	20.999	18.416
Receita de operação e manutenção - O&M e juros efetivos	570.453	532.638	293.169	339.632
Receita de construção	1.034.370	870.806	547.307	496.526
Concessão de distribuição de energia	963.289	762.258	523.320	430.849
Concessão de distribuição de gás canalizado	6.316	5.669	2.903	2.922
Concessão de transmissão de energia (a)	64.765	102.879	21.084	62.755
Valor justo do ativo indenizável da concessão	77.305	68.719	34.756	39.849
Distribuição de gás canalizado	748.097	407.845	438.036	227.321
Resultado de ativos e passivos financeiros setoriais	747.667	869.738	390.438	472.660
Outras receitas operacionais	234.181	144.963	116.338	72.963
Arrendamentos e aluguéis (30.2)	172.029	110.237	89.338	56.629
Valor justo na compra e venda de energia	-	19.413	-	18.280
Renda da prestação de serviços	38.484	19.636	15.998	8.548
Outras receitas	23.668	(4.323)	11.002	(10.494)
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	17.262.766	15.133.358	8.008.068	7.767.005
(-) Pis/Pasep e Cofins	(1.336.681)	(1.192.168)	(616.256)	(594.675)
(-) ICMS	(2.859.355)	(2.240.968)	(1.309.941)	(1.100.309)
(-) ISSQN	(3.769)	(2.897)	(1.359)	(1.473)
(-) Encargos setoriais (30.3)	(2.216.646)	(1.284.513)	(821.946)	(643.529)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	10.846.315	10.412.812	5.258.566	5.427.019

(a) No saldo está contido o valor da receita de construção, a margem de construção e o ganho ou perda por eficiência conforme detalhado na NE nº 10.3

30.2 Arrendamentos e aluguéis

30.2.1 Receita de arrendamento e aluguéis

Consolidado	30.06.2022	30.06.2021	1º.04.2022 a 30.06.2022	1º.04.2021 a 30.06.2021
	Equipamentos e estruturas	171.177	109.914	88.873
Compartilhamento de instalações	740	211	407	130
Imóveis	112	112	58	49
	172.029	110.237	89.338	56.629

30.3 Encargos setoriais

Consolidado	30.06.2022	30.06.2021	1º.04.2022 a 30.06.2022	1º.04.2021 a 30.06.2021
	Conta de desenvolvimento energético - CDE - concessão de distribuição de energia (30.3.1)	1.349.036	862.246	667.565
Outros encargos do consumidor - bandeira tarifária (30.3.2)	723.851	289.362	85.276	174.925
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética - P&D e PEE	75.579	81.917	34.800	41.498
Quota para reserva global de reversão - RGR	24.069	29.716	12.034	14.858
Conta de desenvolvimento energético - CDE - concessão de transmissão de energia	38.747	16.339	20.127	7.528
Taxa de fiscalização	5.364	4.933	2.144	3.006
	2.216.646	1.284.513	821.946	643.529

30.3.1 Conta de Desenvolvimento Energético - CDE - concessão de distribuição de energia

A CDE, criada pela Lei nº 10.438/2002 e alterada pela Lei nº 12.783/2013, tem entre suas fontes de recursos, para cumprir seus objetivos, as quotas pagas pelos agentes que negociam energia com o consumidor final, mediante encargo tarifário incluído nas tarifas. A Companhia realiza pagamentos do encargo CDE Uso, destinada ao custeio dos objetivos da CDE previstos na lei. As quotas anuais para cada distribuidora são definidas pela Aneel por meio das resoluções homologatórias.

A partir de junho de 2021 a Companhia passou a recolher mensalmente a cota relativa à CDE Conta Covid no montante de R\$ 29.032, segregada entre CDE Uso e CDE Energia. Esse encargo, repassado na tarifa aos consumidores, é devido pelas concessionárias e permissionárias de distribuição conforme Despacho nº 939/2021 e tem a finalidade de amortização da operação de crédito contratada pela CCEE na gestão da Conta Covid, nos termos da Resolução Normativa nº 885/2020.

O saldo é composto da seguinte forma:

Resoluções	Período	30.06.2022
CDE USO		
Resolução Homologatória nº 3.004/2021	Maio a dezembro	382.344
Resolução Homologatória nº 3.034/2022	Janeiro a abril	792.498
Despacho nº 939/2021	A partir de junho de 2021	91.722
		1.266.564
CDE ENERGIA		
Despacho nº 939/2021	A partir de junho de 2021	82.472
		1.349.036

Resoluções	Período	30.06.2021
CDE USO		
Resolução Homologatória nº 2.814/2020	Janeiro	163.844
Resolução Homologatória nº 2.814/2021	Fevereiro	157.767
Resolução Homologatória nº 2.834/2021	Março e Abril	277.844
Resolução Homologatória nº 2.864/2021	Mai e Junho	233.759
Despacho nº 939/2021	Junho	15.287
		848.501
CDE ENERGIA		
Despacho nº 939/2021	Junho	13.745
		862.246

30.3.2 Bandeira tarifária

O sistema de bandeiras tarifárias foi instituído pela Resolução Normativa Aneel nº 547/2013, com vigência a partir de 2015, para indicar a incidência ou não de acréscimo no valor da energia a ser repassado ao consumidor final em função das condições para geração de energia elétrica, apresentando as seguintes modalidades:

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia, sem acréscimo na tarifa;
- Bandeira amarela: acréscimo de R\$ 1,874 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos;
- Bandeira vermelha - Patamar 1: acréscimo de R\$ 3,971 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos;
- Bandeira vermelha - Patamar 2: acréscimo de R\$ 9,492 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos;
- Bandeira de escassez hídrica: acréscimo de R\$ 14,20 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

O cenário de crise hídrica predominou até o primeiro trimestre de 2022, com aplicação das modalidades de bandeira vermelha e de escassez hídrica para cobertura dos maiores custos de geração de energia. A partir do segundo trimestre de 2022, após melhora das condições hídricas, vem prevalecendo a aplicação da bandeira verde.

30.4 **Reajuste Tarifário Anual - Copel DIS**

A Aneel homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2022 da Copel Distribuição por meio da Resolução Homologatória nº 3.049, de 21.06.2022, autorizando o reajuste médio de 4,90% percebido pelos consumidores (9,89% no reajuste de junho de 2021 pela Resolução Homologatória nº 2.886, de 22.06.2021), cuja aplicação ocorreu integralmente às tarifas a partir de 24.06.2022, sendo que para os consumidores da alta tensão o reajuste médio ficou em 9,32% e em 2,68% para os da baixa tensão (respectivamente, 9,57% e 10,04% em 2021).

31 Custos e Despesas Operacionais

Consolidado	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais, líquidas	30.06.2022	30.06.2021
Energia elétrica comprada para revenda (31.1)	(3.857.907)	-	-	-	(3.857.907)	(3.662.726)
Encargos de uso da rede elétrica	(1.278.415)	-	-	-	(1.278.415)	(1.131.972)
Pessoal e administradores (31.2)	(344.666)	(3.475)	(167.064)	-	(515.205)	(628.776)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 22.3)	(91.717)	(570)	(42.295)	-	(134.582)	(122.995)
Material	(40.453)	(2)	(4.729)	-	(45.184)	(32.308)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(86.930)	-	-	-	(86.930)	(604.723)
Gás natural e insumos para operação de gás	(438.415)	-	-	-	(438.415)	(218.364)
Serviços de terceiros (31.3)	(267.257)	(2.898)	(94.443)	-	(364.598)	(322.399)
Depreciação e amortização	(601.808)	(1)	(27.488)	(12.575)	(641.872)	(511.491)
Perdas de créditos, provisões e reversões (31.4)	(9.695)	(82.407)	-	(83.735)	(175.837)	28.517
Custo de construção (31.5)	(1.022.245)	-	-	-	(1.022.245)	(872.553)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos (31.6)	(98.289)	(24.180)	(42.721)	(72.188)	(237.378)	(180.059)
	(8.137.797)	(113.533)	(378.740)	(168.498)	(8.798.568)	(8.259.849)

Consolidado	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais, líquidas	1º.04.2022	1º.04.2021
					a 30.06.2022	a 30.06.2021
Energia elétrica comprada para revenda (31.1)	(1.918.409)	-	-	-	(1.918.409)	(1.976.430)
Encargos de uso da rede elétrica	(503.440)	-	-	-	(503.440)	(571.690)
Pessoal e administradores (31.2)	(155.727)	(1.590)	(75.563)	-	(232.880)	(319.526)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 22.3)	(45.548)	(260)	(20.689)	-	(66.497)	(61.157)
Material	(23.982)	(2)	(2.964)	-	(26.948)	(15.636)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(1.499)	-	-	-	(1.499)	(284.561)
Gás natural e insumos para operação de gás	(251.003)	-	-	-	(251.003)	(123.356)
Serviços de terceiros (31.3)	(144.726)	(1.512)	(50.430)	-	(196.668)	(155.318)
Depreciação e amortização	(299.069)	(1)	(13.687)	(8.737)	(321.494)	(254.515)
Perdas de créditos, provisões e reversões (31.4)	(8.066)	(30.970)	-	(20.853)	(59.889)	94.479
Custo de construção (31.5)	(545.528)	-	-	-	(545.528)	(499.181)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos (31.6)	(61.996)	(12.308)	(19.002)	(50.957)	(144.263)	(66.651)
	(3.958.993)	(46.643)	(182.335)	(80.547)	(4.268.518)	(4.233.542)

Controladora	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	30.06.2022	30.06.2021
Pessoal e administradores (31.2)	(18.270)	-	(18.270)	(12.295)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 22.3)	(3.227)	-	(3.227)	(1.402)
Material	(437)	-	(437)	(184)
Serviços de terceiros	(18.914)	-	(18.914)	(13.558)
Depreciação e amortização	(670)	(561)	(1.231)	(1.134)
Perdas de créditos, provisões e reversões (31.4)	-	(12.305)	(12.305)	(30.988)
Outras receitas (despesas) operacionais	(10.683)	727	(9.956)	(13.527)
	(52.201)	(12.139)	(64.340)	(73.088)

Controladora	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	1º.04.2022	1º.04.2021
			a 30.06.2022	a 30.06.2021
Pessoal e administradores (31.2)	(7.894)	-	(7.894)	(6.515)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 22.3)	(1.468)	-	(1.468)	(695)
Material	(198)	-	(198)	(54)
Serviços de terceiros	(11.970)	-	(11.970)	(7.213)
Depreciação e amortização	(349)	(281)	(630)	(587)
Perdas de créditos, provisões e reversões (31.4)	-	10.623	10.623	(19.335)
Outras receitas (despesas) operacionais	(6.727)	(4.237)	(10.964)	(7.945)
	(28.606)	6.105	(22.501)	(42.344)

31.1 Energia elétrica comprada para revenda

Consolidado			1º.04.2022	1º.04.2021
	30.06.2022	30.06.2021	a 30.06.2022	a 30.06.2021
Compra de energia no ambiente regulado - CCEAR	1.704.349	1.625.873	834.152	782.734
Itaipu Binacional	714.374	889.007	364.208	441.094
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	166.567	453.770	96.618	342.232
Contratos bilaterais	1.184.104	871.699	610.278	503.950
Programa de incentivo a novas fontes de energia alternativa - Proinfa	221.511	135.621	111.024	68.252
Micro e mini geradores	324.265	130.897	144.784	67.369
Valor justo na compra e venda de energia	17.393	-	(4.441)	-
(-) PIS/Pasep e Cofins sobre energia elétrica comprada para revenda	(474.656)	(444.141)	(238.214)	(229.201)
	3.857.907	3.662.726	1.918.409	1.976.430

31.2 Pessoal e administradores

	Controladora			
	30.06.2022	30.06.2021	1º.04.2022 a 30.06.2022	1º.04.2021 a 30.06.2021
Pessoal				
Remunerações	10.777	2.732	5.021	1.444
Encargos sociais	3.577	959	1.868	486
Auxílio alimentação e educação	1.040	788	395	386
Programa de desligamentos voluntários	(2.087)	-	-	-
	13.307	4.479	7.284	2.316
Administradores				
Honorários	3.650	2.257	1.833	1.137
Encargos sociais	892	508	447	255
Outros gastos	45	45	20	20
	4.587	2.810	2.300	1.412
Provisões por desempenho e participação nos lucros de empregados e administradores	376	5.006	(1.690)	2.787
	18.270	12.295	7.894	6.515

	Consolidado			
	30.06.2022	30.06.2021	1º.04.2022 a 30.06.2022	1º.04.2021 a 30.06.2021
Pessoal				
Remunerações	306.070	313.054	155.968	159.473
Encargos sociais	110.023	110.001	55.461	55.398
Auxílio alimentação e educação	50.333	50.829	24.610	25.075
Programa de desligamentos voluntários	(8.526)	-	(646)	-
	457.900	473.884	235.393	239.946
Administradores				
Honorários	8.974	8.560	4.465	4.517
Encargos sociais	1.847	1.853	911	933
Outros gastos	128	134	60	61
	10.949	10.547	5.436	5.511
Provisões por desempenho e participação nos lucros de empregados e administradores	46.356	144.345	(7.949)	74.069
	515.205	628.776	232.880	319.526

31.3 Serviços de terceiros

Consolidado			1º.04.2022	1º.04.2021
	30.06.2022	30.06.2021	a 30.06.2022	a 30.06.2021
Manutenção do sistema elétrico	151.506	138.778	87.219	64.258
Comunicação, processamento e transmissão de dados	47.115	30.819	22.997	14.314
Manutenção de instalações	44.791	53.993	24.605	28.135
Atendimento ao consumidor	33.155	28.254	17.851	15.014
Leitura e entrega de faturas	26.837	25.842	13.882	12.960
Consultoria e auditoria	24.317	20.557	15.275	12.242
Outros serviços	36.877	24.156	14.839	8.395
	364.598	322.399	196.668	155.318

31.4 Perdas de crédito, provisões e reversões

	Controladora			
	30.06.2022	30.06.2021	1º.04.2022 a 30.06.2022	1º.04.2021 a 30.06.2021
Provisão para litígios (NE nº 28)	(5.613)	8.196	(13.799)	2.819
Provisão para perdas em participações societárias	17.918	22.792	3.176	16.516
	12.305	30.988	(10.623)	19.335

	Consolidado			
	30.06.2022	30.06.2021	1º.04.2022 a 30.06.2022	1º.04.2021 a 30.06.2021
Provisão para litígios (NE nº 28)	86.879	34.469	22.712	1.542
Perdas estimadas p/ redução ao valor recuperável de ativos - <i>Impairment</i>				
Contrato de concessão de geração de energia elétrica	8.066	(2.604)	8.066	-
Operações de gás (NE nº 11.1)	1.629	-	-	-
Imobilizado - segmento de geração	-	(123.602)	-	(124.812)
Perdas de créditos esperadas (Clientes e Outros créditos)	82.407	60.032	30.970	27.043
Perdas estimadas em créditos tributários	(3.144)	3.188	(1.859)	1.748
	175.837	(28.517)	59.889	(94.479)

31.5 Custo de construção

Consolidado			1º.04.2022	1º.04.2021
	30.06.2022	30.06.2021	a 30.06.2022	a 30.06.2021
Material	579.710	506.021	309.502	286.418
Serviços de terceiros	336.405	282.989	185.441	163.333
Pessoal	87.067	73.975	43.811	39.301
Outros (a)	19.063	9.568	6.774	10.129
	1.022.245	872.553	545.528	499.181

(a) No saldo de 2021 está contido o valor de reversão de provisões para litígios, no total de R\$ 6.921.

31.6 Outros custos e despesas operacionais, líquidos

Consolidado			Controladora	
	30.06.2022	30.06.2021	1º.04.2022 a 30.06.2022	1º.04.2021 a 30.06.2021
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	55.810	41.703	34.990	12.472
Perdas (ganho) na desativação e alienação de bens, líquidas	29.597	15.638	11.288	395
Valor justo de ativos de concessão de geração de energia elétrica	26.406	-	26.406	-
Taxa de arrecadação	24.094	25.836	12.182	13.432
Tributos	23.394	18.994	10.661	7.729
Seguros	20.659	16.538	10.922	9.359
Arrendamentos e aluguéis	16.841	5.375	8.669	1.444
Indenizações	8.264	25.946	5.399	1.676
Doações, contribuições, subvenções, incentivos fiscais (a)	1.433	1.558	1.199	1.527
Comunicação corporativa				
Associação das Emissoras de Radiodifusão do Paraná - AERP	5.695	5.686	2.842	2.856
Publicidade	4.420	4.128	3.807	3.469
Patrocínio	1.115	174	590	46
Talento Olímpico Paranaense - TOP	900	2.478	778	2.271
Outras receitas, custos e despesas, líquidos	18.750	16.005	14.530	9.975
	237.378	180.059	144.263	66.651

(a) O saldo contempla investimentos sociais da Companhia em educação, cultura, saúde, esporte, dentre outros, incluindo doações incentivadas utilizadas como benefício fiscal.

32 Resultado Financeiro

			Controladora	
	30.06.2022	30.06.2021	1º.04.2022 a 30.06.2022	1º.04.2021 a 30.06.2021
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	24.957	637	12.793	370
Juros e variação monetária sobre repasse CRC (a)	-	223.255	-	95.534
Outras receitas financeiras	13.808	4.437	8.118	2.087
(-) PIS/Pasep e Cofins sobre Receita Financeira	(1.640)	(10.552)	(868)	(4.509)
	37.125	217.777	20.043	93.482
(-) Despesas financeiras				
Variação monetária, cambial e encargos da dívida	73.575	22.814	38.881	12.841
PIS/Pasep e Cofins sobre juros sobre capital próprio	12.378	28	12.004	28
Variação monetária sobre repasse CRC (a)	-	1.788	-	1.788
Outras despesas financeiras	5.024	5.337	2.992	3.296
	90.977	29.967	53.877	17.953
Líquido	(53.852)	187.810	(33.834)	75.529

(a) O saldo da Conta de Resultados a Compensar - CRC foi quitado pelo Governo do Estado do Paraná em 10.08.2021, conforme detalhado na NE nº 8 das Demonstrações Financeiras de 31.12.2021.

	Consolidado			
	30.06.2022	30.06.2021	1º.04.2022 a 30.06.2022	1º.04.2021 a 30.06.2021
Receitas financeiras				
Juros e variação monetária sobre repasse CRC (a)	-	223.255	-	95.534
Acréscimos moratórios sobre faturas	163.057	174.403	86.640	91.868
Renda de aplicações financeiras	213.645	31.599	125.701	17.124
Variação cambial sobre compra de energia elétrica de Itaipu	39.333	32.801	9.826	30.337
Remuneração de ativos e passivos setoriais (NE nº 8)	75.760	9.134	43.631	5.368
Reconhecimento de crédito tributário (NE 12.2.1)	17.801	8.656	9.470	5.256
Variação cambial sobre cauções de empréstimos	-	11	-	(14.372)
Variação monetária e ajuste a valor presente sobre contas a pagar vinculadas à concessão (NE nº 25.1)	3.195	2.259	1.909	1.017
Valor justo dos derivativos - contrato a termo	-	-	-	(3.899)
Outras receitas financeiras	39.507	47.572	5.019	21.523
(-) PIS/Pasep e Cofins sobre Receita Financeira	(21.512)	(22.979)	(11.285)	(11.374)
	530.786	506.711	270.911	238.382
(-) Despesas financeiras				
Variação monetária, cambial e encargos da dívida	765.194	307.928	417.464	143.247
Variação monetária e ajuste a valor presente sobre contas a pagar vinculadas à concessão (NE nº 25.1)	120.070	139.793	48.595	64.475
Variação cambial sobre compra de energia elétrica de Itaipu	14.534	26.625	9.934	199
Valor justo dos derivativos - contrato a termo	2.907	7.411	-	7.411
Juros sobre P&D e PEE (NE nº 24.1)	16.201	5.347	8.156	2.953
Juros e variação monetária sobre repasse CRC (a)	-	1.788	-	1.788
Remuneração de ativos e passivos setoriais (NE nº 8)	7.296	940	3.505	940
PIS/Pasep e Cofins sobre juros sobre capital próprio	12.378	28	12.004	28
Outras despesas financeiras	72.862	26.562	38.682	7.920
	1.011.442	516.422	538.340	228.961
	(480.656)	(9.711)	(267.429)	9.421
(-) Atualização de provisão para destinação de créditos de PIS e Cofins (NE 12.2.1)	1.011.370	-	1.011.370	-
Líquido	(1.492.026)	(9.711)	(1.278.799)	9.421

(a) O saldo da Conta de Resultados a Compensar - CRC foi quitado pelo Governo do Estado do Paraná em 10.08.2021, conforme detalhado na NE nº 8 das Demonstrações Financeiras de 31.12.2021.

33 Segmentos Operacionais

Segmentos operacionais são as atividades de negócios que geram receitas e incorrem em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelas diretorias executivas da Controladora e das controladas, principais tomadoras de decisões estratégicas, responsáveis pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho.

33.1 Produtos e serviços dos quais os segmentos reportáveis têm suas receitas geradas

A Companhia atua nos segmentos reportáveis identificados pelas diretorias de cada área de negócio, considerando os ambientes regulatórios, as unidades estratégicas de negócios e os diferentes produtos e serviços. Os segmentos são gerenciados separadamente, pois cada negócio e cada empresa exigem diferentes tecnologias e estratégias.

Até 30.06.2022, todas as vendas foram realizadas em território brasileiro, bem como todos os ativos não correntes estão localizados em território nacional. Não foi identificado cliente da Companhia ou de suas controladas que seja responsável individualmente por mais de 10% da receita líquida total registrada até 30.06.2022.

A Companhia avalia o desempenho de cada segmento, com base em informações derivadas dos registros contábeis. As políticas contábeis dos segmentos operacionais são as mesmas descritas na NE nº 4 das demonstrações financeiras de 31.12.2021.

33.2 Segmentos reportáveis da Companhia

Geração e transmissão de energia elétrica (GET) - tem como atribuição produzir energia elétrica a partir de empreendimentos de fontes hidráulica, eólica e térmica (**GER**), e prover os serviços de transporte e transformação da energia elétrica, sendo responsável pela construção, operação e manutenção de subestações, bem como pelas linhas destinadas à transmissão de energia (**TRA**); para os gestores, os ativos e passivos dos segmentos de geração e de transmissão de energia são apresentados de forma agregada e o resultado é apresentado de forma segregada;

Distribuição de energia elétrica (DIS) - tem como atribuição prestar serviço público de distribuição de energia elétrica, sendo responsável por operar e manter a infraestrutura, bem como prestar serviços correlatos;

Gás - tem como atribuição a exploração do serviço público de distribuição de gás natural canalizado;

Comercialização (COM) - tem como atribuição a comercialização de energia elétrica e a prestação de serviços correlatos;

Holding e Serviços - tem como atribuição a prestação de serviços e participação em outras empresas.

33.3 Ativo por segmento reportável

ATIVO	Energia elétrica			GÁS	Holding e Serviços	Operações inter-segmento	Consolidado
	GET	DIS	COM				
30.06.2022							
ATIVO TOTAL	24.833.480	20.707.810	1.292.244	977.818	2.034.121	(561.656)	49.283.817
ATIVO CIRCULANTE	2.812.386	5.596.958	757.580	578.293	1.281.491	(961.675)	10.065.033
ATIVO NÃO CIRCULANTE	22.021.094	15.110.852	534.664	399.525	752.630	400.019	39.218.784
Realizável a Longo Prazo	6.894.086	8.125.247	527.213	305.690	554.247	(302.160)	16.104.323
Investimentos	3.134.148	536	-	-	154.208	(1)	3.288.891
Imobilizado	10.219.607	-	300	-	19.577	-	10.239.484
Intangível	1.684.042	6.854.104	5.201	77.631	5.590	702.180	9.328.748
Direito de uso de ativos	89.211	130.965	1.950	16.204	19.008	-	257.338

ATIVO	Energia elétrica			GÁS	Holding e Serviços	Reclassificações (a)	Operações inter-segmento	Consolidado
	GET	DIS	COM					
31.12.2021								
ATIVO TOTAL	24.844.335	20.804.701	1.519.017	827.901	3.243.736	(1.451.159)	(250.996)	49.537.535
ATIVO CIRCULANTE	3.316.406	6.448.051	755.227	355.500	2.356.145	(652.886)	(1.388.571)	11.189.872
ATIVO NÃO CIRCULANTE	21.527.929	14.356.650	763.790	472.401	887.591	(798.273)	1.137.575	38.347.663
Realizável a Longo Prazo	6.639.545	7.664.328	757.873	362.649	694.197	(129.077)	(246.193)	15.743.322
Investimentos	2.887.272	540	-	-	154.322	-	-	3.042.134
Imobilizado	10.123.352	-	305	-	18.934	(651.458)	651.458	10.142.591
Intangível	1.799.391	6.596.184	4.038	96.145	5.230	(8.202)	722.774	9.215.560
Direito de uso de ativos	78.369	95.598	1.574	13.607	14.908	(9.536)	9.536	204.056

(a) Reclassificações decorrentes do processo de desinvestimento da Copel Telecomunicações (NE nº 39).

33.4 Demonstração do resultado por segmento reportável

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	Energia Elétrica				GÁS	Holding e Serviços	Operações inter-segmento	Consolidado
	GET		DIS	COM				
	GER	TRA						
30.06.2022								
OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE								
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	2.060.510	728.347	6.747.955	2.348.115	589.191	8.014	(1.635.817)	10.846.315
Receita operacional líquida com terceiros	692.303	551.426	6.729.840	2.278.568	586.164	8.014	-	10.846.315
Receita operacional líquida entre segmentos	1.368.207	176.921	18.115	69.547	3.027	-	(1.635.817)	-
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(1.241.616)	(156.939)	(6.967.164)	(2.321.203)	(502.011)	(73.938)	1.653.740	(9.609.131)
Energia elétrica comprada para revenda	(120.109)	-	(2.867.080)	(2.308.526)	-	-	1.437.808	(3.857.907)
Encargos de uso da rede elétrica	(284.287)	-	(1.188.096)	-	-	-	193.968	(1.278.415)
Pessoal e administradores	(104.056)	(62.571)	(300.636)	(6.229)	(19.728)	(21.985)	-	(515.205)
Planos previdenciário e assistencial	(24.707)	(15.582)	(85.358)	(899)	(2.704)	(5.332)	-	(134.582)
Material	(6.527)	(2.509)	(34.587)	(23)	(1.051)	(487)	-	(45.184)
Matéria-prima e insumos para produção de energia	(89.760)	-	-	-	-	-	2.830	(86.930)
Gás natural e insumos para operação de gás	-	-	-	-	(438.415)	-	-	(438.415)
Serviços de terceiros	(84.071)	(16.714)	(238.379)	(1.685)	(6.691)	(20.584)	3.526	(364.598)
Depreciação e amortização	(392.435)	(6.353)	(219.561)	(164)	(21.125)	(2.234)	-	(641.872)
Provisão (reversão) para litígios	(8.751)	3.190	(86.482)	(35)	33	5.166	-	(86.879)
Perdas estimadas p/ redução ao valor recuperável de ativos	(8.066)	-	-	-	(1.629)	-	-	(9.695)
Outras perdas de créditos, provisões e reversões	(535)	1.727	(78.666)	(1.290)	(504)	(17.918)	17.923	(79.263)
Custo de construção	-	(52.641)	(963.288)	-	(6.316)	-	-	(1.022.245)
Provisão para destinação de créditos de PIS e Cofins	-	-	(810.563)	-	-	-	-	(810.563)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	(118.312)	(5.486)	(94.468)	(2.352)	(3.881)	(10.564)	(2.315)	(237.378)
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	9.795	311.565	-	-	-	(154)	-	321.206
LUCRO (PREJUIZO) ANTES DO RESULTADO								
FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS	828.689	882.973	(219.209)	26.912	87.180	(66.078)	17.923	1.558.390
Receitas financeiras	128.983	33.798	310.134	14.286	23.648	50.626	(30.689)	530.786
Despesas financeiras	(415.428)	(147.889)	(317.624)	(283)	(13.268)	(147.639)	30.689	(1.011.442)
Atualização de provisão para destinação de créditos de PIS e Cofins	-	-	(1.011.370)	-	-	-	-	(1.011.370)
LUCRO (PREJUIZO) OPERACIONAL	542.244	768.882	(1.238.069)	40.915	97.560	(163.091)	17.923	66.364
Imposto de renda e contribuição social	(193.506)	(129.369)	458.334	(13.835)	(27.341)	(13.227)	-	81.056
LUCRO (PREJUIZO) DO PERÍODO	348.738	639.513	(779.735)	27.080	70.219	(176.318)	17.923	147.420

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	Energia Elétrica				TEL (a)	GÁS	Holding e Serviços	Reclassificações (a)	Operações inter-segmento	Consolidado
	GET		DIS	COM						
	GER	TRA								
30.06.2021										
OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE										
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	2.599.332	767.017	6.411.050	1.881.904	210.333	351.685	-	(197.444)	(1.611.065)	10.412.812
Receita operacional líquida com terceiros	1.450.669	573.221	6.382.132	1.668.273	197.445	338.516	-	(197.444)	-	10.412.812
Receita operacional líquida entre segmentos	1.148.663	193.796	28.918	213.631	12.888	13.169	-	-	(1.611.065)	-
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(1.561.241)	(210.376)	(5.892.008)	(1.821.380)	(172.353)	(273.335)	(76.154)	50.675	1.696.323	(8.259.849)
Energia elétrica comprada para revenda	(249.104)	-	(2.966.971)	(1.809.846)	-	-	-	-	1.363.195	(3.662.726)
Encargos de uso da rede elétrica	(245.619)	-	(1.089.324)	-	-	-	-	-	202.971	(1.131.972)
Pessoal e administradores	(116.718)	(68.881)	(370.098)	(7.267)	(33.890)	(19.419)	(12.503)	-	-	(628.776)
Planos previdenciário e assistencial	(21.652)	(13.873)	(77.388)	(767)	(5.409)	(2.471)	(1.435)	-	-	(122.995)
Material	(5.358)	(1.771)	(24.645)	(10)	(1.656)	(337)	(190)	1.656	3	(32.308)
Matéria-prima e insumos para produção de energia	(616.786)	-	-	-	-	-	-	-	12.063	(604.723)
Gás natural e insumos para operação de gás	-	-	-	-	-	(218.364)	-	-	-	(218.364)
Serviços de terceiros	(76.834)	(14.945)	(222.947)	(1.697)	(33.456)	(7.793)	(13.708)	33.456	15.525	(322.399)
Depreciação e amortização	(282.099)	(5.257)	(200.009)	(83)	(67.415)	(19.449)	(1.311)	1.665	62.467	(511.491)
Provisão (reversão) para litígios	2.613	6.614	(33.444)	(168)	4.845	106	(10.190)	(4.845)	-	(34.469)
Perdas estimadas p/ redução ao valor recuperável de ativos	126.361	(155)	-	-	5.156	-	-	(5.156)	-	126.206
Outras perdas de créditos, provisões e reversões	(2.050)	(2.333)	(81.928)	(156)	(5.445)	1.935	(22.792)	5.445	22.792	(84.532)
Custo de construção	-	(104.626)	(762.258)	-	-	(5.669)	-	-	-	(872.553)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	(73.995)	(5.149)	(62.996)	(1.386)	(35.083)	(1.874)	(14.025)	18.454	17.307	(158.747)
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	5.312	144.903	-	-	-	-	2.590	-	-	152.805
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO										
FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS	1.043.403	701.544	519.042	60.524	37.980	78.350	(73.564)	(146.769)	85.258	2.305.768
Receitas financeiras	46.124	4.286	228.180	7.523	16.197	6.011	219.932	(16.194)	(5.348)	506.711
Despesas financeiras	(257.314)	(59.113)	(124.988)	(26)	(37.977)	(4.414)	(75.915)	37.977	5.348	(516.422)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL	832.213	646.717	622.234	68.021	16.200	79.947	70.453	(124.986)	85.258	2.296.057
Imposto de renda e contribuição social	(172.232)	(153.208)	(217.158)	(23.145)	(5.673)	(27.811)	(744)	41.390	(21.240)	(579.821)
LUCRO (PREJUÍZO) DE OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE	659.981	493.509	405.076	44.876	10.527	52.136	69.709	(83.596)	64.018	1.716.236
Resultado de operações descontinuadas	-	-	-	-	-	-	-	83.596	-	83.596
LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	659.981	493.509	405.076	44.876	10.527	52.136	69.709	-	64.018	1.799.832

(a) Segmento TEL descontinuado em 2021; reclassificações decorrentes do processo de desinvestimento da Copel Telecomunicações (NE nº 39).

33.5 Adições no ativo não circulante por segmento reportável

30.06.2022	Energia elétrica			GÁS	Holding e Serviços	Consolidado
	GET	DIS	COM			
Ativos de contrato	-	974.141	-	4.714	-	978.855
Imobilizado	360.839	-	20	-	1.146	362.005
Intangível	1.452	-	1.237	-	779	3.468
Direito de uso de ativos	13.795	54.720	227	4.319	2.756	75.817

34 Instrumentos Financeiros

34.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Consolidado	NE nº	Nível	30.06.2022		31.12.2021	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	5	1	3.618.179	3.618.179	3.472.845	3.472.845
Títulos e valores mobiliários (b)	6	1	14.571	14.571	14.571	14.571
Títulos e valores mobiliários (b)	6	2	365.983	365.983	346.487	346.487
Contas a receber vinculadas à concessão de distribuição (c)	9.1 e 9.2	3	1.570.664	1.570.664	1.433.734	1.433.734
Contas a receber vinculadas à concessão de geração (c)	9.4	3	69.682	69.682	102.220	102.220
Valor justos dos derivativos - contrato a termo (d)	11	3	-	-	2.907	2.907
Valor justo na compra e venda de energia (d)	11	3	634.954	634.954	855.775	855.775
Outros investimentos temporários (e)		1	14.302	14.302	14.072	14.072
Outros investimentos temporários (e)		2	13.179	13.179	5.913	5.913
			6.301.514	6.301.514	6.248.524	6.248.524
Custo amortizado						
Cauções e depósitos vinculados (a)			38.316	38.316	182	182
Caução STN			-	-	142.764	115.643
Clientes (a)	7		3.672.851	3.672.851	4.515.426	4.515.426
Ativos financeiros setoriais (a)	8		22.843	22.843	767.480	767.480
Contas a receber vinculadas à concessão - bonificação de outorga (g)	9.3		770.081	871.598	730.851	828.673
			4.504.091	4.605.608	6.156.703	6.227.404
Total dos ativos financeiros			10.805.605	10.907.122	12.405.227	12.475.928
Passivos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Valor justo na compra e venda de energia (d)	27	3	342.040	342.040	545.468	545.468
			342.040	342.040	545.468	545.468
Custo amortizado						
Passivos financeiros setoriais (a)	8		931.665	931.665	293.179	293.179
Programa Especial de Regularização Tributária - Pert (f)	12.2		412.024	350.988	421.694	361.080
PIS e Cofins a restituir para consumidores (a)	12.2.1		1.861.828	1.861.828	3.326.795	3.326.795
Fornecedores (a)	19		2.216.369	2.216.369	2.710.984	2.710.984
Empréstimos e financiamentos (f)	20		3.635.833	3.134.366	3.738.269	3.313.645
Debêntures (h)	21		9.426.530	9.331.342	8.240.769	8.240.769
Contas a pagar vinculadas à concessão (i)	25		967.099	1.071.697	903.959	1.009.867
			19.451.348	18.898.255	19.635.649	19.256.319
Total dos passivos financeiros			19.793.388	19.240.295	20.181.117	19.801.787

Os níveis de hierarquia para apuração do valor justo são apresentados a seguir:

Nível 1: obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo;

Nível 3: obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado.

Apuração dos valores justos

- Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e de seu prazo de realização.
- Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.
- Ativos financeiros com valores justos similares aos valores contábeis (NE nº 4.4 das demonstrações financeiras de 31.12.2021).
- Os ativos e passivos equivalem ao seu respectivo valor contábil (NE nº 4.15 das demonstrações financeiras de 31.12.2021).

- e) Investimentos em outras empresas, avaliados ao valor justo, o qual é calculado conforme cotações de preço publicadas em mercado ativo, para os ativos classificados como nível 1, e apurado por meio de modelo de avaliação comparativa para os ativos classificados como nível 2.
- f) Utilizado como premissa básica o custo do maior valor da última captação realizada pela Companhia, CDI + *spread* de 1,36%, para desconto do fluxo de pagamentos esperado.
- g) Créditos a receber relacionados ao contrato de concessão de prestação de serviço de geração de energia elétrica em regime de cotas, tendo seu valor justo calculado pelo fluxo de entradas de caixa esperado, descontado à taxa estipulada no edital do leilão nº 12/2015 Aneel (9,04%).
- h) Calculado conforme cotação da última negociação no mercado secundário através do preço médio do Preço Unitário - PU em 30.06.2022, obtido junto à Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - Anbima.
- i) Utilizada a taxa de desconto real e líquida, de 8,88% a.a., compatível com a taxa estimada pela Companhia para projetos de longo prazo.

34.2 Gerenciamento dos riscos financeiros

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

34.2.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de cliente ou contraparte em instrumento financeiro, resultantes da falha desses em cumprir com suas obrigações contratuais.

Consolidado		
Exposição ao risco de crédito	30.06.2022	31.12.2021
Caixa e equivalentes de caixa (a)	3.618.179	3.472.845
Títulos e valores mobiliários (a)	380.554	361.058
Cauções e depósitos vinculados (a)	38.316	142.946
Clientes (b)	3.672.851	4.515.426
Ativos financeiros setoriais (c)	22.843	767.480
Contas a receber vinculadas à concessão de distribuição (d)	1.570.664	1.433.734
Contas a receber vinculadas à concessão - bonificação de outorga (e)	770.081	730.851
Contas a receber vinculadas à concessão de geração (f)	69.682	102.220
Outros investimentos temporários (g)	27.481	19.985
	10.170.651	11.546.545

- a) A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando sua política em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória, a Companhia aplica recursos em bancos privados considerados de primeira linha.

- b)** Risco de perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados aos clientes, relacionado a fatores internos e externos. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia atua na gestão de contas a receber, detectando as classes de consumidores com maior possibilidade de inadimplência, implementando políticas específicas de cobrança e/ou exigência de garantias financeiras e suspendendo o fornecimento e/ou o registro de energia e a prestação do serviço, conforme estabelecido em contrato e normas regulamentares.
- c)** A Administração considera reduzido o risco desse crédito, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, correspondente aos custos não recuperados por meio de tarifa.
- d)** A Administração considera reduzido o risco desse crédito visto, que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, referente aos investimentos em infraestrutura não recuperados por meio da tarifa.
- e)** A Administração considera reduzido o risco desse crédito visto que o contrato celebrado de venda da energia por cotas garante o recebimento de Receita Anual de Geração - RAG, que inclui a amortização anual desse valor durante o prazo da concessão.
- f)** Para os ativos de concessão de geração, a Aneel publicou a Resolução Normativa nº 596/2013, que trata da definição de critérios para cálculo do VNR, para fins de indenização. Mais recentemente, em julho de 2021, foi publicada a Resolução Normativa nº 942/2021 disciplinando a apuração destes valores por meio da apresentação de laudos de avaliação a serem elaborados por empresas credenciadas. A expectativa da Administração sobre a indenização destes ativos indica a recuperabilidade dos saldos registrados.
- g)** Risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da volatilidade do mercado de ações. Esse tipo de risco envolve fatores externos e vem sendo administrado através de acompanhamento periódico das variações ocorridas no mercado.

34.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados ao controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais.

São desenvolvidas projeções econômico-financeiras de curto, médio e longo prazos, as quais são submetidas à apreciação pelos órgãos da Administração. Anualmente ocorre a aprovação do orçamento empresarial para o próximo exercício.

As projeções econômico-financeiras de médio e longo prazos abrangem períodos mensais cobrindo os próximos cinco anos. A projeção de curto prazo considera períodos diários cobrindo os próximos 90 dias.

A Companhia monitora permanentemente o volume de recursos a serem liquidados por meio de controle do fluxo de caixa, objetivando reduzir o custo de captação, o risco de renovação dos empréstimos e a aderência à política de aplicações financeiras, mantendo-se um nível de caixa mínimo.

A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação, não descontados, em cada faixa de tempo. As projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Banco Central do Brasil - Bacen, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para os próximos 3 anos. A partir de 2026, repetem-se os indicadores de 2025 até o horizonte da projeção.

Consolidado	Juros (a)	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
30.06.2022							
Empréstimos e financiamentos	NE nº 20	681.035	68.996	347.717	1.561.553	2.306.543	4.965.844
Debêntures	NE nº 21	440.301	477.277	1.604.879	7.898.879	2.508.877	12.930.213
Contas a pagar vinculadas à concessão	Tx. Retorno + IGP-M e IPCA	8.962	17.924	89.638	530.705	2.461.317	3.108.546
Fornecedores	-	1.888.343	234.845	26.547	66.634	-	2.216.369
PIS e Cofins a restituir para consumidores	-	-	-	-	1.781.203	357.912	2.139.115
Pert	Selic	4.564	9.241	43.464	270.012	202.774	530.055
Passivos financeiros setoriais	Selic	74.551	151.525	722.541	55.392	-	1.004.009
Passivo de arrendamentos	NE nº 26	6.943	13.966	53.675	163.994	341.653	580.231
		3.104.699	973.774	2.888.461	12.328.372	8.179.076	27.474.382

(a) Taxa de juros efetiva - média ponderada.

Conforme divulgado nas NEs nºs 20.4 e 21.3, a Companhia e suas controladas têm empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) que podem exigir a antecipação do pagamento dessas obrigações.

34.2.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) **Risco cambial - dólar norte-americano**

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de flutuações nas taxas de câmbio que reduzam saldos ativos ou aumentem saldos passivos em moeda estrangeira.

O efeito da variação cambial decorrente do contrato de compra de energia da Eletrobras (Itaipu) é repassado no próximo reajuste tarifário da Copel DIS.

O risco cambial na compra de gás decorre da possibilidade de a Compagas computar prejuízos decorrentes de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando o valor em reais das contas a pagar sobre o gás adquirido da Petrobras. Este risco é mitigado pelo monitoramento e repasse da variação de preços aos clientes via tarifa, quando possível. A Companhia mantém monitoramento permanente dessas flutuações.

Análise de sensibilidade do risco cambial - dólar

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto da depreciação cambial do dólar norte-americano sobre seus empréstimos e financiamentos expostos a tais riscos.

A avaliação dos instrumentos financeiros considera os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação. Baseado na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto na data destas demonstrações financeiras intermediárias, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela abaixo, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

Para o cenário base foram considerados os saldos contábeis registrados na data destas demonstrações financeiras intermediárias e para o cenário provável considerou-se o saldo com a variação da taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$ 5,13) prevista na mediana das expectativas de mercado para 2022 do Relatório Focus do Bacen. Adicionalmente, a Companhia mantém o acompanhamento dos cenários 1 e 2, que consideram deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável, em decorrência de eventos extraordinários que possam afetar o cenário econômico.

Risco cambial	Risco	Base	Cenários projetados		
		30.06.2022	Provável	Cenário 1	Cenário 2
Passivos financeiros					
Fornecedores					
Eletrobras (Itaipu)	Alta do dólar	(244.967)	5.051	(54.928)	(114.907)
Aquisição de gás	Alta do dólar	(115.002)	2.371	(25.786)	(53.944)
		(359.969)	7.422	(80.714)	(168.851)

b) Risco de taxa de juros e variações monetárias

Risco de a Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado.

A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

A avaliação dos instrumentos financeiros considera os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação. Baseado na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto na data destas demonstrações financeiras intermediárias estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela abaixo, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

Para o cenário base foram considerados os saldos contábeis registrados na data destas demonstrações financeiras intermediárias e para o cenário provável consideraram-se os saldos com a variação dos indicadores (CDI/Selic - 13,75%, IPCA - 7,54%, IGP-M - 11,88% e TJLP - 6,98%) previstos na mediana das expectativas de mercado para 2022 do Relatório Focus do Bacen, exceto a TJLP que considera projeção interna da Companhia. Adicionalmente, a Companhia mantém o acompanhamento dos cenários 1 e 2, que consideram deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável, em decorrência de eventos extraordinários que possam afetar o cenário econômico.

Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base	Cenários projetados		
		30.06.2022	Provável	Cenário 1	Cenário 2
Ativos financeiros					
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI/Selic	380.554	25.321	19.137	12.873
Cauções e depósitos vinculados	Baixa CDI/Selic	38.316	2.549	1.926	1.296
Ativos financeiros setoriais	Baixa Selic	22.843	1.520	1.149	772
Contas a receber vinculadas à concessão	Baixa IPCA	2.340.745	86.643	65.274	43.715
Contas a receber vinculadas à concessão de geração	Indefinido (a)	69.682	-	-	-
		2.852.140	116.033	87.486	58.656
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos					
Banco do Brasil	Alta CDI	(641.277)	(42.668)	(52.926)	(63.034)
BNDES	Alta TJLP	(1.786.228)	(61.330)	(76.347)	(91.244)
BNDES	Alta IPCA	(395.597)	(14.643)	(18.223)	(21.772)
Banco do Nordeste	Alta IPCA	(716.962)	(26.538)	(33.026)	(39.458)
Banco do Brasil - Repasse de recursos do BNDES	Alta TJLP	(66.326)	(2.277)	(2.835)	(3.388)
Outros	Sem Risco	(29.443)	-	-	-
Debêntures	Alta CDI/Selic	(6.398.791)	(425.753)	(528.103)	(628.964)
Debêntures	Alta IPCA	(2.932.027)	(108.529)	(135.061)	(161.366)
Debêntures	Alta TJLP	(95.712)	(3.286)	(4.091)	(4.889)
Passivos financeiros setoriais	Alta Selic	(931.665)	(61.990)	(76.892)	(91.577)
Pert	Alta Selic	(412.024)	(27.415)	(34.005)	(40.500)
Contas a pagar vinculadas à concessão	Alta IGP-M	(905.341)	(52.268)	(64.896)	(77.361)
Contas a pagar vinculadas à concessão	Alta IPCA	(61.758)	(2.286)	(2.845)	(3.399)
		(15.373.151)	(828.983)	(1.029.250)	(1.226.952)

(a) Avaliação do risco ainda carece de regulamentação por parte do Poder Concedente.

34.2.4 Risco quanto à escassez de energia

Aproximadamente 60% da capacidade instalada no país atualmente é proveniente de geração hidrelétrica, conforme informado no Banco de Informações de Geração da Aneel, o que torna o Brasil e a região geográfica em que a Companhia opera sujeitos a condições hidrológicas que são imprevisíveis, devido a desvios não cíclicos da precipitação média. Condições hidrológicas extremamente desfavoráveis podem acarretar, entre outras coisas, a implementação de programas abrangentes de economia de eletricidade, tais como racionalização ou até redução obrigatória de consumo, como racionamentos.

Entre setembro de 2020 e agosto de 2021, o Sistema Interligado Nacional apresentou o pior histórico de Energias Naturais Afluentes ao agregado de seus aproveitamentos. O Ministério de Minas e Energia de demais órgãos do setor atuaram para mitigar o risco de racionamento, com destaque para a maximização do despacho termoeletrico fora da ordem de mérito de custo e a flexibilização de restrições à operação hidrelétrica do sistema. A melhora dos níveis de armazenamento observada nos últimos meses arrefeceu as políticas públicas de enfrentamento à crise hídrica instaurada em 2021 e os órgãos responsáveis pelo setor passaram a adotar medidas menos severas na operação do sistema, contudo, mantendo a otimização dos recursos hídricos para garantia do pleno atendimento à carga.

Considerando a forte geração eólica no Nordeste, a geração de biomassa no Sudeste e o período chuvoso com energias naturais afluentes que elevaram os reservatórios para valores confortáveis, estima-se que o risco de falta energia em 2022 e 2023 esteja minimizado.

O Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE tem mantido os indicadores de risco de déficit de energia dentro da margem de segurança (risco máximo de 5%) em todos os subsistemas.

34.2.5 Risco quanto aos impactos do GSF (*Generation Scaling Factor*)

O Mecanismo de Realocação de Energia - MRE é um sistema de redistribuição de energia gerada, característico do setor elétrico brasileiro, que deve sua existência ao entendimento, à época, de haver necessidade de operação centralizada associada a preço ótimo calculado centralmente, conhecido como PLD. Como os geradores não possuem controle sobre sua produção, cada usina recebe determinada quantidade virtual de energia a qual pode ser comprometida por meio de contratos. Esse valor, que possibilita registros de contratos, é conhecido como Garantia Física - GF e também é calculado centralmente. Diferentemente do PLD, que é calculado semanalmente, a GF é recalculada, por lei, a cada cinco anos, com limite de aumento ou redução, restringido a 5% por revisão ou a 10% no período da concessão.

Os contratos necessitam ter lastro. Isto é realizado, sobretudo, por meio de alocação de energia gerada, recebimento do MRE ou compra. O GSF é a relação entre toda a geração hidrelétrica dos participantes do MRE e o somatório da GF de todas as usinas do MRE. Basicamente, o GSF é utilizado para calcular quanto cada usina receberá de geração para lastrear sua GF. Assim, conhecendo o GSF de um dado mês, a Companhia poderá saber se necessitará lastrear seus contratos com compras.

Sempre que o resultado da multiplicação do GSF pela GF for menor que o somatório dos contratos, será necessário efetuar compra no curto prazo. No entanto, para a situação em que o resultado da multiplicação do GSF pela GF for maior que o total dos contratos, será recebida a diferença valorada ao PLD.

As baixas afliências registradas desde 2014, bem como problemas com atrasos na expansão do sistema de transmissão tiveram como consequência baixos valores de GSF, resultando em fortes perdas para as empresas detentoras de empreendimentos hidroelétricos participantes do MRE até o ano de 2021. Em 2022, as fortes chuvas e a recuperação dos reservatórios possibilitaram baixar perdas com GSF neste ano.

Para as usinas com contratos no Ambiente de Contratação Livre - ACL, a principal forma de gerenciar o risco de GSF baixo é não comprometer toda a GF com contratos bem como a recompra oportuna de energia intra-anual, abordagens atualmente adotadas pela Companhia.

Para os contratos no ACR, a Lei nº 13.203/2015 permitiu aos geradores contratarem seguro da carga, mediante pagamento de um prêmio de risco. A Copel adotou esta abordagem para proteção dos contratos vinculados a energia produzida pelas UHEs Mauá, Baixo Iguaçu, Colíder e PCH Cavernoso II.

Para o segmento de distribuição, os efeitos do GSF são percebidos nos custos associados às cotas de Itaipu, de Angra e das usinas cujas concessões foram renovadas de acordo com a Lei 12.783/2013, bem como nos custos dos contratos por disponibilidade celebrados com usinas térmicas. Trata-se, contudo, de um risco financeiro, uma vez que é garantida a neutralidade das despesas com a compra de energia, por meio de repasse tarifário.

34.2.6 Risco de não prorrogação das concessões de geração e transmissão

A prorrogação das concessões de geração e transmissão de energia, alcançadas pela Lei nº 9.074/1995, é disciplinada pela Lei nº 12.783/2013, a qual foi alterada pela Lei nº 14.052/2020 no que diz respeito ao prazo para solicitação de prorrogação de concessões.

De acordo com a nova lei, a concessionária deve solicitar a prorrogação da concessão com antecedência mínima de 36 meses da data final do contrato ou ato de outorga para usinas de geração de energia hidrelétrica e empreendimentos de transmissão de energia elétrica, e de 24 meses, para as usinas de geração termelétrica. O Poder Concedente poderá antecipar os efeitos da prorrogação em até 60 meses do advento do termo contratual ou do ato de outorga, inclusive, definindo a tarifa ou as receitas iniciais para os empreendimentos de geração (RAG – Receita Anual de Geração) e transmissão (RAP – Receita Anual Permitida).

As concessões de geração de energia hidrelétrica e de transmissão de energia elétrica poderão ser prorrogadas, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até 30 anos. As concessões de geração de energia termelétrica têm o prazo de prorrogação limitado a 20 anos.

Em 2018 foi publicado o Decreto nº 9.271/2018, alterado pelos Decretos nº 10.135/2019e nº 10.893/2021, que regulamentou a outorga dos contratos de concessão no setor elétrico associada à privatização por meio de alienação do controle de titular de concessão de serviço público de geração de energia elétrica, tendo como um dos condicionantes a alteração do regime de exploração para Produtor Independente de Energia - PIE. De acordo com o Decreto, a manifestação de alienação da concessão deverá ocorrer em até 42 meses do advento do termo contratual e a eventual alienação em até 12 meses do final da concessão. Se não ocorrer a alienação do controle do empreendimento dentro do prazo determinado, a usina deverá ser licitada pelo poder concedente podendo a mesma concessionária participar do leilão, caso reúna as condições de habilitação.

Alguns empreendimentos de geração da Copel tiveram seu período de concessão estendido devido aos efeitos do GSF (*Generation Scaling Factor*), pois estabeleceu-se a compensação por meio de extensão do prazo de outorga das usinas contempladas pela Lei nº 13.203/2015, culminando na homologação do prazo de extensão da outorga destas usinas por meio das Resoluções Homologatórias nº 2.919/2021 e nº 2.932/2021.

Para a Usina Hidrelétrica Governador Bento Munhoz da Rocha Netto - UHE GBM (1.676 MW), que terá sua concessão vencida em 2024, a Companhia não manifestou interesse pela prorrogação da concessão tendo em vista que estudos internos demonstraram que a prorrogação mediante alteração do regime de exploração antecipado seria desvantajosa econômica e financeiramente em relação a exploração da usina no atual regime, até o seu vencimento. Em 03.03.2020, a Copel GeT transferiu a concessão da UHE GBM para a subsidiária F.D.A. Geração de Energia Elétrica S.A. com o objetivo de alienar o controle desta concessionária e, desta forma, possibilitar uma nova outorga pelo prazo de 30 anos, caso os estudos realizados pela Copel GeT apontem para a vantagem da operação.

Com relação à UHE São Jorge, cuja concessão vence em 2026, a Copel não manifestou interesse na renovação e pretende, ao final da concessão, solicitar à Aneel a conversão da outorga em registro.

Em relação a concessão da UTE Figueira, vencida em março de 2019, a Companhia aguarda a conclusão do processo, que se encontra em trâmite na Aneel e no MME, para celebração de eventual Termo Aditivo. A usina encontra-se em processo de modernização e terá como benefícios diretos a melhora na eficiência energética e a redução das emissões de poluentes na atmosfera, em comparação a antiga planta.

Conforme a nova lei, a Companhia poderá se manifestar sobre a intenção em prorrogar a concessão da UHE Apucarantina até janeiro de 2024 e das UHEs Guaricana e Chaminé até julho e agosto de 2025, respectivamente. Caso a Companhia não manifeste interesse pela prorrogação no atual regime, as concessões, ao seu termo, deverão ser devolvidas ao Poder Concedente.

A única concessão de transmissão da Copel GeT a vencer nos próximos dez anos, é do Contrato de Concessão nº 75/2001, referente à LT Bateias-Jaguariaíva 230 kV, que vencerá em 17.08.2031, e que, por ainda não haver informações sobre as condições para uma eventual renovação, não há qualquer posicionamento quanto ao interesse em renová-lo após finalizado o prazo da atual concessão.

34.2.7 Risco de não manter a concessão de distribuição de energia elétrica

O quinto termo aditivo ao contrato de concessão nº 46/1999 da Copel DIS impõe condicionantes de eficiência econômico-financeira e indicadores que consideram a duração e a frequência das interrupções do serviço (DECi e FECi). O descumprimento das condições acarretará a extinção da concessão (cláusula décima oitava, subcláusula primeira), respeitadas as disposições do contrato, particularmente o direito à ampla defesa e ao contraditório.

Em 17.11.2020, a Aneel homologou a Resolução Normativa nº 896, consolidada pela Resolução Normativa nº 948/2021, que estabelece os indicadores e procedimentos para acompanhamento da eficiência com relação à continuidade do fornecimento e à gestão econômico-financeira das concessões do serviço público de distribuição de energia elétrica a partir do ano de 2021.

Indicadores e penalidades

Ano	Indicador	Critérios	Penalidades
A partir de 2021	Eficiência econômico-financeira	no ano base	Aporte de capital (a) Limitação de distribuição de dividendos e JCP Regime restritivo de contratos com partes relacionadas
		2 anos consecutivos	Extinção da concessão
	Indicadores de qualidade	no ano base	Plano de resultados
		2 anos consecutivos	Limitação de distribuição de dividendos e JCP
		3 anos consecutivos	Extinção da concessão

(a) Em até 180 dias contados do término de cada exercício social, na totalidade da insuficiência que ocorrer para o alcance do Parâmetro Mínimo de Sustentabilidade Econômica e Financeira.

Metas definidas para Copel Distribuição a partir do ano de 2021

Ano	Gestão Econômico-Financeira	Realizado	Qualidade - limites		Qualidade - realizado	
			DECi	FECi	DECi	FECi
2021	{Dívida Líquida / [Lajida (-) QRR ≥ 0]} ≤ 1 / (1,11 * Selic)	Atingido	9,29	6,84	7,20	4,76

Dívida Líquida: Dívida bruta deduzida dos ativos financeiros, à exceção de Ativos e Passivos Financeiros em discussão administrativa ou judicial. As contas que compõe a Dívida Bruta e Ativos Financeiros estão definidas no Anexo VIII da REN nº 948/2021.

QRR: Quota de Reintegração Regulatória ou Despesa de Depreciação Regulatória. Este valor será o definido na última Revisão Tarifária Periódica - RTP, atualizada pela variação da Parcela B Regulatória e calculada de forma pró rata.

LAJIDA/EBITDA Recorrente: Lucro Antes de Juros (Resultado Financeiro), Impostos (Tributos sobre a Renda), Depreciação e Amortização.

Conforme Nota Técnica Aneel nº 068/2021 e Resolução Autorizativa nº 10.231/2021, a partir de 2022 as metas de qualidade consideram os indicadores DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor. As metas definidas para a Copel DIS para o ano de 2022 são de 9,19 para o DEC e 6,80 para o FEC. A apuração e divulgação dos resultados ocorre anualmente, nas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

34.2.8 Risco de não prorrogação da concessão de distribuição de gás

Em caso de extinção da concessão por término do prazo contratual, a Compagas terá direito à indenização pelos investimentos realizados nos últimos 10 anos anteriores ao término da concessão, pelo seu valor de reposição depreciado, conforme previsão contratual.

34.2.9 Risco de sobrecontratação e subcontratação de energia elétrica

No modelo regulatório vigente, o processo de compra de energia elétrica pelas distribuidoras é regulado pela Lei nº 10.484/2014 e pelo Decreto nº 5.163/2004, os quais determinam que a aquisição de energia deve ser em volume necessário para o atendimento de 100% do mercado da distribuidora.

A diferença entre os custos remunerados pela tarifa e os efetivamente realizados com a compra de energia são integralmente repassados aos consumidores cativos, desde que a distribuidora apresente nível de contratação entre 100% e 105% do seu mercado, acrescidos dos montantes de sobrecontratação involuntária reconhecidos pelo regulador.

Com base nos dados do segundo trimestre de 2022, a Copel DIS estima finalizar o ano com um nível de contratação de 106,8%. Apesar do índice superior a 105%, a Companhia estima um montante de involuntariedade (178 MW médios) suficiente para que a contratação prevista para o ano tenha repasse na tarifa. Desta forma, não há previsão de risco de sobrecontratação.

34.2.10 Risco quanto à escassez de gás

O mercado de gás natural no Paraná, composto pelos consumidores da Compagas (mercado não termelétrico) e pela Usina Termelétrica de Araucária (UEG Araucária), é suprido por contratos com a Petrobras que utiliza a infraestrutura de transporte do gasoduto Brasil-Bolívia (Gasbol). A Compagas assinou contrato com a Petrobras para suprimento de gás natural, com vigência de 2022 a 2025, que possibilitará atender a demanda que estava descontratada para 2022, bem como parte da demanda estimada entre 2023 a 2025. Já a UEG Araucária negocia e celebra contratos de gás natural de curta duração em função do seu regime de operação *merchant*.

Na atual conjuntura do setor de gás natural no Brasil, o programa Novo Mercado de Gás, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia, tem a finalidade de abertura do mercado de gás natural de forma a torná-lo dinâmico, competitivo, integrado com o setor elétrico e industrial. A oferta de gás natural é crescente e proveniente de fontes diversificadas e o grande desafio do setor ainda se concentra na viabilização do acesso de novos produtores e comercializadores à infraestrutura e ao mercado consumidor, atualmente atendido majoritariamente pela Petrobras. Por fim, a nova lei do gás, lei nº 14.134/2021, representa mais um passo importante na abertura do mercado de gás brasileiro, de forma a torná-lo mais competitivo e com maior potencial de expansão.

Uma eventual escassez no fornecimento de gás poderia implicar em prejuízos à Copel em razão de redução de receita com o serviço de distribuição de gás natural pela Compagas ou penalização por descumprimento das obrigações constantes no contrato de concessão. Além disso, neste cenário a UEG Araucária provavelmente seria mantida fora de operação. No entanto, a Companhia considera baixo este risco tendo em vista a conjuntura do Novo Mercado de Gás e a promulgação da Lei nº 14.134/2021.

34.2.11 Risco de não performance dos empreendimentos eólicos

Os contratos de compra e venda de energia por fonte eólica estão sujeitos às cláusulas de performance, as quais preveem uma geração mínima anual e quadrienal da garantia física comprometida no leilão. Os empreendimentos estão sujeitos a fatores climáticos associados às incertezas da velocidade de vento. O não atendimento do que está disposto no contrato pode comprometer receitas futuras da Companhia. O saldo registrado no passivo referente a não *performance* está demonstrado na NE nº 27.

34.2.12 Risco relacionado ao preço nas operações de compra e venda de energia

A Companhia opera no mercado de compra e venda de energia com objetivo de alcançar resultados com as variações do preço de energia, respeitados os limites de risco pré-estabelecidos pela Administração. Esta atividade, portanto, expõe a Companhia ao risco do preço futuro da energia.

As operações de compra e venda de energia futuras são reconhecidas pelo valor justo por meio do resultado, tendo como base a diferença entre o preço contratado e o preço de mercado das operações na data do balanço.

Baseado nos valores nominais de R\$ 7.799.100 (R\$ 7.530.281 em 31.12.2021) para contratos de compra e de R\$ 8.320.804 (R\$ 7.881.880 em 31.12.2021) para contratos de venda de energia elétrica, em aberto na data destas demonstrações financeiras intermediárias, o valor justo foi estimado utilizando os preços definidos internamente pela Companhia, que representam a melhor estimativa do preço de mercado futuro. A taxa de desconto utilizada tem como referência a taxa de retorno das NTN-Bs divulgadas pela Anbima em 30.06.2022, ajustada pelo risco de crédito e pelo risco adicional de projeto.

Os saldos patrimoniais referentes à estas transações na data destas demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas a seguir.

Consolidado	Ativo	Passivo	Saldo líquido
Circulante	124.026	(112.645)	11.381
Não circulante	510.928	(229.395)	281.533
	634.954	(342.040)	292.914

Análise de sensibilidade sobre as operações de compra e venda de energia

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de mudanças nos preços futuros. Para o cenário base foram considerados os saldos contábeis registrados na data destas demonstrações financeiras intermediárias e para o cenário provável consideraram-se os saldos atualizados com a curva de preços de mercado e taxa NTN-B em 30.06.2022. Adicionalmente, a Companhia mantém o acompanhamento dos cenários 1 e 2, que consideram elevação ou queda de 25% e 50%, aplicadas sobre os preços futuros considerados no cenário provável, em decorrência de eventos extraordinários que possam afetar o cenário econômico.

Consolidado	Variação no preço	Base 30.06.2022	Cenários projetados		
			Provável	Cenário 1	Cenário 2
Ganhos (perdas) não realizados em operações de compra e venda de energia	Elevação	292.914	292.913	315.020	337.127
	Queda	292.914	292.913	270.806	248.699

34.2.13 Risco de contraparte no mercado de energia

O mercado livre de energia ainda não possui uma contraparte garantidora de todos os contratos (*clearing house*), de modo que o risco de *default* é bilateral. Desta forma, a Companhia está exposta ao risco de falha na entrega da energia contratada pelo vendedor. Na ocorrência de falha na entrega, a Companhia é obrigada a adquirir energia ao preço do mercado de curto prazo, podendo incorrer ainda em penalidades regulatórias e mesmo em perda do valor pago.

A Companhia possui uma política que impõe limites para as operações possíveis com cada contraparte, após análise de sua capacidade financeira, maturidade e histórico.

Adicionalmente, mesmo que nossa política seja mais restritiva, e as contrapartes apresentem boa situação financeira, a Companhia está exposta a eventos sistêmicos em que o *default* de um agente acabe afetando outras comercializadoras, num "efeito dominó", até chegar a contrapartes da Companhia.

34.2.14 Pandemia do coronavírus

Para mitigar o risco de eventuais impactos de um agravamento da pandemia do coronavírus, a Companhia mantém monitoramento dos contratos e fornecedores, acompanhamento da liquidez do mercado de energia e sua precificação de mercado de curto prazo, bem como participa das negociações com as autoridades competentes para a implementação de diretrizes que garantam a manutenção da sustentabilidade econômico-financeira da cadeia de geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia elétrica no Brasil.

34.3 Gerenciamento de capital

A Companhia busca conservar base sólida de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter também equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio.

A Companhia monitora o capital usando um índice representado pela dívida líquida consolidada ajustada, dividido pelo Lucro Antes dos Juros, Imposto de Renda, Depreciação e Amortização - Lajida (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - Ebitda*) consolidado ajustado dos últimos doze meses. O limite corporativo estabelecido nas escrituras de dívida prevê a manutenção anual do índice abaixo de 3,5, sendo que a eventual expectativa de não conformidade daquele indicador enseja ações por parte da Administração no intuito de corrigir o curso das apurações até o final de cada exercício.

34.3.1 Endividamento em relação ao patrimônio líquido:

Endividamento	Controladora		Consolidado	
	30.06.2022	31.12.2021	30.06.2022	31.12.2021
Empréstimos e financiamentos	641.277	791.779	3.635.833	3.738.269
Debêntures	-	502.400	9.426.530	8.240.769
(-) Caixa e equivalentes de caixa	488.574	626.052	3.618.179	3.472.845
(-) Títulos e valores mobiliários	91	91	380.554	361.058
Dívida líquida	152.612	668.036	9.063.630	8.145.135
Patrimônio líquido	20.596.167	21.837.024	20.945.729	22.175.235
Endividamento em relação ao patrimônio líquido	0,01	0,03	0,43	0,37

35 Transações com Partes Relacionadas

35.1 Saldos com partes relacionadas

O quadro a seguir apresenta os saldos de Partes Relacionadas destacados em linhas específicas do balanço patrimonial:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2022	31.12.2021	30.06.2022	31.12.2021
Ativo circulante				
Controladas				
Compartilhamento de estrutura (35.1.1)	-	5.374	952	-
Ativo não circulante				
Controladas				
Copel DIS - STN (a)	-	150.572	-	-
Passivo circulante				
Controladas				
Compartilhamento de estrutura (35.1.1)	1.577	2.292	-	-
Passivo não circulante				
Controladas				
Adiantamento - Elejor	5.851	5.851	-	-

(a) Saldo referente ao financiamento com a Secretaria do Tesouro Nacional - STN, quitado em 10.03.2022.

35.1.1 Compartilhamento de estrutura

Saldos se referem, principalmente, aos contratos de compartilhamento de despesas de pessoal e administradores, celebrados entre a Copel e suas subsidiárias diretas e indiretas.

35.1.2 Contrato de Mútuo - Copel DIS

Em 18.11.2021, foi assinado contrato de mútuo entre a Copel e a Copel DIS, com aprovação de limites acrescidos de IOF e juros remuneratórios (DI + 1,75% a.a.), com a finalidade de proporcionar recursos para o financiamento das atividades e negócios da empresa. O contrato foi quitado e o valor da receita financeira no período findo em 30.06.2022 foi de R\$ 5.000.

35.1.3 Contrato de Mútuo - Complexo Jandaíra

Em 17.05.2022, foi assinado contrato de mútuo entre a Copel e as empresas do Complexo Eólico Jandaíra, com aprovação de limites acrescidos de IOF e juros remuneratórios de CDI + 1,38% ao ano, a fim de proporcionar recursos para o financiamento das atividades e negócios da empresa. Os contratos têm vigência até 17.05.2024. Do valor global aprovado, de R\$ 49.400, foram transferidos R\$ 6.200 para Jandaíra III, em 27.07.2022, e R\$ 3.400 para Jandaíra IV em 28.07.2022.

35.2 **Outras transações com partes relacionadas**

O quadro a seguir apresenta os saldos decorrentes das demais transações com partes relacionadas efetuadas pela Companhia:

Consolidado Parte Relacionada / Natureza da operação	Ativo		Passivo		Receita		Custo / Despesa	
	30.06.2022	31.12.2021	30.06.2022	31.12.2021	30.06.2022	30.06.2021	30.06.2022	30.06.2021
Controlador								
Estado do Paraná - dividendos	-	-	-	916.379	-	-	-	-
Repasse CRC (NE nº 32 - a)	-	-	-	-	-	221.467	-	-
Programa Energia Solidária (a)	10.326	5.590	-	-	-	-	-	-
Programa Tarifa Rural Noturna (a)	14.813	10.378	-	-	-	-	-	-
Empregados cedidos (b)	577	19	-	-	-	-	-	-
Sistema Meteorológico do Paraná - Simepar (c)	-	-	994	938	-	-	(3.867)	(5.190)
Entidades com influência significativa (d)								
BNDES e BNDESPAR - dividendos				733.939	-	-	-	-
Financiamentos (NE nº 20)	-	-	2.181.266	2.216.516	-	-	(54.887)	(81.562)
Debêntures - Compagás	-	-	-	-	-	-	-	(249)
Debêntures - eólicas (NE nº 21)	-	-	227.254	231.071	-	-	(8.895)	(14.873)
Entidade controlada pelo Estado do Paraná								
Sanepar (e)			468	436	-	-	(3.782)	(3.646)
Utilização de água retirada de reservatórios de usinas	-	-	-	-	385	237	-	-
Empreendimentos controlados em conjunto								
Voltaia São Miguel do Gostoso (f)					53	47	-	-
Dividendos	1.032	1.032	-	-	-	-	-	-
Caiuá Transmissora de Energia (g) (h) (i)			1.186	1.144	1.742	1.589	(5.996)	(8.449)
Dividendos	-	2.150	-	-	-	-	-	-
Integração Maranhense Transmissora (h) (i)			178	183	-	-	(1.179)	(1.109)
Dividendos	-	2.274	-	-	-	-	-	-
Matrinchã Transmissora de Energia (h) (i)			1.072	1.065	-	-	(7.176)	(6.465)
Dividendos	-	10.091	-	-	-	-	-	-
Guaraciaba Transmissora de Energia (h) (i)			428	489	-	-	(3.042)	(3.015)
Dividendos	27.198	27.198	-	-	-	-	-	-
Paranaíba Transmissora de Energia (h) (i)			695	726	-	-	(4.786)	(4.483)
Dividendos	2.486	4.973	-	-	-	-	-	-
Cantareira Transmissora de Energia (h) (i)			557	596	-	-	(3.817)	(3.231)
Dividendos	-	6.718	-	-	-	-	-	-
Mata de Santa Genebra Transmissão (h) (i) (j)			1.450	1.245	9.582	10.010	(8.032)	(6.449)
Dividendos	-	13.614	-	-	-	-	-	-
Coligadas								
Dona Francisca Energética S.A. (k)			1.312	2.745	83	75	(7.916)	(8.193)
Dividendos	2.303	86	-	-	-	-	-	-
Foz do Chopim Energética Ltda. (l)			-	-	1.681	1.390	-	-
Pessoal chave da administração								
Honorários e encargos sociais (NE nº 31.2)	-	-	-	-	-	-	(2.300)	(10.547)
Planos previdenciários e assistenciais (NE nº 22.3)	-	-	-	-	-	-	(181)	(724)
Outras partes relacionadas								
Fundação Copel								
Aluguel de imóveis administrativos	-	-	102.459	84.367	-	-	(6.285)	(2.397)
Planos previdenciários e assistenciais (NE nº 22.3)	-	-	1.328.401	1.295.174	-	-	-	-
Lactec (m)			2.043	2.385	314	289	(1.960)	(1.600)
Tecpar (n)			-	-	978	802	-	-
Celepar (o)			2	-	-	-	(6)	(4)

- a) O Programa Energia Solidária, instituído pela lei estadual nº 20.943/2021, substituindo o Programa Luz Fraterna, estabelece o pagamento do consumo de energia elétrica para beneficiar famílias de baixa renda, residentes no Estado do Paraná, cujos imóveis - unidades consumidoras - sejam utilizados exclusivamente para fins residenciais, seja em área urbana ou rural, e preenchem os requisitos estabelecidos nos artigos 2.º e 3.º desta lei.

Em março de 2018 foi quitado o montante de R\$ 159.274. Sobre o valor do principal houve incidência de juros, multa e atualização monetária, no total de R\$ 158.849. Para esses encargos, incidentes sobre as faturas de consumo de energia elétrica do período de setembro de 2010 a junho de 2015, foi ajuizada, em 05.11.2018, ação monitória em face do Estado do Paraná, responsável pelo pagamento das faturas nos termos da Lei Estadual nº 14.087/2003. Ressaltamos que apesar das tratativas mantidas pela Administração, buscando o equacionamento desta dívida, ainda persistem incertezas

quanto à realização deste ativo e, portanto, este valor não foi contabilizado, em atendimento ao que dispõem as normas contábeis vigentes. Considerando o tratamento tributário a ser aplicado, conforme determina a Receita Federal do Brasil na Instrução Normativa nº 1.753/2017, a Companhia efetuou a tributação sobre essa receita. O Estado do Paraná opôs Embargos de Declaração em novembro de 2021. Aguarda-se decisão do juiz de 1º grau sobre o recurso de Embargos de Declaração. A Administração reforça que está envidando todos os esforços necessários e tomando todas as medidas cabíveis para preservação dos interesses da Companhia.

O Programa Tarifa Rural Noturna, regulamentado pelo Decreto nº 1.288/2019, prevê o pagamento à Copel DIS, pelo Governo Estadual, do valor correspondente a 60% da tarifa de energia elétrica ativa e dos encargos decorrentes desse serviço, inclusive adicional de bandeira tarifária, da propriedade dos consumidores beneficiários, compreendido no período considerado como consumo noturno, conforme especificado no decreto.

- b)** Ressarcimento do valor correspondente a remuneração e encargos sociais de empregados cedidos ao Estado do Paraná. Os saldos apresentados são líquidos de Perdas de crédito esperadas.
- c)** O Sistema Meteorológico do Paraná - Simepar é uma unidade complementar do Serviço Social Autônomo Paraná Tecnologia, vinculado à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. O Simepar mantém contratos com a Companhia de prestação de serviços de previsão do tempo, laudos meteorológicos, análise de ampacidade, mapeamento e análise de ventos e descargas atmosféricas.
- d)** O BNDES é controlador da BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, que possui ações da Copel (NE nº 29.1). Em 22.12.2018 encerrou a vigência do acordo de acionista entre o Estado do Paraná e o BNDESPAR, assinado em 22.12.1998. O BNDES e a BNDESPAR adquiriram o total das debêntures emitidas pelas controladas Nova Asa Branca I, Nova Asa Branca II, Nova Asa Branca III, Nova Eurus IV e Ventos de Santo Uriel.
- e)** Saneamento básico prestado pela Sanepar.
- f)** Contratos de conexão ao sistema de transmissão firmados pela Copel GeT, Costa Oeste, Marumbi e Uirapuru, com vencimentos entre os anos de 2031 e 2048.
- g)** Contrato de prestação de serviços de operação e manutenção prestados pela Copel GeT, com vencimento em 10.05.2026. Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão - CCT firmado pela Copel DIS, com vencimento até a extinção da concessão da distribuidora ou da transmissora, o que ocorrer primeiro.
- h)** Encargos de uso do sistema de transmissão devidos pela Copel GeT, FDA, UEG Araucária e parques eólicos.

- i)** A Copel DIS mantém Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - Cust com o ONS e com as concessionárias de transmissão de energia, o qual tem por objeto a contratação do Montante de Uso do Sistema de Transmissão - Must. A contratação é de caráter permanente e é regulamentada pela Resolução Normativa Aneel nº 666/2015. Os montantes são definidos para os quatro anos subsequentes, com revisões anuais.
- j)** Contratos firmados pela Copel GeT: operação e manutenção, com vencimento em 1º.02.2023, e compartilhamento de instalações, com vencimento em 1º.01.2043.
- k)** Contratos de conexão ao sistema de transmissão firmados pela Copel GeT, Costa Oeste, Marumbi e Uirapuru, com vencimentos entre os anos de 2031 e 2048. Contrato de compra e venda de energia realizado pela Copel GeT, com vencimento em 31.03.2025.
- l)** Contratos firmados pela Copel GeT: operação e manutenção, com vencimento em 23.05.2025, e conexão ao sistema de transmissão, com vencimento em 1º.01.2043.
- m)** O Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento - Lactec é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - Oscip, na qual a Copel é uma associada. O Lactec mantém contratos de prestação de serviços e de pesquisa e desenvolvimento com a Copel GeT, FDA, UEG Araucária e Copel DIS, submetidos a controle prévio ou a posteriori, com anuência da Aneel. A Copel COM presta serviços e vende energia ao instituto.
- n)** Contrato de venda de energia firmado entre a Copel COM e o Instituto de Tecnologia do Paraná - Tecpar (empresa pública do Governo do Estado que apoia a inovação e o desenvolvimento econômico e social do Paraná e do Brasil).
- o)** Contratos de prestação de serviços firmados com a Companhia de Tecnologia da Informação do Paraná - Celepar (sociedade de economia mista, integrante da administração indireta do Governo do Estado).

As transações relevantes com partes relacionadas estão demonstradas acima. As transações decorrentes das operações em ambiente regulado são faturadas de acordo com os critérios e definições estabelecidos pelos agentes reguladores e as demais transações são registradas de acordo com os preços de mercado praticados pela Companhia.

As subsidiárias diretas e indiretas da Copel têm contratos de compra e venda de energia de curto e longo prazo firmados entre si, realizados de acordo com os critérios e definições do ambiente regulado. Tanto os saldos das transações existentes quanto os saldos dos compromissos são eliminados entre si quando da elaboração das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

Adicionalmente, a Copel GeT possui compromissos de compra de energia com a Dona Francisca, no montante de R\$ 71.946 (R\$ 63.899 em 31.12.2021), e a Copel COM possui compromissos de venda de energia firmados com órgãos e/ou entidades vinculadas ao Governo do Estado do Paraná, no total de R\$ 28.402 (R\$ 31.309 em 31.12.2021).

No que diz respeito à remuneração do pessoal chave da administração, a Companhia não possui obrigações adicionais além dos benefícios de curto prazo divulgados no quadro acima e nas notas explicativas referenciadas.

35.3 Avais e garantias concedidos às partes relacionadas

Os avais e garantias concedidos pela Copel às suas controladas na emissão de financiamentos e de debêntures são informados nas NEs nºs 20 e 21.

A Copel forneceu garantias financeiras, na modalidade de carta fiança corporativa, para contratos de compra e transporte de energia elétrica efetuados pela Copel GeT e suas subsidiárias, no total de R\$ 4.339 (R\$ 4.339 em 31.12.2021) e efetuados pela Copel COM (Copel Mercado Livre), no total de R\$ 225.024 (R\$ 192.707 em 31.12.2021).

Os avais e garantias concedidos pela Copel e pela Copel GeT na emissão de financiamentos e debêntures dos empreendimentos controlados em conjunto são informados a seguir:

Empresa	Operação	Vencimento final	Valor aprovado	Saldo (a)	% participação	Valor da fiança
(1) Caiuá Transmissora	Financiamento BNDES	15.02.2029	84.600	30.955	49,0	(b)
(2) Cantareira Transmissora	Debêntures	15.08.2032	100.000	96.078	49,0	47.078
(3)	Financiamento	15.09.2032	426.834	381.293		(b)
(4) Guaraciaba Transmissora	Financiamento BNDES	15.01.2031	440.000	303.237	49,0	(b)
(5)	Debêntures	15.12.2030	118.000	129.614		(b)
(6)	Financiamento BNDES	15.06.2029	691.440	349.169		(b)
(7) Matrinchá Transmissora	Debêntures (2ª)	15.06.2029	180.000	218.731	49,0	(b)
(8)	Debêntures (3ª)	15.12.2038	135.000	150.824		(c)
(9) IMTE Transmissora	Financiamento	12.02.2029	142.150	54.070	49,0	(b)
(10) Mata de Santa Genebra	Debêntures (2ª)	15.11.2030	210.000	211.982	50,1	106.203
(11)	Debêntures (3ª)	15.11.2041	1.500.000	1.443.794		723.341
(12) Paranaíba Transmissora	Financiamento	15.10.2030	606.241	427.052	24,5	(b)
(13)	Debêntures	15.03.2028	120.000	101.081		24.765
						901.387

(a) Saldo da dívida bruta, descontado do caixa restrito que já está garantido pelas próprias empresas.

(b) Para estes contratos a fiança corporativa e/ou a carta fiança foram exoneradas permanecendo somente a garantia de penhor de ações da Copel GeT.

(c) As garantias a serem prestadas na 3ª emissão só serão apresentadas depois do vencimento das Debêntures da 2ª emissão e do Financiamento com o BNDES.

Carta fiança, prestada pela Copel GeT: (1)

Fiança corporativa prestado pela Copel: (2) (4) (5) (6) (10) (11) (13)

Garantias da operação: penhor das ações de propriedade da Copel GeT em todos os empreendimentos.

36 Compromissos

Os principais compromissos relacionados a contratos de longo prazo ainda não incorridos, portanto não reconhecidos nestas demonstrações financeiras intermediárias, estão demonstrados a seguir:

Consolidado	30.06.2022	31.12.2021
Contratos de compra e transporte de energia	126.291.596	132.307.398
Aquisição de ativo imobilizado		
Construção das usinas do empreendimento eólico Jandaíra	35.194	147.682
Aquisição de ativo para obras de distribuição de energia elétrica	1.078.652	1.374.177
Obrigações de compra de gás	2.134.388	1.841.767

37 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

Consolidado	Término	Importância
Apólice	da vigência	segurada
Riscos Operacionais - UHE Baixo Iguçu	30.05.2023	2.042.375
Riscos Operacionais - Cutia e Bento Miguel	29.03.2023	2.196.012
Riscos Nomeados	24.08.2022	2.089.718
Riscos Operacionais - UHE Colíder	01.12.2022	1.892.320
Riscos Operacionais - UHE Governador Jayme Canet Junior	22.01.2023	1.594.472
Incêndio - imóveis próprios e locados	24.08.2022	878.937
Riscos Operacionais - Brisa Potiguar	27.06.2023	766.454
Riscos Operacionais - Elejor	11.03.2023	728.426
Riscos Operacionais - UEG Araucária (a)	30.11.2022	656.227
Riscos Operacionais - São Bento	27.06.2023	512.885

(a) O valor da importância segurada de Riscos Operacionais - UEG Araucária foi convertido de dólar para real com a taxa do dia 30.06.2022, de R\$ 5,2380.

Além dos seguros relacionados, a Companhia e suas controladas contratam outras apólices de seguros com menores valores, tais como: seguro D&O, responsabilidade civil geral, garantia judicial e de pagamento, riscos diversos, seguro de vida, seguro aeronáutico e seguro de veículos. Os seguros de garantia contratados pelas controladas, pelos empreendimentos controlados em conjunto e pelas coligadas possuem como avalista a Copel e/ou a Copel GeT, no limite de sua participação em cada empreendimento.

38 Informações complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa

38.1 Transações que não envolvem caixa

Do total de adições de ativos de contrato (apresentado nas NEs nº 10.1 e 10.2) e de aquisições de imobilizado (demonstrado na NE nº 16.2), R\$ 197.640 (R\$ 146.788 em 30.06.2021) e R\$ 51.580 (R\$ 12.897 em 30.06.2021), respectivamente, correspondem ao montante de compras efetuadas a prazo e ainda não quitadas até o final do período.

Conforme a NE nº 26, as adições e ajustes por remuneração ocorridos no direito de uso de ativos totalizaram R\$ 82.338 (R\$ 109.737 em 30.06.2021), sendo que tal reconhecimento teve como contrapartida a rubrica de passivo de arrendamentos.

As citadas transações não envolveram caixa, motivo pelo qual não estão mencionadas na demonstração dos fluxos de caixa.

39 Operações descontinuadas

Em 03.08.2021, a Companhia concluiu a operação de alienação de 100% da participação na Copel Telecomunicações S.A., com o recebimento do valor atualizado e a transferência dos ativos e passivos e a direção dos negócios para o comprador, Bordeaux Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

Em 2021, as receitas, custos e despesas bem como a movimentação de fluxo de caixa resultantes desses ativos e passivos foram apresentados em linhas separadas, como operação descontinuada, tanto na Demonstração de Resultados como na Demonstração dos Fluxos de Caixa e na Demonstração do Valor Adicionado, em atendimento às exigências do CPC 31/ IFRS 5.

COMENTÁRIO DO DESEMPENHO

em 30 de junho de 2022

em milhares de reais

1 Novos projetos

Em março de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a nova Política de Investimentos, cuja principal finalidade é aprimorar a disciplina na alocação de capital, sendo uma ferramenta essencial para a execução das diretrizes estratégicas de crescimento sustentável, geração de valor aos acionistas e perenidade do nosso negócio.

1.1 Projetos de Geração

Complexo Vilas

O primeiro projeto adquirido pela Companhia sob a disciplina dessa nova política foi o Complexo Eólico Vilas, adquirido em 17.05.2021 do grupo Voltália. O empreendimento, localizado em Serra do Mel - RN, tem 186,7 MW de capacidade instalada, fator de capacidade de 56,9% e energia certificada (P50) de 106,3 MW médios e parte de sua energia foi comercializada no ambiente regulado (ACR), com início do suprimento em 2023 e 2024 e prazo de 20 anos, como segue:

Complexo Eólico Vilas	Capacidade Instalada (MW)	Energia Certificada		Início Operação Comercial	Comercialização de Energia				Fim da Autorização	
		P90 (MW médios) ⁽⁴⁾	P50 (MW médios) ⁽⁴⁾		Leilão	Quantidade (Mwmed)	Preço (R\$/Mwh) ⁽³⁾	Início Suprimento		Fim Suprimento
Vila Ceará I ⁽¹⁾ (Antiga Vila Paraíba IV)	31,95	67,1	74,9	em operação	A-6/2018 (28º LEN)	33,0	111,64	jan/24	dez/43	jan/54
Vila Maranhão I ⁽¹⁾	31,95						111,64			
Vila Maranhão II ⁽¹⁾	31,95						111,64			
Vila Maranhão III ⁽¹⁾ (Antiga Vila Paraíba III)	31,95						111,64			
Vila Mato Grosso ⁽²⁾ (Antiga Vila Alagoas III)	58,91	27,7	31,4		A-4/2019 (29º LEN)	3,0	93,13	jan/23	dez/42	dez/54
Total / Média	186,71	94,8	106,3			36,0	R\$ 108,92			

¹ Utiliza aerogeradores Siemens Gamesa G132 - 3,55 MW (Total de 38 aerogeradores)

² Utiliza aerogeradores Nordex-Acciona AW 132 - 3,46 MW (Total de 17 aerogeradores)

³ Fonte: CCEE. Considerado o preço de R\$ 79,92, na data base em 28/06/2019 (Vila Mato Grosso) e de R\$ 93,00, na data base 31/08/2018 (demais). Atualizado em dez/2021 pelo IPCA.

⁴ Não considera perdas da rede básica

O valor total da transação (*Enterprise Value*) foi de R\$ 1.059 milhões, com financiamentos de longo prazo (vencimentos até 2040) contratados junto ao Banco do Nordeste (BNB). Com a aquisição do Complexo Vilas, a capacidade instalada de geração eólica da Companhia aumentou em 29%, com a mesma estrutura de gestão operacional, permitindo assim uma sinergia operacional com demais empresas do grupo no estado.

Complexo Eólico Jandaíra - Em 18.10.2019, a Copel GeT, em consórcio com a subsidiária Cutia Empreendimentos Eólicos, participou do leilão de geração de energia nova A-6 e vendeu 14,4 MW médios ou aproximadamente 30% da garantia física do Complexo Eólico Jandaíra, empreendimento localizado no município de Jandaíra - RN, composto de quatro parques eólicos, totalizando 90,1 MW de capacidade

instalada, como segue:

Complexo Eólico Jandaíra	Número de Aerogeradores	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física (MW med)	Capex (R\$ milhões)	Energia Comercializada					Fim da Autorização
					Leilão 1	Montante (Mwmed)	Preço (2) (R\$/Mwh)	Início Suprimento	Fim Suprimento	
EOL Jandaíra I	3	10,4	5,6	411,0	30º LEN (18/10/2019)	14,4	116,51	jan/25	dez/44	abr/55
EOL Jandaíra II	7	24,3	12,3							
EOL Jandaíra III	8	27,7	14,8							
EOL Jandaíra IV	8	27,7	14,2							
Total	26	90,1	46,9							

¹ LEN - Leilão de Energia Nova.

² Atualizado até Mar/2022. Fonte: CCEE.

Até o final de junho, 16 aerogeradores, os quais totalizam 55,44 MW de capacidade instalada, já estavam no regime de operação em teste. Durante o regime de teste, a energia gerada é liquidada ao Preço de Liquidação das Diferenças – PLD, no Mercado de Curto Prazo da CCEE. Os demais aerogeradores entrarão em operação de forma escalonada até o final de 2022, mais de dois anos antes do início do prazo para entrega do suprimento contratado. O empreendimento conta com financiamento do Banco do Nordeste para aproximadamente 50% do investimento previsto.

PCH Bela Vista - Com um investimento estimado em R\$ 224,0 milhões, o empreendimento PCH Bela Vista, construído no Rio Chopim, nos municípios de São João e Verê, localizados no sudoeste do estado do Paraná, tem 29,81 MW de capacidade instalada, garantia física de 18,4 MW médios e vendeu 14,7 MW médios no leilão A-6 de 2018, como segue:

Usinas	Contrato de Concessão	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física (MW médio)	Energia Vendida no ACR (MW médio)	Início de Suprimento	Preço ¹ (R\$/MWh)	CAPEX (R\$ milhões)	Vencimento da Concessão
PCH Bela Vista 100% Copel GeT	Resolução Autorizativa nº 7.802/2019	29,8	18,6	14,7	01.01.2024	234,93	224,0	02.01.2041

¹ Atualizado pelo IPCA até nov/2021. Fonte CCEE.

As obras da PCH Bela Vista tiveram início no mês de agosto de 2019, sendo que a entrada em operação comercial da primeira, segunda e terceira unidades geradoras, totalizando 29,3 MW ou 98,3% do total da PCH, ocorreu em 12.06.2021, 10.07.2021 e 15.08.2021, respectivamente. A entrada em operação comercial da quarta unidade e última unidade está prevista para 2022.

1.2 Projetos de Distribuição

Programa Transformação - O Programa Transformação constitui um amplo plano de investimento com o objetivo de modernizar, automatizar e renovar a rede de distribuição e rede de comunicação privada com tecnologias padronizadas para atendimento aos equipamentos de automação. Entre os benefícios esperados estão o reforço das redes rurais para reduzir desligamentos e garantir o suporte ao crescimento do agronegócio no Estado do Paraná, redução dos custos com serviços de O&M e comerciais e aprimoramento no controle dos indicadores de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC e Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC. O programa é composto por 3 projetos pilares para o atingimento dos objetivos:

- **Paraná Trifásico:** representa a melhoria e renovação das redes de distribuição rurais na área de concessão da Companhia, com implantação de rede trifásica e criação de redundância nos principais ramais rurais. Até o final de junho de 2022, já eram beneficiados 144 mil clientes rurais, ao longo de 8.676 km de rede.
- **Smart Grid:** implantar uma rede de comunicação privada com tecnologia padronizada para atendimento de todos os equipamentos de automação da rede de distribuição e infraestrutura avançada de medição. Até o final de junho de 2022 já estavam instalados 375.000 medidores inteligentes.
- **Confiabilidade Total:** visa assegurar a modernidade nas operações da rede de energia a partir das seguintes premissas: manter a comunicação plena entre as equipes e a disponibilidade de equipamentos na rede, implementar automação nos equipamentos especiais, manter a totalidade de município da concessão com subestação ou chave especial e ampliar os circuitos de rede e equipamento Self Healing. Até o final de junho o projeto concluiu 61,5% do cronograma previsto.

O Programa Transformação abrange a construção de, aproximadamente, 25 mil km de novas redes, 15 mil novos pontos automatizados e a implementação da tecnologia de redes inteligentes no estado do Paraná.

Redes Compactas e Protegidas – A Copel Distribuição S.A. vem implantando redes compactas predominantemente em áreas urbanas com elevado grau de arborização nas proximidades das redes de distribuição e redes protegidas exclusivamente em áreas rurais. As redes compactas evitam cortes e podas de árvores e melhoram a qualidade do fornecimento, pois reduzem o número de desligamentos. As redes protegidas também melhoram a qualidade e a confiabilidade do sistema pois evitam interrupções por contato com a vegetação ou outros objetos e intempéries. Ao final de junho de 2022, a extensão das redes compactas e protegidas instaladas era de 20.207 km ante 15.955 km em junho de 2021, um acréscimo de 4.252 km, ou 26,65%, em doze meses.

Rede Secundária Isolada - A Copel Distribuição também investe em redes secundárias isoladas em baixa tensão (127/220V), que apresentam vantagens significativas em relação à rede aérea convencional, tais como: melhorar os indicadores Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC e Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – FEC; dificultar o roubo de energia; melhorar as condições do meio ambiente; reduzir as áreas de podas; aumentar a segurança; reduzir a queda de tensão ao longo da rede; aumentar a vida útil dos transformadores pela redução do número de curtos-circuitos na rede, entre outras. Ao final de junho de 2022, a extensão das redes de distribuição secundárias isoladas instaladas era de 21.349 km, ante 20.348 km em junho de 2021, um acréscimo de 1.001 km, ou 4,92%, em doze meses.

2 Mercado de Energia

Comportamento do mercado - A geração de energia da Copel Geração e Transmissão S.A. e seus parques eólicos nos 6 (seis) primeiros meses de 2022 foi de 9.522 GWh, contra 8.042 GWh em 1S21. Esse crescimento deve-se ao aumento da geração hídrica no segundo trimestre, o que possibilitou, inclusive, fornecer energia a outros submercados, via Mecanismo de Realocação de Energia – MRE. A geração eólica, por sua vez, sofreu redução em comparação com 1S21, devido aos efeitos do La Niña na Região Nordeste do país, parcialmente compensada pela aquisição do Complexo Vilas pela companhia. A seguir, o fluxo de energia do grupo Copel em 2022:

Fluxo de energia (GWh)
janeiro a junho de 2022

Geração própria		Disponibilidade 28.664	Mercado Cativo		10.034	35,0%
9.522	33,2%		Concessionárias²		48	0,2%
Energia comprada			Suprimento concessionária CCEE³		78	0,3%
19.142	66,8%		Cessões MCSD EN⁴		105	0,4%
CCEAR	6.124		CCEE (MVE)		348	1,2%
Itaipu	2.614		Consumidores livres		5.855	20,4%
Dona Francisca	66		Energia suprida		11.629	40,6%
CCEE (MCP)	12		Contratos bilaterais		6.254	
Angra	460		CCEAR		1.738	
CCGF	2.920		CER		454	
MRE	1.611		CCEE(MCP)		1.453	
Elejor	-		MRE		1.730	
Proinfa	204		Perdas e diferenças⁵		567	2,0%
Outros ¹	5.131		Perdas rede básica		295	
			Perdas distribuição		547	
			Alocação de contratos no CG		161	
			Diferenças Parques Eólicos		(436)	

CCEAR: Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado.

CER: Contrato de Energia de Reserva.

CCEE (MVE): Liquidação financeira de excedentes de energia da distribuidora ao mercado livre através do Mecanismo de Venda de Excedentes

CCEE (MCP): Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (Mercado de Curto Prazo).

MRE: Mecanismo de Realocação de Energia.

CG: Centro de Gravidade do Submercado (diferença entre a energia faturada e a recebida no CG).

¹Outros: Energia comprada pela Copel Comercialização e Copel Distribuição.

²Suprimento de energia a concessionárias e permissionárias com mercado próprio inferior a 500GWh/ano.

³Suprimento de energia a distribuidora agente da CCEE, através de Contrato Bilateral Regulado - CBR.

⁴Cessões MCSD EN - Cessões contratuais a outras distribuidoras através do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits de Energia Nova.

⁵Considera os efeitos da Mini e Microgeração Distribuída (MMGD)

Não considera a energia produzida pela UTE Araucária vendida no mercado de curto prazo (MCP) ou através de contratos bilaterais.

Venda de energia - Na tabela a seguir são apresentadas as vendas totais de energia da Copel no período, abertas entre Copel Distribuição, Copel Geração e Transmissão, Copel Comercialização e parques eólicos:

Classe	Em GWh		
	jan a jun 2022	jan a jun 2021	Variação
Copel Distribuição			
Mercado cativo¹	10.034	9.824	2,1%
Residencial	4.209	4.081	3,1%
Industrial	1.052	1.144	-8,0%
Comercial	2.250	2.101	7,1%
Rural	1.302	1.318	-1,2%
Outras	1.221	1.180	3,5%
Concessionárias e permissionária	48	43	11,6%
CCEE (Cessões MCS D EN)	105	349	-69,9%
CCEE (MVE)	348	205	69,8%
CCEE (MCP)	1.057	736	43,6%
Total da Copel Distribuição	11.592	11.157	3,9%
Copel Geração e Transmissão (com FDA)			
CCEAR (Copel Distribuição)	61	61	0,0%
CCEAR (outras concessionárias)	1.102	1.113	-1,0%
Consumidores livres	-	631	-100,0%
Contratos bilaterais (Copel Comercialização)	7.111	6.349	12,0%
Contratos bilaterais ²	186	348	-46,6%
CCEE (MCP) ³	290	-	-
Total da Copel Geração e Transmissão	8.750	8.502	2,9%
Parques Eólicos			
CCEAR (Copel DIS)	16	15	6,7%
CCEAR (outras concessionárias)	636	639	-0,5%
CER	454	454	0,0%
Contratos bilaterais (Copel Comercialização)	143	-	-
Contratos bilaterais ²	195	-	-
CCEE (MCP) ³	72	-	-
Total dos Parques Eólicos	1.516	1.108	36,8%
Copel Comercialização			
Consumidores Livres	5.762	3.969	45,2%
Contratos Bilaterais (empresas do grupo)	274	1.310	-79,1%
Contratos bilaterais ²	6.044	5.521	9,5%
CCEE (MCP) ³	76	36	111,1%
Total Copel Comercialização	12.156	10.836	12,2%
Total	34.014	31.603	7,6%

Observação: Não considera a energia disponibilizada através do MRE (Mecanismo de Realocação de Energia) e a energia da UTE Araucária vendida no Mercado de Curto Prazo da CCEE.

¹ Para o mercado faturado, desconta-se a Energia Compensada proveniente de Mini e Microgeração Distribuída (MMGD), nos montantes de 274GWh para 1T22 e 139GWh para 1T21.

² Inclui Contratos de Venda de Curto Prazo.

³ Não considera montantes negativos.

CCEE: Câmara de Comercialização de Energia Elétrica / CCEAR: Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado / MCP: Mercado de Curto Prazo / CER: Contrato de Energia de Reserva.

Mercado fio da Copel Distribuição (TUSD): O mercado fio da Copel Distribuição, composto pelo mercado cativo, pelo suprimento a concessionárias e permissionárias dentro do Estado do Paraná e pela totalidade dos consumidores livres existentes na sua área de concessão, apresentou crescimento de 1,7% no consumo de energia elétrica no segundo trimestre de 2022 em relação ao mesmo período do ano anterior e 3,8% no acumulado do ano. O mercado-fio faturado, que considera energia compensada de Mini e Micro Geração Distribuída – MMGD, de 255 GWh no 2T22 e 527 GWh no 1S22, cresceu 0,5% no 2T22 e 2,3% no acumulado do ano, já computado o Custo de Disponibilidade¹ verificado para o mercado de Geração Distribuída.

Esse resultado é decorrente do consumo das classes: i) comercial, com aumento de 6,9%, impactado pela retomada da atividade econômica a partir da flexibilização das medidas restritivas à mobilidade social de prevenção ao coronavírus, com reflexo no crescimento do consumo de: atividades de Educação em 34,3%, com representatividade de 2,0% do consumo da classe; Alojamento em 32,0%, com representatividade de 2,5% do consumo da classe; Alimentação em 15,6%, com representatividade de 6,1% do consumo da classe; Serviços para Edificações em 14,6%, com representatividade de 5,4% do consumo da classe; e Comércio Varejista em 5,6%, com representatividade de 31,1% do consumo da classe; ii) industrial, com aumento de 2,9% em função do crescimento do consumo de: setores de Metalurgia em 53,8%, com representatividade de 3,7% do consumo da classe; Fabricação de Produtos Alimentícios em 4,6%, com representatividade de 35,8% do consumo da classe; e Fabricação de Celulose e Papel em 4,7%, com representatividade de 12,0% do consumo da classe; iii) outras classes, com aumento de 2,6% devido, principalmente, à classe Poder Público pelo retorno das atividades presenciais a partir da flexibilização das medidas restritivas, em especial, no ensino público; iv) residencial, com redução de 1,5% reflexo da flexibilização das medidas restritivas que proporcionou o retorno presencial às atividades laborais e escolares, reduzindo a permanência dos consumidores em suas residências e, conseqüentemente, o consumo médio no período que passou de 165 kWh/mês no 2T21 para 158,8 kWh/mês no 2T22 (queda de 3,7%); v) rural, com redução de 4,9% impactada pelo decréscimo no número de consumidores cativos em 2,7% e redução de 9,8% no consumo da atividade de Agricultura e Pecuária que representa 88,6% do consumo da classe.

Mercado cativo da Copel Distribuição: A venda de energia para o mercado cativo da Copel Distribuição totalizou 4.714 GWh no 2T22, montante 1,2% inferior ao mesmo período do ano anterior. No acumulado do ano, a venda de energia para o mercado cativo aumentou 2,1% em comparação ao primeiro semestre de 2021. Considerando os efeitos da energia compensada no consumo de Mini e Micro Geração Distribuída – MMGD, o mercado cativo faturado registrou redução de 3,5% entre os períodos e 0,3% no acumulado do ano.

¹ O custo de disponibilidade representa o montante mínimo cobrado pela disponibilidade da rede elétrica e possui referência no padrão de entrada da unidade consumidora: monofásico (30 kWh), bifásico (50 kWh) e trifásico (100 kWh) (REN ANEEL 1.000/2021, art. 291).

Número de consumidores - O número de consumidores finais (consumidores cativos da Copel Distribuição e consumidores livres atendidos pela Copel GeT, Copel Comercialização e por outros fornecedores dentro da área de concessão da Copel Distribuição) faturados em junho de 2022 foi de 4.971.651, representando um crescimento de 1,6% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Classe	jun 2022	jun 2021	Variação
Residencial	4.085.179	3.995.886	2,2%
Industrial	69.535	71.016	-2,1%
Comercial	425.101	416.889	2,0%
Rural	336.360	345.768	-2,7%
Outras	53.016	60.334	-12,1%
Total cativo	4.969.191	4.889.893	1,6%
Concessionárias e Permissionárias.	7	7	0,0%
Consumidores livres (a)	2.453	2.128	15,3%
Total geral	4.971.651	4.892.028	1,6%

(a) Total de consumidores livres atendidos dentro da área de concessão da Copel Distribuição.

3 Administração

Quadro de empregados

Empregados	jun 2022	jun 2021
Copel e subsidiárias integrais		
Copel Holding	87	148
Copel Geração e Transmissão	1.512	1.523
Copel Distribuição	4.304	4.586
Copel Serviços	-	294
Copel Comercialização	47	42
	5.950	6.593
Controladas		
Compagás	132	140
Elejor	7	7
UEG Araucária	15	15
	154	162

4 Relações com o Mercado

Em 2022, na [B]3, as ações ON (CPLE3) estiveram presentes em 100% dos pregões, fechando o período cotadas a R\$6,37, com variação positiva de 4,08%; as ações PNB (CPLE6) estiveram presentes em 100% dos pregões, fechando o período cotadas a R\$6,83, com variação positiva de 6,06%. No mesmo período o IBOVSPA teve variação negativa de 5,99%. As UNITs (CPLE11) estiveram presentes em 100% dos pregões, fechando o período cotadas a R\$33,44, com variação positiva de 4,5%.

Na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE), as UNITs (ELP) estiveram presentes em 100% dos pregões, fechando o período cotadas a US\$6,36, com variação positiva de 12,97%. O índice DOW JONES teve variação negativa de 15,31% no período.

No LATIBEX (Mercado de Valores Latino-Americano em Euros), vinculado à Bolsa de Valores de Madri, as ações PNB são negociadas sob o código XCOP e estiveram presentes em 47% dos pregões, fechando o período cotadas a €1,29, com variação positiva de 27,72%. No mesmo período o índice LATIBEX teve variação positiva de 11,09%. As UNITs, sob o código XCOPI, estiveram presentes em 5% dos pregões, fechando o período cotadas a €7,30, com variação positiva de 50,83%.

A tabela a seguir sintetiza o comportamento das ações da Copel no primeiro semestre de 2022:

Negociação das ações - jan a jun 2022	ON		PNB		UNIT	
	Total	Média diária	Total	Média diária	Total	Média diária
B3						
Negócios	338.397	2.729	2.186.912	17.636	366.174	2.953
Quantidade	141.901.600	1.144.368	1.405.451.800	11.334.289	53.642.000	432.597
Volume (R\$ mil)	900.795	7.264	10.001.899	80.660	1.871.005	15.089
Presença nos pregões	124	100%	124	100%	124	100%
Nyse						
Quantidade	-	-	-	-	115.223.642	929.223
Volume (US\$ mil)	-	-	-	-	804.196	6.485
Presença nos pregões	-	-	-	-	124	100%
Latibex						
Quantidade	-	-	298.395	4.973	3.089	515
Volume (€ mil)	-	-	383	6	21	4
Presença nos pregões	-	-	60	47%	6	5%

5 Tarifas

Tarifas de fornecimento de energia

Tarifas médias de fornecimento (a) - R\$/MWh	jun 2022	jun 2021	Variação
Industrial	531,90	496,67	7,1%
Residencial	529,08	485,60	9,0%
Comercial	628,52	576,93	8,9%
Rural	587,27	493,41	19,0%
Outros	397,13	353,98	12,2%
Tarifa Média de Fornecimento e Disponibilidade (R\$/MWh)	586,14	535,83	9,4%
Tarifa Média de Demanda (R\$/KW)	29,02	26,43	9,8%

(a) Não considera bandeiras tarifárias, sem pis/cofins, líquido de ICMS.

Tarifas de compra de energia

Tarifas de Compra de Energia* - R\$/MWh	jun 2022	jun 2021	Variação
Itaipu (a)	314,47	361,56	-13,0%
Leilão 2010 - H30	266,63	244,69	9,0%
Leilão 2010 - T15 (b)	178,44	440,17	-59,5%
Leilão 2011 - H30	274,90	252,28	9,0%
Leilão 2011 - T15 (b)	225,79	499,80	-54,8%
Leilão 2012 - T15 (b)	166,82	466,18	-64,2%
Leilão 2016 - T20 (b)	207,91	187,49	10,9%
Angra	346,59	233,37	48,5%
Contrato de cotas de garantia física - CCGF (c)	124,89	115,79	7,9%
Santo Antonio	170,60	156,56	9,0%
Jirau	150,11	137,75	9,0%
Demais Leilões (d)	209,49	289,16	-27,6%
Média	210,40	251,99	-16,5%

(a) Transporte de Furnas não incluído.

(b) Preço médio do leilão conforme pagamento bilateral aos vendedores. Não inclui efeitos de contratação contabilizados pela CCEE.

(c) Contrato de cotas de garantia física das UHEs que tiveram suas concessões prorrogadas nos termos da Lei 12.783/13.

(d) Preço médio ponderado dos produtos. Não inclui Proinfa.

*A tabela foi atualizada para todos os períodos conforme nova metodologia de apuração dos preços médios, resultado da 4ª fase da AP 78/2011 da Aneel, aprovada em 28/03/2016.

Tarifas de suprimento de energia

Tarifas de Suprimento de Energia - R\$/MWh	jun 2022	jun 2021	Variação
Leilão - CCEAR 2011-2040 (UHE Mauá)	263,40	239,13	10,1%
Leilão - CCEAR 2013-2042 (Cavernoso II)	285,16	258,31	10,4%
Leilão - CCEAR 2015 - 2044 (Colíder)	203,72	184,04	10,7%
Leilão - CCEAR 2018 - 2048 (Baixo Iguaçu)	210,48	190,73	10,4%
Concessionárias dentro do Estado do Paraná	241,56	221,69	9,0%

(a) Com PIS/COFINS. Líquida de ICMS.

6 Resultado Econômico-Financeiro

Receitas (NE nº 30)

A Receita operacional líquida acumulada até junho de 2022, de R\$ 10.846.315, 4,2% superior aos R\$ 10.412.812 registrados no mesmo período de 2021.

Essa variação decorreu, principalmente, dos seguintes fatos:

- a) aumento de 15,8% na Receita de fornecimento de energia elétrica, em virtude principalmente dos reflexos do reajuste da Tarifa de Energia da Copel DIS de 11,32% percebido pelo consumidor através do 5º ciclo de revisão tarifária e do crescimento de 45,2% na quantidade de energia comercializada da Copel Comercialização (5.762 GWh no 1S22 vs. 3.969 GWh no 1S21);
- b) redução de 18% na Receita de suprimento de energia elétrica, sobretudo pelo menor despacho da UTE Araucária em decorrência da melhora das condições hidrológicas e pelo menor PLD médio de R\$ 56,90 até junho de 2022, inferior em 71% ao PLD médio de R\$ 202,52 para o mesmo período do ano anterior, compensado pelo crescimento no volume de energia vendida com contratos bilaterais da Copel Comercialização e pela entrada em operação da PCH Bela Vista e pela aquisição do Complexo Eólico Vilas;
- c) redução de 2,8% na Receita de disponibilidade da rede elétrica, devido ao resultado positivo da remuneração sobre os contratos de transmissão de energia e ao aumento na receita bruta da Copel DIS decorrente dos efeitos do reajuste da Tarifa de Uso em 8,73% do ciclo anterior, compensado pelo aumento dos encargos setoriais da DIS e pelo menor ganho com revisão tarifária dos contratos de transmissão;
- d) aumento de 18,8% na receita de construção decorrente, principalmente, dos maiores investimentos no segmento de distribuição de energia;
- e) aumento de 83,7% nas receitas de Distribuição de gás canalizado devido, basicamente, ao crescimento do mercado e aos reajustes tarifários aplicados;
- f) aumento de 46,8% em outras receitas operacionais principalmente pelo acréscimo de receita de arrendamentos e aluguéis de equipamentos e infraestruturas.

Custos e Despesas Operacionais (NE nº 31)

O total de custos e despesas operacionais atingiu R\$ 8.798.568 até junho de 2022, 6,5% superior aos R\$ 8.259.849 registrados no mesmo período de 2021. Os principais destaques foram:

- a) aumento de 5,3% em Energia elétrica comprada para revenda decorrente principalmente do acréscimo em contratos bilaterais para fazer frente ao maior volume de energia comercializada da Copel Comercialização e aumento na compra de energia de micro e mini geradores, compensado pela diminuição da compra da CCEE e pela menor variação do dólar sobre as compras de Itaipu;

- b) aumento de 12,9% em Encargos de uso da rede elétrica em virtude, principalmente, do maior valor de Encargos de Serviços do Sistema - ESS em razão do despacho térmico fora da ordem de mérito, aumento de Encargo de Energia de Reserva – EER e o reajuste dos contratos de uso da rede;
- c) redução de 18,1% na remuneração de Pessoal e administradores em virtude, principalmente, da melhora na eficiência, do decréscimo em provisão por desempenho e participação nos lucros e da reversão de valores do programa de desligamentos voluntários;
- d) aumento de 15,5% em material e serviços de terceiros, principalmente, pelas variações nos preços de combustíveis para a frota e da elevação dos custos com manutenção do sistema elétrico e de atendimento ao consumidor;
- e) redução de 85,6% em matéria prima e insumos para produção de energia devido ao menor despacho da UTE Araucária em decorrência da melhora das condições hidrológicas;
- f) aumento de 100,8% em gás natural e insumos para operação de gás devido a aquisição de gás natural com custo mais elevado em consequência das variações cambiais e do preço do petróleo;
- g) aumento de 25,5% de depreciação e amortização em virtude, principalmente, da entrada em operação da PCH Bela Vista e da aquisição do Complexo Eólico Vilas;
- h) redução em Perdas de crédito, provisões e reversões decorrente principalmente da reversão de *impairment* da UEGA em 2021, não recorrente em 2022;
- i) aumento de 17,2% nos custos de construção decorrente, principalmente, dos investimentos no segmento de distribuição de energia.

Resultado da Equivalência Patrimonial

O Resultado da Equivalência Patrimonial até junho de 2022 foi 110,2% superior se comparado ao mesmo período de 2021, decorrente, principalmente, do resultado positivo da equivalência patrimonial nas controladas em conjunto de transmissão de energia elétrica em função da maior correção monetária sobre os ativos de contrato e dos efeitos das revisões tarifárias de Caiuá, Integração Maranhense, Matrinchã e Guaraciaba.

Resultado Financeiro (NE nº 32)

O decréscimo de R\$ 470.945 no resultado financeiro (sem o efeito da atualização de provisão para destinação de créditos de PIS e Cofins) comparado com o mesmo período de 2021 se deve, principalmente, ao valor de receita com atualização financeira do contrato de CRC registrada somente em 2021 e não recorrente em 2022, tendo em vista que o saldo foi quitado em agosto de 2021, somado à maior despesa de variação monetária, cambial e encargos da dívida em 2022, compensados parcialmente pelo acréscimo no rendimento das aplicações financeiras.

Provisão para destinação de créditos de PIS e Cofins (NE nº 12.2.1)

O resultado de junho de 2022 foi impactado pela provisão de R\$ 1.821.933 decorrente da revisão do risco do passivo contingente relativo à destinação dos créditos tributários de PIS e Cofins reconhecidos pela Copel DIS, pelo êxito na ação que reconheceu o direito de excluir o valor do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins. O montante registrado impactou o resultado operacional em R\$ 810.563 e o resultado financeiro em R\$ 1.011.370.

Lucro Líquido

O lucro líquido do período foi de R\$ 147.420, inferior em 91,8% ao apurado no mesmo período do ano anterior, de R\$ 1.799.832, devido principalmente ao impacto da provisão para destinação de créditos de PIS e Cofins e ao maior valor de despesa financeira no período.

Lajida

O lucro antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização - Lajida (*earnings before interest, taxes, depreciation and amortization - Ebitda*) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527/2012. Não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas normas internacionais de contabilidade, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia o divulga porque o utiliza para medir o seu desempenho.

Consolidado	30.06.2022	30.06.2021	Varição	31.12.2021
Cálculo do Lajida/Ebitda				
Lucro líquido do período - operações em continuidade	147.420	1.716.236	-91,41%	3.859.045
Lucro líquido do período - operações descontinuadas	-	83.596	-100,00%	1.189.557
IRPJ e CSLL diferidos - operações em continuidade	(469.327)	228.205	-305,66%	790.406
IRPJ e CSLL diferidos - operações descontinuadas	-	(20.020)	-100,00%	128.353
Provisão para IRPJ e CSLL - operações em continuidade	388.271	351.616	10,42%	469.226
Provisão para IRPJ e CSLL - operação descontinuadas	-	61.410	-100,00%	526.830
Despesas (receitas) financeiras, líquidas - operações em continuidade	1.492.026	9.711	15264,29%	327.361
Despesas (receitas) financeiras, líquidas - descontinuadas	-	21.783	-100,00%	25.748
Lajir/Ebit	1.558.390	2.452.537	-36,46%	7.316.526
Depreciação e Amortização - operações em continuidade	641.872	511.491	25,49%	1.082.539
Depreciação e Amortização - descontinuadas	-	1.665	-100,00%	1.893
Lajida/Ebitda	2.200.262	2.965.693	-25,81%	8.400.958
Atribuído aos acionistas da empresa controladora	2.128.913	2.843.195	-25,12%	8.208.907
Atribuído aos acionistas não controladores	71.349	122.498	-41,75%	192.051
Cálculo da Margem do Ebitda				
Ebitda	2.200.262	2.965.693	-25,81%	8.400.958
Receita Operacional Líquida - ROL	10.846.315	10.412.812	4,16%	23.984.287
Margem do Ebitda% (Ebitda ÷ ROL)	20,3%	28,5%	-28,8%	35,0%

O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente MARCEL MARTINS MALCZEWSKI

Membros ANDRIEI JOSÉ BEBER
CARLOS BIEDERMANN
DANIEL PIMENTEL SLAVIERO
FAUSTO AUGUSTO DE SOUZA
GUSTAVO BONINI GUEDES
LEILA ABRAHAM LORIA
MARCO ANTÔNIO BARBOSA CÂNDIDO
MARCO ANTONIO BOLOGNA

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Presidente MARCO ANTÔNIO BARBOSA CÂNDIDO

Membros CARLOS BIEDERMANN
LUIZ CLAUDIO MAIA VIEIRA

CONSELHO FISCAL

Presidente DEMETRIUS NICHELE MACEI

Membros Titulares EDUARDO BADYR DONNI
HARRY FRANÇÓIA JÚNIOR
JOSÉ PAULO DA SILVA FILHO
RAPHAEL MANHÃES MARTINS

Membros Suplentes CRISTIANE DO AMARAL MENDONÇA
ESTEVÃO DE ALMEIDA ACCIOLY
OTAMIR CESAR MARTINS
ROBERTO ZANINELLI COVELO TIZON
VERÔNICA PEIXOTO COELHO

DIRETORIA

Diretor Presidente DANIEL PIMENTEL SLAVIERO

Diretora de Gestão Empresarial ANA LETÍCIA FELLER

Diretor de Finanças e de Relações com Investidores ADRIANO RUDEK DE MOURA

Diretor de Desenvolvimento de Negócios CASSIO SANTANA DA SILVA

Diretor Adjunto de Comunicação DAVID CAMPOS

Diretor Jurídico e Regulatório EDUARDO VIEIRA DE SOUZA BARBOSA

Diretor de Governança, Risco e Compliance VICENTE LOIÁCONO NETO

CONTADOR

CRC-PR-043819/O-0 RONALDO BOSCO SOARES

Informações sobre este relatório:

Relações com investidores: Fone: +55 (41) 3222-2027
ri@copel.com

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos Administradores e Acionistas da
Companhia Paranaense de Energia – COPEL

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia Paranaense de Energia - COPEL (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Diretoria é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais referidas anteriormente não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações financeiras intermediárias anteriormente referidas incluem as demonstrações do valor adicionado - DVA, individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das Informações Trimestrais - ITR, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Curitiba, 9 de agosto de 2022

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” PR

Jonas Dal Ponte
Contador
CRC nº RS 058908/O-1

PARECER DO CONSELHO FISCAL
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS REFERENTES AO
SEGUNDO TRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2022

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Paranaense de Energia - Copel, abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, procederam à revisão das Demonstrações Financeiras Intermediárias referentes ao 2º trimestre de 2022 aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião desta data. As minutas foram recebidas e analisadas individualmente pelos conselheiros antecipadamente à reunião e discutidas previamente com a Administração e com a auditoria independente. Com base nos trabalhos desenvolvidos ao longo do trimestre, nas análises efetuadas, no acompanhamento das discussões sobre os controles internos e nos esclarecimentos prestados pela Administração e pela auditoria independente, considerando ainda o “Relatório sobre a Revisão de Informações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas Referentes ao Período de Três e Seis Meses Findo em 30 de Junho de 2022”, da auditoria independente, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., emitido sem ressalvas, os Conselheiros Fiscais, por unanimidade dos votantes, com abstenção de voto do Conselheiro Raphael Manhães Martins, registram que não tiveram conhecimento de nenhum fato ou evidência que não estejam refletidos nas Demonstrações Financeiras Intermediárias relativas ao trimestre encerrado em 30 de junho de 2022 e opinam que tais demonstrações podem ser divulgadas.

Curitiba, 09 de agosto de 2022

DEMETRIUS NICHELE MACEI

Presidente

EDUARDO BADYR DONNI

HARRY FRANÇÓIA JÚNIOR

JOSÉ PAULO DA SILVA FILHO

RAPHAEL MANHÃES MARTINS

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, como membros da Diretoria Executiva da Companhia Paranaense de Energia - Copel, sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede na Rua José Izidoro Biazetto, 158, Mossunguê, Curitiba - PR, inscrita no CNPJ sob o nº 76.483.817/0001-20, para fins do disposto na Resolução CVM nº 80/2022, declaramos que:

(I) revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório de auditoria da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. relativamente às demonstrações financeiras intermediárias da Copel de 30.06.2022; e

(II) revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras intermediárias da Copel de 30.06.2022.

E, por ser verdade, firmamos a presente.

Curitiba, 9 de agosto de 2022

Daniel Pimentel Slaviero
Diretor Presidente

Ana Letícia Feller
Diretora de Gestão Empresarial

Adriano Rudek de Moura
Diretor de Finanças e de
Relações com Investidores

Cassio Santana da Silva
Diretor de Desenvolvimento de
Negócios

Eduardo Vieira de Souza Barbosa
Diretor Jurídico e Regulatório

Vicente Loiacono Neto
Diretor de Governança,
Risco e Compliance